UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS

Departamento de Ciências Humanas e Filosofia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO TERRITORIAL-PLANTERR

GESNER BREHMER DE ARAÚJO SILVA

DISTRITOS INDUSTRIAIS, DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E ESPACIAL: UMA ANÁLISE DO DISTRITO INDUSTRIAL DO SUBAÉ

Feira de Santana, BA
2020

GESNER BREHMER DE ARAÚJO SILVA

DISTRITOS INDUSTRIAIS, DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E ESPACIAL: UMA ANÁLISE DO DISTRITO INDUSTRIAL DO SUBAÉ

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Orientação: Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima

Feira de Santana, BA
2020

PLANTERR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

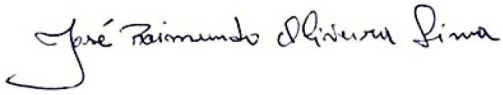
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Reconhecida pela Portaria Ministerial nº 874/86 de 19/12/86
Recredenciada pelo Decreto nº 9.271 de 14/12/2004

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial
Mestrado Profissional

GESNER BREHMER DE ARAÚJO SILVA

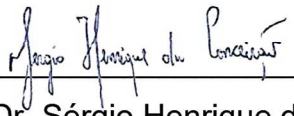
DISTRITOS INDUSTRIAIS, DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA E ESPACIAL: UMA ANÁLISE DO DISTRITO INDUSTRIAL DO SUBAÉ

Banca Examinadora



Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima
Orientador - PLANTERR-UEFS

Prof. Dr. Jânio Laurentino Santos
PLANTERR-UEFS



Prof. Dr. Sérgio Henrique da Conceição
GESTEC-UNEB

Aprovado em 18 de agosto de 2020.

Feira de Santana/BA
2020

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Silva, Gesner Brehmer de Araújo
S58d Distritos industriais, desconcentração econômica e espacial: uma análise do Distrito Industrial do Subaé/ Gesner Brehmer de Araújo Silva. - 2020.
138f.: il.

Orientador: José Raimundo Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial - PLANTER, 2020.

1. Localização industrial. 2. Distritos industriais. 3. Centro Industrial do Subaé. I. Oliveira, José Raimundo, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 711.454(814.22)

Rejane Maria Rosa Ribeiro – Bibliotecária CRB-5/695

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, fonte e princípio de toda vida, pelo sustento, fé e amparo em muitos momentos bons e ruins ao longo desta pesquisa e destes anos de mestrado. Sem a fé e a presença divina, não teria sido possível a elaboração desta dissertação.

Em seguida, aos meus pais (Maricelio e Maria Isabel) e ao meu irmão Pedro por todo o apoio, cobrança e incentivo em todo este processo. Vocês, mesmo sem saberem, também foram base e incentivo para a finalização de mais esta etapa da minha vida.

Ao meu Sensei Jotaécio Gomes (*in memorian*), por ter sido meu segundo pai nesta Terra e um dos principais incentivadores da carreira acadêmica. Obrigado por ter me ensinado a ser campeão tanto no karatê quanto, e principalmente, na vida!

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Raimundo Oliveira Lima, por toda a paciência nos momentos de ansiedade e aflição, e pelo empenho, incentivo e atenção para a produção acadêmica, da qual desde já o isento de todas as críticas e limitações deste trabalho. Sem a sua orientação e postura humana, sem sombras de dúvidas esta pesquisa não caminharia tão bem.

Aos professores Dr. Jânio Laurentino Santos e Dr. Sérgio Henrique da Conceição por fazerem parte da banca examinadora e pelas contribuições relevantes para a elaboração desta dissertação.

Estendo meus agradecimentos aos amigos Gustavo Casseb Pessotti, diretor da SEI, e ao Prof. Dr. George Roberto dos Santos pelos encorajamentos e estímulos para esta pesquisa e para minha carreira profissional.

A Adriana e Ricardo pela valiosa ajuda na elaboração e confecção dos mapas.

Ao prof. Ms. Henrique Moreira Neto pela valiosa ajuda no acabamento da revisão textual e ortográfica.

Estendo também à professora Janivam Assunção, a Almira Oliveira, a Miriam Vitória, a Ohane França, a Profa. Ms. Palloma Rocha, ao Prof Ms. Matheus Oliver, Profa. Ms. Patrícia Andrade, Prof Dr. Hélio Ponce e Prof. Ms. Antônio Rosevaldo, pelas contribuições, ajudas e conselhos cruciais para a elaboração desta dissertação e sobretudo, pelo apoio e companheirismo nos momentos difíceis dessa jornada.

Ao PLANTERR pela oportunidade de neste período poder aprender e aprimorar novos conhecimentos em temáticas interessantes e complementares a minha formação como economista.

Aos professores Dr. Rossine Cruz e Dra. Nacelice Barbosa Freitas, estudiosos há mais tempo do Distrito Industrial do Subaé, que gentilmente me cederam suas tese e dissertação, respectivamente. Estudiosos há mais tempo do Centro Industrial do Subaé, suas análises sustentaram e pavimentaram as discussões deste trabalho.

Aos colegas da Turma 6 pela parceria nas aulas e nas sociais. Silvio, João, Adriane, Alan, Bruno, Heliene, Selma, Karol, Kamilla, Zenaide, Socorro, Nayara, Keila, Isis, Jardel, Greice, Clarice, Jardel e Renata. Obrigado pela oportunidade de conhecer cada um de vocês!

E por último, mas não menos importante, agradecer aos meus amigos que estiveram presentes e me ampararam ao longo de todo este processo de produção e de pesquisa. Em especial, a duas galeras: da Confraria nas pessoas de Vinicius Guirra, Jemison, Ítalo, Hélder, Thyago Gradil e Hallison e a da Paróquia São José Operário- Comunidade Sagrado Coração de Jesus nas pessoas de Pe. Genival, Pe. Jeanderson, Danilo, Júnior, Mazinho, Luana e Nathara. O meu mais singelo e profundo muito obrigado!

RESUMO

As teorias da localização espacial ajudam a entender quais são os fatores que levam as empresas a se instalarem (ou se localizarem) em um determinado espaço geográfico. Em outras palavras, elas ajudam a identificar as questões teóricas que, de alguma forma, afetam o comportamento das indústrias ao tomarem a decisão de se instalar em um espaço, e estabelecer assim, os determinantes dessas decisões. Nesse direcionamento, o objetivo desta dissertação é compreender como as teorias de localização espacial e industrial foram importantes na espacialização industrial e na desconcentração econômica do Estado da Bahia, com enfoque especial no Centro Industrial do Subaé, na cidade de Feira de Santana. Consideram-se os seguintes autores para a sustentação teórica: Von Thunen, Weber, Christaller, Losch, Perroux e Marshall, que trouxeram contribuições significativas para o estudo da localização, e estabeleceram os fatores que levam as indústrias a se instalarem em determinados lugares ao invés de outros e procuraram estabelecer conexões com a política de distritos industriais arquitetadas e implementadas pelo Estado da Bahia desde a metade do século XX. Além da revisão teórica e conceitual, foram realizadas entrevistas com questões direcionadas aos gestores do Centro Industrial do Subaé para esmiuçar a composição das empresas que integram o CIS e entender as relações que esse Centro Industrial estabelece com a economia local. Como resultados obtidos, inferiu-se que o Centro Industrial de Feira de Santana promoveu uma desconcentração espacial e econômica de forma parcial, ou a desconcentração concentrada na qual poucas indústrias concentram a maior parte dos investimentos em um modelo de desenvolvimento regional que apresenta sinais de esgotamento e que ameaçam o futuro da indústria do município.

Palavras-chave: Localização Industrial; Distritos Industriais; Centro Industrial do Subaé.

ABSTRACT

Theories of spatial location help us to understand what are the factors that lead companies to settle (or locate) in a given geographical space. In other words, they help us to identify the theoretical issues that, in some way, affect the behavior of industries when making a decision to settle in a space, thus establishing the determinants of these decisions. In this direction, the objective of this dissertation is to understand how the theories of spatial and industrial location were important in the industrial spatialization and economic deconcentration of the State of Bahia, with a special focus on the Subaé Industrial District, in the city of Feira de Santana. Here, we consider the following authors of theories of spatial and industrial location for the theoretical support of the debate and analyzes: Von Thunen, Weber, Christaller, Losch, Perroux and Marshall, who brought significant contributions to the study of location, establishing the factors that lead industries to settle in certain places instead of others and seeking to establish connections with the policy of industrial districts designed and implemented by the State of Bahia since the middle of the last century. In addition to the theoretical and conceptual review, interviews were conducted with questions directed to the managers of the Industrial District of Subaé to examine the composition of the companies that make up the CIS and understand the relationships that this Industrial Center establishes with the local economy. This is a qualitative, explanatory and intensive study that brings contributions to the discussions that have already been carried out in the field of studies of industrial location theory, in addition to offering an update of data for the Subaé Industrial District. It was inferred that the Subaé industrial district is undergoing transformations in its role within the city of Feira de Santana. As results obtained, it was inferred that the Feira de Santana Industrial Center promoted a partial spatial and economic deconcentration, or concentrated deconcentration in which few industries concentrate most of the investiments in a regional development model tha shows signs of exhaustion and that threatens the future of the municipality´s industry.

Keywords: Industrial Location; Industrialdistricts; Subaé Industrial District.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Esquema Metodológico do Trabalho 28

Figura 2- Os Anéis de Von Thunen 31

Figura 3- Triângulo Locacional de Weber 34

Figura 4- Hierarquia dos Lugares Centrais de Christaller 37

Figura 5- O Cone de Demanda de Losch 40

Figura 6- Organização do Espaço de Losch (a) 42

Figura 7- Organização do Espaço de Losch (b) 43

Figura 8- Cadeia de Valor de Porter 54

Figura 9-Mapa de Localização de Feira de Santana no Portal do Sertão e na Bahia,2020. 64

Figura 10 – Mapa de Localização do Centro Industrial do Subaé no município de Feira de Santana- Bahia, 2020 71

Figura 11- Fluxo de Comercialização dos produtos do Centro Industrial de Subaé-Feira de Santana 99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 **-** Feira de Santana: Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI) e Participação da Indústria Municipal na Microrregião Homogênea (MRH) e no Estado da Bahia (BA) em 1960 65

Tabela 2 - Feira de Santana: Estabelecimentos e Pessoal Ocupado nas Atividades Terciárias e Participação Setorial na Microrregião Homogênea (MRH) e no Estado da Bahia (1960)..... 66

Tabela 3 - Feira de Santana: estrutura do valor da transformação industrial e participação da indústria na microrregião homogênea (MRH) e na Bahia no período 1970-1985 73

Tabela 4 - Feira de Santana: evolução dos índices de produção de atividades selecionadas da indústria de transformação local no período 1987-1996 77

Tabela 5 - Evolução da participação dos setores industriais da indústria de transformação feirense via arrecadação de ICMS no período 1987-1996 79

Tabela 6 - Composição Setorial do PIB da Bahia 1960-2010 81

Tabela 7- População ocupada em Feira de Santana por década e percentual,1970-2010 82

Tabela 8 - Empregados admitidos e desligados na indústria de transformação feirense via mercado formal 2006-2017 83

Tabela 9 - Produto Interno Bruto (PIB) industrial, percentual sobre o total do estado da Bahia por municípios do Território do Portal do Sertão-2002,2008,2014 e 2017..... 84

Tabela 10 - Produto Interno Bruto (PIB) industrial, percentual sobre o total do Portal do Sertão por municípios do território- 2002,2008,2014 e 2017(em Mil Reais) 86

Tabela 11 - Centro Industrial do Subaé: Composição Setorial por segmentos em 2018(em %) 92

Tabela 12 - As 10 maiores indústrias do Distrito Industrial do Subaé em termos empregatícios em 2018. 93

Tabela 13 - Investimentos, Previsão de Empregos e Protocolos de intenção de empresas no CIS no período 2007-2018 97

Tabela 14 - CIS: Evolução das Receitas Previstas, Arrecadadas e Realizadas no período 2012-2017 101

Tabela 15 - CIS: Evolução das Despesas Previstas, Arrecadadas e Realizadas no período 2012-2017..... 102

Tabela 16 - CIS: Receita Arrecadada x Despesa Empenhada no período 2012-2017 103

Tabela 17 - Participação do PIB da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e demais municípios no PIB estadual -2002,2008,2014 e 2017 113

Tabela 18 - Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS: Principais Indicadores Educacionais 117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos Categóricos da Pesquisa 26

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Social BNDES

CEDIN – Centro de Desenvolvimento Industrial

CETEB – Centro Tecnológico do Estado da Bahia

CIA – Centro Industrial do Aratu

CIFS- Centro das Indústrias de Feira de Santana

CIS – CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ

COPEC – Complexo Petroquímico de Camaçari

DESENVOLVE- Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica

FIEB- Federação das Indústrias do Estado da Bahia

FINOR- Fundo de Investimentos do Nordeste

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços

IDEB – Índice de Educação Básica

IFBA – Instituto Federal da Bahia

PDCIS – Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé

PDII – Programa de Distritos Industriais do Interior

PDLI – Plano de Desenvolvimento Local Integrado)

PIB – Produto Interno Bruto

PROAUTO- Programa Especial de Incentivo ao Setor automotivo da Bahia

PROBAHIA- Programa de Desenvolvimento da Bahia

PROINTER- Programa de Industrialização do Interior

RMS – Região Metropolitana de Salvador

SDE- Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEI- Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SETTDEC- Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico

SICM – Secretaria de Indústria de Comércio e Mineração

SUDENE – Superintendência de Estudos do Nordeste

TCL – Teoria dos Lugares Centrais

UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 16
2 METODOLOGIA DE PESQUISA 22
3 TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E INDUSTRIAL 29
3.1 TEORIAS "CLÁSSICAS" DE LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E INDUSTRIAL 29
3.1.1 Os "Anéis" de Von Thunen 29
3.1.2 Alfred Weber e a Localização Industrial 33
3.1.3 Christaller e os Lugares Centrais 35
3.1.4 Losch e as Áreas de Mercado 38
3.2.2 Os Distritos Industriais de Marshall 48
3.2.3 As Cadeias de Valor de Porter e de Shank e Govindarajan 52
3.2.4 O Espaço como Influência Econômica de Milton Santos 56
4 FEIRA DE SANTANA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E SEU PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS 61
4.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE FEIRA DE SANTANA E A INSERÇÃO PRODUTIVA NA ECONOMIA 61
4.2 A IMPLANTAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO CIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ECONOMIA LOCAL 68
5 O CIS ENQUANTO INSTRUMENTO DE DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL E ECONÔMICA EM FEIRA DE SANTANA: ATUALIDADES E PERSPECTIVAS FUTURAS 88
5.1 ATUAL COMPOSIÇÃO DO CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ 91
5.2 VANTAGENS, DESVANTAGENS E PERSPECTIVAS DO PRESENTE E DO FUTURO DO CIS 100
5.3 PERSPECTIVAS FUTURAS DO CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ 108
CONSIDERAÇÕES FINAIS 121
REFERÊNCIAS 125
APÊNDICES 132
ANEXOS 133

1 INTRODUÇÃO

Na economia como um todo, todos os setores têm a sua devida relevância enquanto agentes contribuintes de geração de emprego e renda. A importância do setor industrial, dentro do sistema econômico, se dá no seu poder de ser o elo de encadeamento entre o que é produzido no setor primário e o que é vendido no setor de serviços, seja com o papel de atuar como transformador da matéria-prima em produto final ou como criador de produtos que servem de complemento a outros.

Considerado o principal motor do crescimento e desenvolvimento da Bahia, embora seja observado, no contexto do estado, que o crescimento desse setor por si só é altamente concentrado e localizado – não tendo resolvido a questão da desigualdade regional, sobretudo a partir do início dos anos 1970, com a instalação do Polo Petroquímico de Camaçari –, sua importância estende-se até o início do século XXI, período marcado pelo crescimento acelerado da economia baiana, sustentada pelo desempenho do setor industrial.

Com base no contexto acima descrito, esta dissertação tem como proposta analisar em que medida os distritos industriais da Bahia estabelecem conexões econômicas com o território no qual está situado. Neste estudo, particulariza-se o Centro Industrial do Subaé de modo a também identificar as inter-relações que esse distrito estabelece com a economia municipal e da Bahia. Segundo Pessoti (2006) e SEI (2017), o governo do estado da Bahia começou a pôr em prática, a partir dos anos 1970 através da Secretaria de Indústria de Comércio e Mineração (SICM), o Programa de Distritos Industriais do Interior (PDII), com uma vigorosa política de atração de investimentos industriais, de modo a promover intensa industrialização, diversificação e densificação da matriz industrial no "interior[1]" do estado, bem como ordenar o espaço urbano do interior, em sua maioria, cidades de porte médio[2], de modo que essas estivessem prontas para receber as atividades industriais.

Como argumentam Guerra e Teixeira (2002) e Cavalcante (2008), a Bahia, no início dos anos 1960, coloca em prática uma política de desenvolvimento industrial através do processo de intervenções estatais planejadas, sobretudo na Região Metropolitana de Salvador (RMS), através da oferta de terrenos infraestruturados e incentivos fiscais. Segundo Pessoti (2008), essa

[1] Na verdade, aqui entendidos, como espaços não-metropolitanos
[2] Classificação das cidades segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018): Pequenas: até 50.000 mil habitantes; Médias: 100.000 até 500.000 habitantes; Grande Porte: acima de 500.000 mil habitantes e Metrópole: acima de 1.000.000 de habitantes.

política foi responsável por uma média de crescimento anual de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, entre as décadas de 1960 e 1970, ancorados, principalmente, pelo Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC).

Para Pessoti e Pessoti (2010), os anos 1970 podem ser entendidos como a década que consolida de vez o processo de industrialização iniciado nos anos 1950, sobretudo após a implantação do COPEC, quando o ambiente industrial baiano passou a dar mais atenção ao setor secundário, colocando-o em condições mais favoráveis.

Com a entrada em operação do COPEC, a expectativa era de aumentar, de forma expressiva, a receita fiscal do estado e a do município de Camaçari. Um estudo detalhado da contribuição financeira do polo previa o crescimento da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) em 7% ao ano, e previa também que o orçamento de Camaçari, até o final da década de 1970, seria multiplicado por dezoito. A preocupação em realizar o referido estudo foi a de:

> Justificar o volume significativo de recursos que deveriam ser investidos pelo governo do estado da Bahia na construção da infraestrutura física e urbano-social da área, demonstrando aos agentes financeiros, entre os quais o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), a capacidade de pagamento do Estado. (GUERRA; GONZALES, 2001, p. 317).

De acordo com Guerra e Teixeira (2000), essa nova fase da industrialização baiana foi direcionada aos setores químicos devidos a três motivos: i) O estado da Bahia era, na época, o maior produtor de petróleo e até então já possuía uma refinaria (Landulfo Alves). Tinha-se uma base técnica para a implantação do polo petroquímico; ii) Nos primeiros anos da década de 1970, havia carência na produção nacional de alguns insumos básicos usados pela indústria de transformação no Centro Sul; iii) O Governo Federal tinha entre seus objetivos, a diminuição dos desequilíbrios econômicos regionais. Dado este contexto, diversos empreendimentos foram implementados, destacando-se os realizados no COPEC. Com o passar do tempo, sua consolidação fez com que a participação seletiva do setor primário no PIB Setorial Baiano diminuísse de 40%, em 1960, para 16,4% em 1980. O setor secundário, por sua vez, no mesmo período, quase triplica sua participação, saltando de 12% para 31,6%, colocando a economia baiana em uma nova posição.

Consolida-se em razão disso, na Bahia, ao final da década de 1970, a estrutura industrial de perfil complementar às indústrias do Centro-Sul, centrada basicamente na produção de bens intermediários, principalmente da indústria petroquímica. À essa concentração setorial une-se

a concentração espacial, que caracteriza fortemente o novo perfil econômico do estado. Em decorrência das externalidades e das economias de aglomeração geradas pelas indústrias e infraestrutura já instaladas na RMS, fatores como a logística, os serviços de apoio e manutenção e a proximidade com fornecedores aumentaram o poder de atração de indústrias dessa mesma região, em especial para as indústrias dinâmicas, mais modernas e tecnologicamente mais sofisticadas. Nesse universo, temos as do ramo dos produtos químicos, plásticos, farmacêuticos e veterinários (MASCARENHAS, 2001).

Em resumo, todo o conjunto de empreendimentos, desde a construção da Refinaria Landulfo Alves nos anos 1950, até a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari nos anos 1970, pode ser entendido como os empreendimentos que serviram para a consolidação da industrialização baiana. Por outro lado, isso alterou de forma significativa e definitiva a estrutura econômica, social e política do estado ao mudar, de uma vez por todas, o peso do PIB estadual com redução significativa da agricultura e crescimento da participação do setor secundário, com destaque para os setores químico, petroquímico, metalúrgico, siderúrgico e de extração mineral, consolidando de vez a posição da Bahia como uma das principais fornecedoras nacionais de bens intermediários (NÓVOA, 1979).

Nesse contexto, Carvalho Junior *et al*. (2002) observam que, no início da década de 1970, sob influência dos ideais da Superintendência de Estudos do Nordeste (SUDENE), houve uma tentativa, por parte do Governo do Estado, de especializar e "interiorizar" o desenvolvimento industrial da Bahia, através de metas que visavam estabelecer mudanças na estrutura produtiva, tendo como principal objetivo dinamizar os municípios do "interior", integrando-os à matriz produtiva do estado. Em busca de concretizar esse objetivo, foram implementados, em sua concepção original, distritos industriais nos municípios de Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista e Juazeiro, cujas áreas eram admitidas como estratégicas, pelo Governo do Estado, seguindo a lógica da "descentralização concentrada", pautada em empreendimentos industriais em locais escolhidos em função da possibilidade de efeitos de transbordamento para os municípios situados na circunvizinhança desses Distritos Industriais (Pesotti *et al*., 2017).

Conforme salienta Almeida (2009), em 1970 Feira de Santana começou, através da elaboração do Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé (PDCIS), a estabelecer a criação do Centro Industrial do Subaé com o objetivo de estimular a expansão do município como polo secundário e auxiliar da Bahia, de modo a funcionar como complemento do eixo industrial que já havia se estabelecido na capital. Características marcantes como sua privilegiada localização

rodoviária, a existência prévia de um pequeno parque industrial, a instalação do Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN) e os incentivos fiscais para as indústrias de bens de consumo final foram decisivas na tentativa de promoção de um desenvolvimento econômico local por parte do Distrito Industrial do Subaé.

Para Goés Filho (2001), a instauração e implementação do CIS em Feira de Santana, através da lei 690 de 1970 (BAHIA,1970), merece destaque de inovador por levar em consideração aspectos que não estavam na ordem de importância da localização de um centro industrial, tais como: a preocupação com a questão ambiental traduzida pela inclusão de capítulos específicos sobre a quantidade de poluição do ar e da água; concepção de que o CIS deveria funcionar como um centro de apoio e complementação ao Parque Industrial do CIA em Salvador; estudos locacionais técnicos que recomendaram a redução de 1000 para 417,40 hectares de área do CIS, proposta inicialmente pelo PDLI[3], e a redefinição de sua localização inicial, por considerar que metade da área inicial definida pelo PDLI era desfavorável à ocupação industrial em função de sua topografia (ondulada de forma leve) e sua geologia superficial composta por aflorações de material cristalinas; ênfase do CIS em indústrias de pequeno e médio porte e parcerias entre a administração e as empresas nas compras do terreno e na instalação da infraestrutura necessária.

Na ênfase da "interiorização" industrial, o CIS conseguiu, junto à SUDENE, os recursos para iniciar a implantação de indústrias na área do Tomba, por meio do programa de financiamento a fundo perdido de galpões industriais. Com base nele foram celebrados, inicialmente, quatro convênios que propiciaram a construção das primeiras unidades industriais na área do Tomba e, através de contratos de arrendamento, permitiram a viabilização do processo de ocupação do Tomba, servindo como referência industrial e empresarial para novos investidores (MELLO; SILVA, 1988).

Segundo Cruz (1999), o crescimento da indústria local na década de 1970 e parte dos anos 1980, vem acompanhado da expansão de atividades terciárias com fortes ligações aos movimentos de valorização de terras rurais, industriais e urbanas. A construção civil e a urbanização comercial, advindas dos investimentos governamentais que facilitavam o acesso às cidades do "interior", trouxeram novas mudanças no cenário urbano e no cenário econômico para o município de Feira de Santana, como a construção de um anel rodoviário e o surgimento

[3] Plano de Desenvolvimento Local Integrado instituído em 1968 pelo governo Joselito Falcão da Silva, que entendia o Estado como um agente regulador que asseguraria a estabilidade do mercado e impulsionaria o desenvolvimento social e econômico.

de novos conjuntos habitacionais populares que atendiam tanto aos interesses especulativos do capital imobiliário, quanto aos interesses comerciais e industriais em escoar e regionalizar os processos produtivos, tendo novamente o Estado um papel importante na transformação econômica e social de Feira de Santana.

Dessa forma, o surgimento do CIS, enquanto motor de novos processos produtivos, seja com as economias de escala de novos produtos, seja na atração de novas empresas de variados setores, acaba por incitar, segundo Góes Filho (2001), novas formas de cooperação para os processos produtivos; novos arranjos locais com as indústrias instaladas; novos arranjos sociais (em termos econômicos, com o crescimento da classe industrial na cidade); e novas alianças políticas entre o governo municipal e o estadual com a classe industrial, ao ampliar, de forma significativa, o poder de barganha da região de Feira de Santana e, por conseguinte, a capacidade de partilha dos investimentos públicos.

O CIS atua enquanto autarquia no fomento industrial dentro da economia feirense e da região até 2018, quando, por intermédio da lei de nº 14.032 (BAHIA, 2018), sancionada em 12 de dezembro de 2018, o governador Rui Costa, com a prerrogativa de enxugar a máquina pública e de modificar a estrutura organizacional da administração pública, extingue a Superintendência do Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic), bem como o CIS. Com a extinção das referidas autarquias, a responsabilidade gerencial pelo fomento da atividade industrial, tanto de Feira de Santana quanto dos outros distritos da Bahia, foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) em Salvador.

Isto posto, esta dissertação propõe como problema de pesquisa: Quais os impactos do processo de criação, atuação e extinção do Centro Industrial do Subaé (CIS) como agência de fomento estadual da atividade industrial de Feira de Santana à luz das teorias econômicas de localização territorial e espacial?

Em face do exposto no problema de pesquisa, a hipótese desta dissertação é a seguinte: com a extinção do CIS enquanto autarquia estadual, o setor industrial de Feira de Santana tem reduzida a sua autonomia e sua participação no fomento de atividade industrial dentro da economia feirense e baiana.

O objetivo geral desta dissertação é verificar o processo de criação, atuação e extinção do Centro Industrial do Subaé como agência de fomento da atividade industrial de Feira de Santana à luz das teorias econômicas de localização territorial e espacial. Como objetivos específicos, têm-se:(i) Analisar as teorias que pautaram o estudo da localização espacial e

industrial ao longo da história; (ii) Desenvolver uma análise do Centro Industrial do Subáe (CIS) como agente de fomento da atividade industrial de Feira de Santana; e (iii) Descrever aspectos históricos, econômicos e institucionais da política estadual de fomento da atividade industrial do Distrito Industrial de Subaé.

Por fim, pretende-se ressaltar e contribuir para chamar a atenção sobre a necessidade de discussão da indústria enquanto instrumento de desenvolvimento regional através da desconcentração espacial e econômica. Outros autores como Cruz (1999) e Freitas (1996), em suas tese de doutorado e dissertação de mestrado respectivamente, trataram do processo de instalação do CIS, das teorias que fomentaram o distrito, dos seus impactos no processo de urbanização de desenvolvimento econômico e de sua inserção na articulação nos processos produtivos da indústria do sudeste do país. Já a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) em seu relatório *Análise econômica dos distritos industriais*, do ano de 2017, apresentou a situação econômica de 8 distritos industriais do estado da Bahia (Santo Antônio de Jesus, Barreiras, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié e Luís Eduardo Magalhães), porém não apresentou a análise sobre o distrito industrial de Subaé. Sendo assim, esta dissertação pretende contribuir como "atualização" dos estudos iniciados com Cruz (1999) e Freitas (1996), além de "complementar" os estudos iniciados pela SEI (2017).

O referido trabalho está estruturado da seguinte maneira: além desta introdução e das considerações finais, i) um breve capítulo sobre a metodologia utilizada na elaboração do trabalho; ii) um capítulo sobre as principais teorias de localização espacial e industrial com ênfase nas teorias "clássicas e modernas"; iii) um capítulo sobre a implantação do CIS em Feira de Santana e suas implicações; iv) um capítulo sobre o panorama atual do CIS com base na análise de dados referentes a sua implantação, composição e extinção.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

A proposta metodológica desta dissertação consiste em uma análise qualitativa, bibliográfica e documental de modo a entender e satisfazer tanto os objetivos desta dissertação, quanto o problema de pesquisa e a sua hipótese.

Entretanto, a pesquisa sobre as influências dos fatores locacionais nos processos econômicos, sociais e industriais em um determinado município denota necessariamente uma prática peculiar no que diz respeito às diversas abordagens da pesquisa social, através da definição de Gil (2010, p. 45), na qual pesquisa social é:

> [...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Antes de descrever a metodologia desta dissertação, faz-se necessário explicar o conceito de realidade social proposto por Gil (2010), sendo essa entendida de forma abrangente como todos os aspectos relativos aos seres humanos e seus relacionamentos tanto com os seus semelhantes como com instituições, sejam essas sociais ou até mesmo econômicas. Desse modo, o conceito de pesquisa social empregado pode ser aplicado não só aos estudos dos fatores locacionais, uma vez que estuda a relação entre indústria, local e sociedade , como também pode ser utilizado no âmbito das mais diversas ciências sociais, tais como a Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Economia etc.

Sendo assim, num primeiro momento a proposta caracteriza-se como uma revisão teórica dos principais estudiosos sobre a localização espacial e industrial. Sobre a importância da revisão bibliográfica como delineamento de pesquisa, Demo (1999, p. 115) salienta que:

> [...] O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

Para o cumprimento desse objetivo, com base em artigos científicos, teses e dissertações e demais produtos científicos, procedeu-se com análise teórica dos principais estudiosos das teorias da localização, subdividindo essa categoria em dois subgrupos: as teorias clássicas e as

modernas. Nas teorias clássicas estarão presentes os autores alemães: Von Thunen (1826), Weber (1898), Christaller (1933) e Losch (1940), considerados os pioneiros do estudo da teoria da localização. Nas teorias modernas estarão Perroux (1967), Marshall (1982), Porter (1993), Shank e Govindarajan (1997) e Milton Santos (2006). Essa divisão foi feita de modo a facilitar e contextualizar teorias que tratam de conjunturas e assuntos parecidos, para a compreensão de práticas de acompanhamento e controle social e espacial ali exercidas, assim como sua extensão, complexidade e desdobramentos.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama muito mais ampla de fenômenos do que aquela que poderia ser pesquisada diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria inviável a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda *per capita*; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas (GIL, 2010).

Sendo assim, a primeira etapa metodológica consistiu em identificar, com base nos estudos formalizados através de artigos, teses, dissertações e outros produtos científicos, quais são as principais teorias de localização espacial e industrial e de que modo elas influenciaram e/ou contribuíram para a formação dos distritos industriais na Bahia, especificamente, o distrito industrial de Feira de Santana.

A metodologia também se enquadra no caráter hipotético-dedutivo, e Gil (1999, p.12) destaca a importância do método hipotético-dedutivo ao afirmar que:

> Quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto são insuficientes para a explicação de um fenômeno, surge o problema. Para tentar explicar a dificuldade expressa no problema, são formuladas conjecturas ou hipóteses. Das hipóteses, deduzem-se consequências que deverão ser testadas ou falseadas[...], no método hipotético-dedutivo procura-se a todo custo evidências empíricas para confirmar ou derrubar uma hipótese.

Ato contínuo, esta pesquisa foi embasada com elementos cruciais que irão compor a gama de discussões sobre alguns dos principais conceitos no decorrer do estudo, tais como: desenvolvimento regional, distritos industriais, desconcentração industrial, desconcentração econômica e desconcentração espacial. Sendo assim, tem-se as características metodológicas de pesquisa bibliográfica de revisão de literatura sobre as principais teorias ou conceitos que norteiam o trabalho.

É importante lembrar que as considerações esboçadas quanto à metodologia desta dissertação, através do Centro Industrial do Subaé, podem ser inicialmente avaliadas como questões abertas, uma vez que a dimensão de importância e de variáveis abrangeu tanto o nível municipal quanto regional. Além disto, observou-se que há inúmeras necessidades no que diz respeito a este campo de estudo específico, uma vez que, apesar de sua importância na economia local e no desenvolvimento regional, existem poucas pesquisas que tratam de modo específico sobre o objeto de estudo em si, tais como os estudos de Cruz (1999) e Freitas (1996) que tratam de forma exclusiva sobre o CIS, e os estudos de Pessoti *et al*. (2015) e SEI (2017) que retratam sobre os distritos industriais de forma geral. No entanto, ao longo de toda a dissertação, sempre estará presente a totalidade, as condições e contradições do processo histórico do Centro Industrial do Subaé.

Cabe também ressaltar que neste processo metodológico a abordagem qualitativa se faz presente conforme a definição de Minayo (2002, p. 21), que ela é:

> [...] uma pesquisa preocupada nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos apenas à operacionalização de variáveis.

O principal instrumento de pesquisa qualitativa utilizado nesta dissertação foi a entrevista estruturada. Para Lakatos e Marconi (2001), esse tipo de entrevista consiste em um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional, estruturada ou não, mas planejada. É um procedimento utilizado na pesquisa social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Porém, a definição mais detalhada é encontrada em Triviños (1987, p. 152), que define entrevista estruturada como:

> [...] tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa para facilitar o entendimento tanto do pesquisador quanto sobre o que está respondendo ou comentando o entrevistado. Dessa forma, [...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também a explicação e a compreensão de sua totalidade.

Nessa etapa, através da coleta de dados em uma entrevista, buscou-se identificar os principais componentes do CIS (Centro Industrial do Subaé), ou seja, as principais indústrias instaladas no distrito, a quantidade de pessoas empregadas nas empresas, os tipos de indústrias instaladas, as principais vantagens e dificuldades enfrentadas pelos integrantes e quais as perspectivas futuras do mesmo.

Os integrantes da pesquisa foram: o representante da última diretoria-geral do CIS enquanto autarquia estadual; o atual presidente do CIFS (Centro das Indústrias de Feira de Santana); o representante da área de distritos industriais da FIEB (Federação das Indústrias do Estado da Bahia); o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal representando a prefeitura municipal; e o representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado, que está ligado à concessão de incentivos fiscais nos distritos industriais.

A escolha por esses cinco participantes se deu pelo fato de que todos os escolhidos respondem direta ou indiretamente à sociedade e ao governo sob quaisquer dados e/ou situação atual do distrito industrial com maior clareza e precisão sobre sua atual situação e seu futuro. O último diretor-geral do CIS foi escolhido por ter sido o último gestor do CIS e por, em teoria, poder saber com precisão sobre como se encontrava a situação das indústrias instaladas no distrito.

Já a escolha do presidente do CIFS se deu pela importância da instituição consultiva dentro da indústria feirense com a extinção da autarquia, uma vez que dentre suas funções está a de representar e desenvolver o polo industrial de Feira de Santana.

A FIEB, através do representante da área de distritos industrias, foi escolhida por ser a representante máxima das indústrias baianas, e por atuar tanto na área executiva quanto na consultiva de forma indireta, no fomento e no desenvolvimento do setor industrial feirense.

Uma vez que não há secretaria de desenvolvimento industrial no município, a secretaria de desenvolvimento econômico é a mais próxima relacionada às atuações da indústria dentro de Feira de Santana. A escolha do secretário municipal teve como objetivo, entender as motivações, dificuldades e perspectivas do CIS sob a ótica dos atores políticos da cidade.

Por fim, como já citado anteriormente, o CIS foi extinto como autarquia municipal em 31/12/2018, e toda a responsabilidade pelo distrito foi transferida para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico localizada em Salvador. A escolha pelo representante, da área de incentivos fiscais da secretaria, se dá para que se possa entender a visão do órgão sobre esta centralização e também a partir da importância dos incentivos fiscais no fomento industrial no presente e no futuro do distrito.

De modo a facilitar a compreensão e a identificação dos grupos categóricos escolhidos ao longo do texto corrido, o Quadro 1 trata de como esses serão identificados nesta dissertação,

omitindo seus nomes de acordo com as normas éticas da pesquisa qualitativa. As questões de pesquisas perguntadas a cada um dos grupos categóricos estão no anexo III desta dissertação.

A entrevista não é apenas mais um instrumento na coleta de dados e informações realizada diretamente com as pessoas envolvidas no distrito industrial do Subaé, mas antes compreende um procedimento específico complementar e necessário ao conjunto das pesquisas desta dissertação. Elas foram dirigidas aos sujeitos de maneira livre e aberta, com o objetivo de colher a compreensão dos agentes ou as iniciativas selecionadas sobre o problema levantado como uma indagação de maneira pertinente à natureza do objeto de estudo, o distrito industrial de Feira de Santana e junto aos objetivos deste trabalho.

Quadro 1 – Grupos Categóricos da Pesquisa

Grupos Categóricos	**Código de Identificação**
Representante da Diretoria-Geral do CIS	E1
Atual Presidente do CIFS	E2
Representante da FIEB	E3
Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Municipal	E4
Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Bahia	E5

Fonte: Elaboração de Gesner Brehmer Silva.

Para a realização das entrevistas, esta dissertação foi submetida para aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) via Plataforma Brasil, sendo aprovado em subsequência. O objetivo com a submissão foi de garantir a todos os participantes o aparato legal para que a participação neste trabalho não gerasse consequências negativas futuras do ponto de vista ético.

Em relação ao roteiro da entrevista, todos os entrevistados seguiram a mesma base de perguntas previamente elaboradas de acordo com os objetivos propostos pela dissertação. Após a realização de toda a coleta de dados, as informações obtidas foram complementadas e/ou articuladas com outras informações de ordem pessoal, política e técnica. As categorias de análise desta dissertação são identificadas em três: Histórica (evolução da política estadual de incentivo a atividade industrial); Econômica (impactos de investimentos, geração de renda e empregos); Institucionais (organização, implantação, investimento e período de funcionamento do CIS como agência de fomento).

A compreensão destas categorias de análise que envolvem a atuação do Distrito Industrial do Subaé no município de Feira de Santana permite inferir de que forma o referido distrito pode ser aperfeiçoado e/ou efetivado, na medida em que ele possa ser capaz de influenciar a implementação de políticas públicas direcionadas rumo a um padrão de qualidade e ao melhor desenvolvimento industrial do município de Feira de Santana.

Porém, apesar do caráter qualitativo, a pesquisa quantitativa também foi levada em consideração no debate da problemática de investigação. Sobre a pesquisa quantitativa, Fonseca (2002, p. 20) afirma que:

> [...] Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

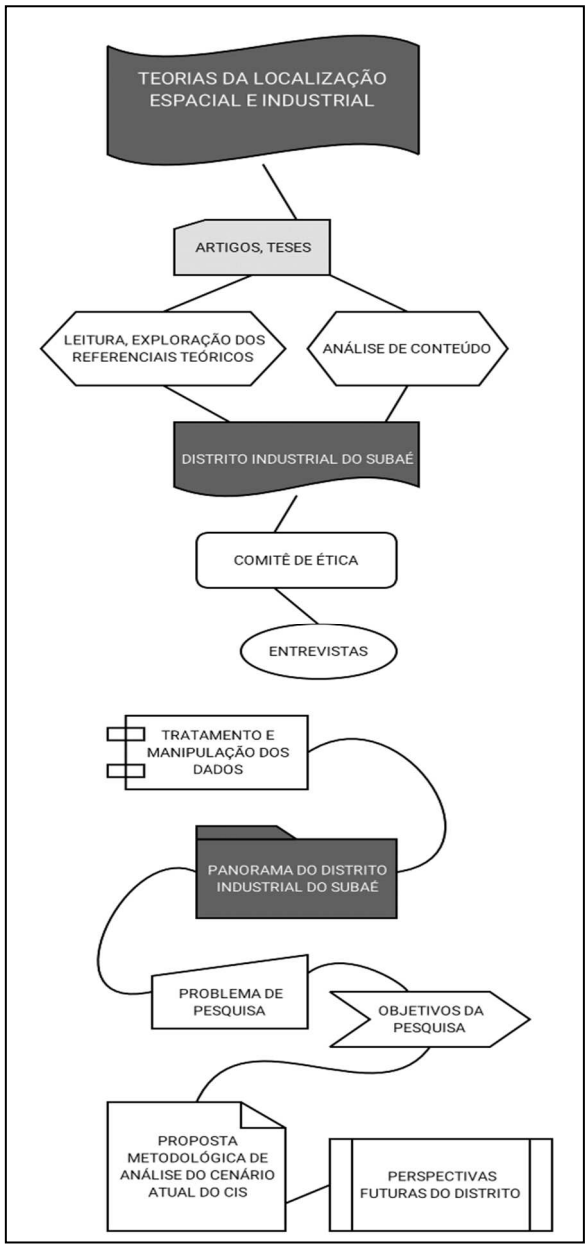
Assim, ao juntar a análise quantitativa à qualitativa, comunga-se da ideia de que ambos os métodos se complementam em algum momento da abordagem, visto que, pelas limitações metodológicas, um ou outro método enquanto sozinho não pode satisfatoriamente responder às questões propostas. Por essa razão, e para benefício da construção de uma ciência crítica e teórica como um todo, como salienta Lima (2014), não se deve renegar a interação entre esses dois tipos de pesquisa.

Em face disso, foi realizada a análise de dados estatísticos de indicadores como Produto Interno Bruto (PIB) industrial, mão de obra ocupada, composição industrial, destino da produção, entre outros, obtidos através de bancos de dados como os da SEFAZ-BA (Secretária da Fazenda do Estado da Bahia), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Federação de Indústrias do Estado da Bahia (FIEB), dos balanços financeiros do CIS e da Superintendência de Estudos Socioeconômicos do Estado da Bahia (SEI), aliados à abordagem da pesquisa qualitativa, que tornou a compreensão dos fenômenos, fatos e significados do objeto de estudo uma análise mais pleiteada, clara e concisa, para que não houvesse dúvidas sobre a veracidade ou sob o método utilizado para se chegar aos resultados esperados a partir da hipótese proposta.

Por fim, ressalta-se a importância de definir o caminho metodológico-científico como respaldo para a verificação do estudo, na verificação dos métodos e na produção de

conhecimento. A metodologia não pode e nem deve ser entendida como apenas um aspecto formal da ciência ou um fim em si mesma, mas sim como um instrumento no auxílio na análise de conhecimentos científicos, procedimentos, estratégias e métodos que possibilitem, da forma mais clara possível ao pesquisador, a solução dos problemas na investigação da pesquisa de forma crítica. De modo pedagógico, o esquema metodológico com todo o caminho percorrido neste trabalho encontra-se apresentado na Figura 1.

Figura 1- Esquema Metodológico do Trabalho



Fonte: Elaboração de Gesner Brehmer Silva

3 TEORIAS DA LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E INDUSTRIAL

Os estudos da teoria da localização espacial e industrial começaram a emergir na Europa, no início do século XIX. Nessa época, países como Alemanha, França e Inglaterra passavam por um intenso processo de industrialização advindo da Segunda Revolução Industrial. Sendo assim, estudiosos desses países passaram a se interessar em como isso impactaria na sociedade. Em especial na Alemanha, onde a agricultura ainda tinha forte poder econômico, quando traços de industrialização começaram a se mostrar mais presentes, autores como Von Thunen, Weber, Losch e Christaller estudaram e fundamentaram suas teorias de localização espacial e industrial voltadas a responder as questões de localização agrícola e da nova indústria que emergia em território alemão.

Para melhor compreensão e entendimento dos autores da teoria de localização espacial e industrial, optou-se por dividir os teóricos da localização em dois grupos ou abordagens: "clássica" e "moderna". Na clássica, foram abordadas as contribuições dos teóricos alemães, considerados precursores do estudo da localização espacial. Já na "moderna", foram analisados autores que, de alguma maneira, sofreram influências das teorias clássicas e contribuíram para o escopo teórico da localização.

3.1 TEORIAS "CLÁSSICAS" DE LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E INDUSTRIAL

Diante do contexto da Segunda Revolução Industrial no início do século XIX, já explicitado nos parágrafos acima, o espaço ganha um papel de ainda maior importância na compreensão da nova conjuntura, uma vez que ele é um recurso limitado e escasso e sua gestão, preservação e ordenamento geram implicações na sociedade, tornando-se assim uma questão prioritária dos gestores e dos estudiosos da questão.

Von Thunen, Weber, Christaller e Losch, então, se debruçaram sobre os impactos do espaço no contexto econômico e social das sociedades que viveram, dando início às teorias da localização espacial e industrial.

3.1.1 Os "Anéis" de Von Thunen

Em sua obra, *O Estado Isolado* publicada em 1826, em sua relação com a agriculta e a economia nacional, o economista prussiano (hoje Alemanha), Johann Heinrich Von Thunen,

inaugurou, de forma definitiva, o estudo da teoria dos lugares centrais, sob uma perspectiva racionalista, para explicar se há uma ordem espacial da produção agrícola e qual lógica ela atendia.

Thünen utiliza como variável explicativa a distância da produção agrícola em relação aos mercados urbanos. Para isolar essa variável, ele assumiu algumas condições em seu experimento mental: i) tudo se passa em uma planície biofisicamente uniforme (qualidade dos solos, tipo de relevo, etc.) , ao redor da qual se ergue uma densa floresta "virgem" (*uncultivated wilderness*); ii) não há movimento de importação-exportação para além dessa floresta; iii) a planície é por toda parte habitada por agricultores de mesmo nível cultural; iv) esses agricultores produzem para venda e sempre procuram maximizar a renda advinda dessa venda; v) o único mercado disponível a esses agricultores é aquele de uma cidade centralmente localizada na planície; vi) a única forma de os agricultores levarem suas mercadorias para a cidade é por meio de carros de tração animal (CABRAL, 2011).

Dentro desse modelo simplificado elaborado por Thünen, algumas considerações são válidas e pertinentes para seu melhor entendimento. A principal delas é que, dadas as condições impostas, o único elemento que diferenciará os produtores agrícolas é exclusivamente a sua posição geográfica em torno da cidade localizada centralmente na planície. Em outras palavras, os ganhos obtidos pelos produtores sofrem influência do custo de transporte de mercadorias para a cidade dada a sua posição geográfica na planície, mais próxima ou mais longe do mercado consumidor.

Segundo Walbel (1948), esse componente do custo de transporte irá criar uma "variação na renda da terra" de forma decrescente, ou seja, quanto mais longe o produto estiver da matriz consumidora, menor será a produção desse produto, o que afeta a utilização da terra para produção em duas perspectivas: gêneros de cultivos de produtos agrícolas e sistema de cultivo. Sobre a primeira perspectiva, Hall (1966, p. 23) a formula da seguinte maneira:

> Uma dada cultura, digamos, uma cultura de grãos, pode ser cultivada sob diferentes sistemas, alguns mais intensos do que outros; ou seja, alguns sistemas implicam custos mais elevados do que outros, mas que (em certas circunstâncias) trazem maiores retornos. Podemos encontrar que, embora a cultura seja a mesma, ela é produzida por um sistema intensivo em um lugar, em um sistema extensivo em outro. Como, Thünen pergunta, esta variação está relacionada à distância em relação ao único mercado consumidor.

As variações no cultivo, Thunen nomeia de "teoria das intensidades", em que os cultivos de terra mais próximos ao mercado serão os de produtos agrícolas, nos quais serão empregadas menores unidades tanto de capital quanto de trabalho, que atingem a renda da terra nula (nível

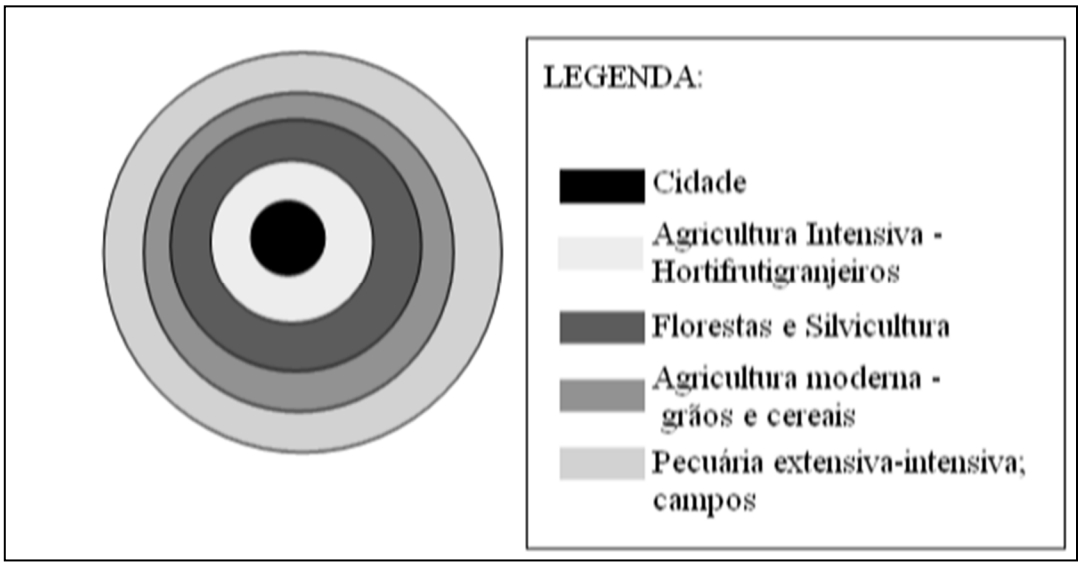
crítico de produtividade marginal de capital e trabalho). A medida em que as terras se afastam do mercado consumidor da cidade, os cultivos agrícolas se tornam progressivamente mais extensivos, tanto de capital quanto de trabalho.

Esses sistemas, porém, representam métodos de cultivo ou níveis de investimento de capital e trabalho utilizados para o cultivo de um mesmo gênero, sendo variáveis apenas os custos. A partir do momento em que os custos são mantidos de forma fixa e se consegue variar os gêneros, qual seria a estrutura de alocação tal como influenciada pela distância do mercado? Esse é o segundo grande objeto de estudo de Thünen. Como resposta, ele constrói uma teoria geral da localização dos produtos agrícolas – a teoria dos cultivos, conforme ficou conhecida na literatura especializada.

A citada teoria postula que o lugar mais próximo ao mercado será apropriado para aquele produto que apresenta a maior redução de custo de transporte naquela localização. O valor dessa redução é encontrado pela multiplicação do custo de carregamento transportado para o mercado pelo número de carregamentos preenchidos por unidade de área cultivada. Como os custos de produção são mantidos constantes, o produto dessa multiplicação reflete as características intrínsecas do gênero (produtividade natural, volume e perecibilidade) e a natureza da demanda urbana (CABRAL, 2011).

Com esses pressupostos estabelecidos, Von Thunen determinou a estrutura locacional dos diversos cultivos no famoso diagrama dos seis anéis que ficaram conhecidos na posteridade como os “Anéis de Von Thunen”, os quais estão representados na Figura 2.

Figura 2- Os Anéis de Von Thunen



Fonte: Alves, Maia (2009, p. 52).

No primeiro anel ficaram localizadas as verduras, legumes e frutas; no segundo, lenha (numa primeira subzona) e madeira de construção (na segunda subzona); no terceiro, um sistema de rodízio entre cereais e tubérculos, com adubação uma vez por ano; no quarto, um sistema de rodízio entre cereais e pastos com pousio; no quinto, os mesmos produtos em um sistema de três campos – um com os cultivos de inverno (trigo ou centeio), outro com os de primavera (cevada ou aveia) e o terceiro em pousio; e, no sexto anel, tem-se a pecuária extensiva de corte e leiteira. Nesse último também são produzidos alguns manufaturados como laticínios, óleos vegetais, fumo e linho que, em razão do alto valor agregado por unidade de volume, suportariam distâncias maiores.

Algumas observações são importantes para a compreensão dos efeitos da teoria dos anéis de Von Thunen. A primeira delas diz respeito às dimensões acerca dos efeitos da distância, tanto na teoria dos cultivos, como na teoria da intensidade. Na teoria dos cultivos, os fatores da produção (capital e trabalho) permanecem sempre constantes e, à medida que se afastam do mercado urbano, a renda da terra declina para todos os cultivos dos seis anéis, o que leva a inferir que a diferença entre cada paisagem (ou cada cultivo) se dá pelos fatores fisicos da produção (tipo do cultivo, relação valor/volume e etc.). A teoria da intensidade pode ser vista como um caso especial da teoria dos cultivos, na qual se permite que os fatores de produção variem. Ela postula que, para cada cultivo, dentro do seu anel, a quantidade de fatores de produção diminui com o aumento da distância (KELLERMAN,1983).

Em síntese, ainda que os pressupostos dos estudos de Von Thunen apresentem-se de forma irreal (os fatores de produção não são constantes, por exemplo), sua contribuição é pioneira por levantar indagações da influência do espaço nas atividades econômicas e por sustentar estudos posteriores de que os mercados centrais procuram se desenvolver nos lugares de maior densidade populacional (a cidade central), enquanto que os fatores produtivos buscam se desenvolver ao redor dos lugares de maior densidade populacional (os anéis), que também possuem uma significativa densidade populacional. Como salienta Netting (1993), ao atender as condições *ceteris paribus* (tudo o mais constante), a densidade da população varia diretamente com a distância dos grandes mercados centrais, de modo que a teoria de Von Thunen prediz adequadamente a intensidade da produção.

3.1.2 Alfred Weber e a Localização Industrial

Embora a teoria de Von Thunen tenha se dedicado quase que exclusivamente às questões agrárias, ela deixou inquietações e dúvidas. Seria possível replicar ou esquematizar a sua nos processos de localização industrial?

Alfred Weber (1868-1958) procurou responder tais questionamentos ao estabelecer o pressuposto em sua teoria de que a localização industrial era um problema geral de repartição de espaço das atividades econômicas. Ao analisar a composição das indústrias alemãs da época, com base no modelo de Thunen, Weber percebeu que três fatores influenciam, de maneira crucial, a decisão das industrias de se estabelecerem em um determinado local: os custos de transporte, as distorções da força de trabalho e, por último, as forças de aglomeração e desaglomeração (RAMOS, 2000).

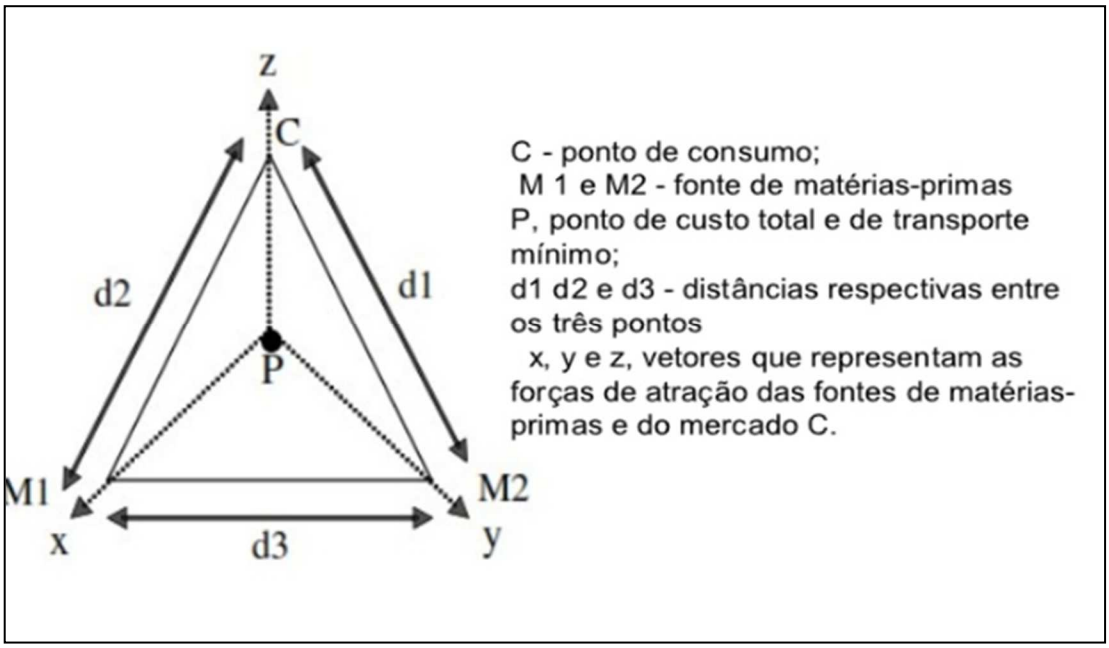
i) Custos de Transporte: há sempre um ponto onde os custos de transporte são minimos.Esse ponto é condicionado a dois fatores: o peso do produto industrial e a distância da indústria para os mercados consumidores. Sendo assim, a decisão de uma empresa em se localizar em determinada área se dará na comparação entre o preço de transporte das matérias finais e das matérias-primas. O ponto de equilibrio entre os preços é determinado pelas linhas que ligam as fontes de matérias-primas e o centro de consumo, também chamado de triângulo locacional, em que, no interior do mesmo, as forças concorrentes de atração de matérias-primas serão confrontadas com as forças concorrentes de atração de produtos finais. Desse “embate”, o equilibrio das forças, se atingirá o ponto de custo mínimo de transporte.

ii) Distorções da força de trabalho: corresponde à atração exercida pelos centros vantajosos de mão de obra. As distorções dependem essencialmente das diferenças entre os níveis salariais dos diferentes locais, sendo a mão de obra um fator imóvel e a oferta ilimitada. A influência destes fatores sobre os produtos por unidade de peso é medida através de um “índice de custo de trabalho” onde quanto maior for o peso da mão de obra no processo de produção, maior a influência da distorção. Coeficientes de trabalho elevados fazem com que as indústrias se concentrem geograficamente em um determinado espaço e quanto mais baixos forem, maior é a dispersão nas indústrias (RAMOS, 2000).

iii) Forças de Aglomeração e Desaglomeração: consistem em economias com alto poder de encadeamento através de um reagrupamento de ordem geográfica das empresas nos fatores de produção e escoamento da produção – com preços mais favoráveis, melhores condições de mercado e maior integração do mercdo com as unidades industriais. Já as forças de desaglomeração são os grandes aumentos na renda da terra, provocados devido a uma concentração excessiva de terras nas mãos de poucos produtores agrários e, por consequência, da redução da oferta de terras disponíveis para a implantação de indústrias.

O Triangulo Locacional de Weber está ilustrado e descrito conforme a Figura 3

Figura 3- Triângulo Locacional de Weber



Fonte: Alves (2011, p. 11).

No Ponto P do diagrama, em que as forças do ponto de consumo se equilibram com as forças das fontes de matérias primas, é calculada a relação dos "índices de materiais", dado pela razão explicitada na equação abaixo:

$$\frac{\textit{Número de unidades de peso das matérias primas localizadas}}{\textit{Número de unidades de peso dos produtos finais}}$$

Se o índice for superior a 1, é a atração das matérias- primas que é predominante no espaço onde será localizado a indústria; se for menor que 1, é a atração dos produtos finais que levará vantagem na alocação industrial. No entanto, como salienta Ramos (2000), algumas alterações no índice podem ser admitidas com base nos fatores das distorções das forças de trabalho e das forças de aglomeração e desaglomeração.

O resultado dessa intervenção de forças define a "densidade industrial" e provoca variações relativas à localização onde os fatores transporte e trabalho são preferenciais. A influência é maior nas indústrias com produtos de grande valor agregado, e pode ser medida por um coeficiente de produção. De maneira geral, as indústrias de elevado coeficiente de produção têm tendência para se aglomerarem (RAMOS, 2000).

Com base nesses pressupostos, a teoria de localização industrial de Weber é compreendida como um modelo de localização, ótima de modo que aborda uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico ao trazer para o debate as escalas regioniais e locais, dentro do espectro da minimização dos custos de transporte das unidades industriais através de um *trade-off* [4], entre os custos de produção e os locais em que as indústrias se instalam.

3.1.3 Christaller e os Lugares Centrais

Além dos estudos de Weber sobre localização espacial e industrial, o modelo de Thunen também gerou outra vertente de indagações sobre o espaço geográfico e suas influências nas relações organizacionais, além de sua função econômica. Nesse sentido, o geográfo alemão Walter Christaller (1893-1969) tem contribuição essencial com a Teoria dos Lugares Centrais, publicada pela primeira vez em 1933, a qual procurava identificar de que forma as atividades econômicas se espacializavam e organizavam o espaço.

A referida teoria explana um modelo de rede espacial com ênfase no espaço urbano e no seu dinamismo. Para Christaller (1933 *apud* ALVES 2011), o espaço geográfico só pode ser compreendido como um sistema hierarquizado baseado em um suporte metodológico de três autores: Von Thünen (1826), para a espacialização das atividades agrícolas, Weber (1922), para

[4] Conceito econômico sob o qual todos os agentes econômicos passam por um processo de conflito de escolhas(MANKIW, 1997).

a teoria das localizações das indústrias e Engländer (1924), com as relações entre economia e espaço (ALVES, 2011).

O conceito-chave da teoria é o de lugar central conforme Christaller (1933 *apud* ALVES 2011, p. 16):

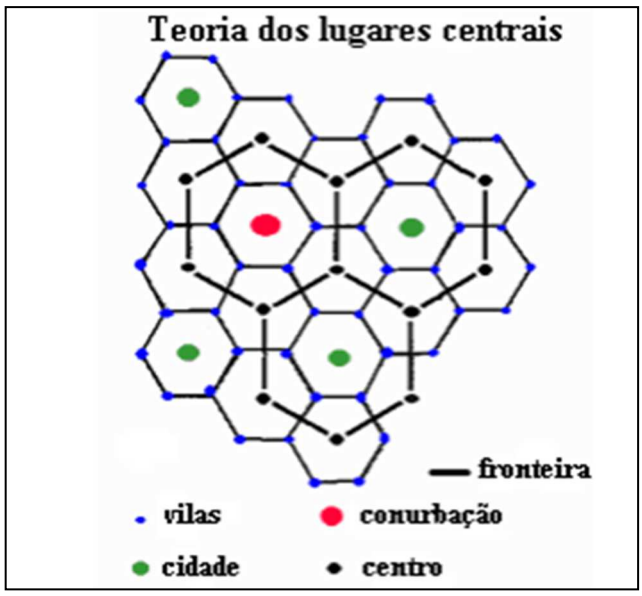
> [...] pontos do espaço nos quais os agentes econômicos se dirigem para efetivar suas demandas específicas. Os chamados "lugares centrais" seriam aqueles mais elevados hierarquicamente, justamente por disporem de maior dotação de bens e serviços de mais alta especificidade.

Como objetivos e importância da Teoria de Walter Christaller para a Geografia, Duarte (1976) lembra da preocupação do autor com a distribuição da população e sua correlação com as localidades centrais. De fato, é possível inferir que em área de maior população geralmente há um crescimento maior de renda pelos aumentos dos padrões de consumo e dos investimentos feitos em relação às regiões menos povoadas ao redor deste lugar (ou cidade) central.

O referido autor observou que, ao longo do espaço, há a existência de vários lugares centrais que obedecem a um mesmo padrão de maiores dotações de bens e serviços de alto grau de especificidade, em detrimento dos lugares não-centrais. A diferença dos padrões, porém, se dá nos graus e nos níveis diferentes (cidades de pequeno, médio, grande porte e os vilarejos) que são classificadas em sistema hierárquico cuja cada posição depende de dois fatores: quantidade e variedade dos bens centrais e dos serviços ofertados, cuja variação, para mais ou para menos, define o seu grau de centralidade dentro da hierarquia. Este sistema está representado na Figura 4.

A Teoria dos Lugares Centrais mostra uma organização espacial de acordo com a importância e o dinamismo das atividades econômicas, principalmente as relacionadas à indústria e ao comércio. A proximidade de centros industriais e comerciais faz com que a distribuição da população se dê em torno desses polos aglutinadores, ou seja, uma polarização ou redes desses centros urbanos (CORRÊA, 2005).

Figura 4- Hierarquia dos Lugares Centrais de Christaller



Fonte: Alves, Maia (2009, p. 55).

A ênfase na questão do espaço urbano e no modelo de hierarquia já explicitado na Figura 4 demonstra que há relações de poder e subordinação (vila, centro, cidade e conurbação). O espaço rural nessa abordagem é definido de forma contrária ao espaço urbano, como um lugar de baixa densidade e alta dispersão populacional, com atividades de pouco ou nenhum dinamismo e polarização. De acordo com Christaller (1933 *apud* ALVES 2011, p. 16):

> In contrast to these central places, scattered places are all those places that are not centers. They include: (1) boundary areas - these are the inhabitants of the villages that live off their agricultural activities, which are conditioned by the areas around them; and (2) limit point - are the settlements where the inhabitants live from resources in specific locations[5].

Em contrapartida, o espaço urbano para Christaller (1933 *apud* ALVES, 2011) é definido como aquele em há presença de atividades comerciais e industriais e é densamente povoado, localizado de forma central e que mantém relações de poder (hierárquicas) com outros espaços. O ponto fundamental da teoria dos lugares centrais, proposta por Christaller nas análises da relação entre o espaço urbano e o rural, está na elaboração de um modelo que posiciona a cidade como local central para o controle de toda relação com o campo, sendo ele

[5] Em contraste com estes lugares centrais, são os locais dispersos todos aqueles lugares que não são centros. Eles incluem: (1) áreas-limites – são as que os habitantes das povoações que vivem das suas atividades agrícolas, que são condicionados pelas áreas em torno delas; e (2) ponto-limite – são os assentamentos onde os habitantes vivem a partir de recursos em locais específicos (Tradução nossa).

subordinado às decisões socioeconômicas oriundas do mundo urbano. Assim, a relação campo-cidade passa e ter uma análise claramente assimétrica, com o campo sendo apenas um reflexo das decisões da cidade (ALVES, 2011). Entretanto, o modelo teórico apresenta algumas distorções da própria realidade do mercado, conforme explica Ramos (2000):

i) A par do princípio de abastecimento dos mercados, baseado no volume populacional atendido, dois outros princípios irão influenciar as forças de aglomeração no espaço: o princípio da organização administrativa (*Zuordnungsprinzip*), que foca nas funções administrativas que a cidade exerce, e o princípio do transporte (*Verkersprinzip*), que foca na natureza e nas qualidades da via de comunicação das cidades.

ii) A partir do momento em que o mercado conduz a um diagrama hexagonal, corresponde a um espaço homogêneo e abstrato para tomada de decisões das vias de comunicação, enquanto que, numa análise real, as influencias se darão muito além dos eixos de transporte.

iii) O modelo de Christaller não leva em consideração que os lugares centrais não sofrem influência das estruturas administrativas instaladas, e que muitas vezes estas não coincidem com os centros comerciais.

Em resumo, os pressupostos de Christaller descrevem através, de observações teóricas, como as atividades terciárias devem ocorrer somente se essas observações forem verdadeiras. Apesar de estabelecer hipóteses que geralmente não possuem aplicação prática real como custos de transportes homogêneos e mercados uniformes, as teorias de Christaller encontraram eco e aceitação, inclusive, no Brasil que, como apresenta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1987) através da modelação da TCL, estabeleceu uma estrutura hierárquica dos municípios brasileiros.

3.1.4 Losch e as Áreas de Mercado

Além das abordagens téoricas já mencionadas anteriormente neste trabalho, os estudos pioneiros da teoria da localização também procuraram responder questões sobre a relação entre

a localização espacial e industrial e o sistema econômico através de uma modelagem baseada em um sistema de equilibrio entre ambos.

O economista alemão August Losch foi quem primeiro tentou responder a essas questões em 1940 através da sua obra intitulada *O ordenamento Espacial da Economia*. Para Benko (1999a, p. 58), o esquema inicial dos estudos de Losch

> baseia-se em três fatores: distância, produção em grande escala e concorrência. Os produtores (industriais) de um dado ramo delimitam os seus raios de ação comercial em função de considerações de racionalidade econômica.

Complementar às afirmações de Benko (1999a), Ramos (2000) salienta que a teoria de Losch foi fundamentada em três palavras: localização, área de mercado e relações de troca. Losch muda o foco da abordagem de Von Thunen e de Weber, que procuraram identificar as considerações (ou motivos) que guiavam os donos dos fatores de produção (empresário-industriais) a se instalarem em determinadas localidades, mas sem determinar, de forma precisa, quais as melhores condições ou, nas palavras de Losch (1940 *apud* BAGOLIN *et al*., 2007), as condições ótimas de localização.

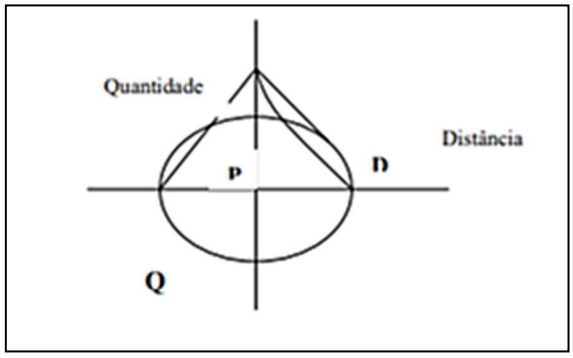
Com efeito, as localizações particulares, determinadas em função da situação dos fatores de produção, tanto dos concorrentes como dos consumidores, são influenciadas entre si pelas repercussões ao nível da oferta e da procura e, por isso, ao nível da forma e da natureza das atividades econômicas. As localizações individuais são determinadas pela procura do lucro individual máximo; essas inter-relações levam à igualização das vantagens das unidades econômicas e à maximização do número de atividades autônomas (RAMOS, 2000).

Em suma, o modelo de Losch (1940) difere-se dos estudos anteriores porque, pela primeira vez, pressupõe que a escolha locacional não se baseia pelos fatores locacionais de produção, ou pela melhor localização e maior proximidade das matérias primas ou menor custo de transporte, mas sim, pelos locais em que o empresário obtém o maior lucro possível com a instalação da indústria. Através desse pressuposto, o referido autor cria o Cone de Demanda, no qual sustenta a ideia de que num local em que há ausência de concorrentes, o número de produtores está de acordo com a capacidade de atendimento ao mercado.

A Figura 5 demonstra o Cone da Demanda e a sua dinâmica dentro do processo de localização espacial, sendo a área circular o mercado atendido por um único produtor e cada curva da procura corresponde a um determinado consumidor. A rotação das curvas do cone sobre o eixo das ordenadas acaba por resultar na formação de uma figura parecida a um cone. Verifica-se também através da curva da procura, que quanto mais o consumidor se distancia

(D) do produtor (P), menor é a quantidade adquirida do produto (Q), visto que o preço aumentará como consequência dos custos de transportes.

Figura 5- O Cone de Demanda de Losch



Fonte: Costa (2002, p.79).

Losch (1940 *apud* BAGOLIN *et al*., 2007) ainda afirma que o mercado com vários produtores de um mesmo bem acabará por resultar na formação de uma rede de hexágonos, em que cada área circular de um produtor se comprimirá para a forma de hexágono, sendo o centro dele ocupado por distintos produtores. Se o mercado for de concorrência perfeita, os hexágonos terão o mesmo tamanho de áreas de mercado. Cabe destacar que diferentes bens formarão diferentes redes de hexágonos.

Através das interações entre os centros de produção e os centros de consumo dos cones de demanda, formam-se combinações características que resultam em subdivisões do mercado global dentro do espaço, o que Losch (1940 *apud* BAGOLIN *et al*., 2007) chama de áreas de mercado, que se reportam a dois tipos: os centros de abastecimento (quando vários produtores se unem em torno de um centro de consumo); e regiões de extração, quando centros de consumo se reúnem em torno de um produtor. Segundo Costa (2002), o primeiro tipo é característico da localização agrícola e o segundo da localização industrial.

É importante destacar que, no modelo de Losch, pouco importa o número de unidades de produção (que é geralmente mais elevado na agricultura do que na indústria), e sim os números e a posição das localizações que determinam a natureza da região. As localizações são classificadas em dispersas e aglomeradas, as quais consistem em reagrupamentos pontuais ou reagrupamentos por zonas. No primeiro caso, as áreas de mercado se sobrepõem; no segundo caso, elas já estão justapostas e as suas fronteiras correspondem ou a linhas ou a faixas de terreno, segundo a força respectiva das localizações concorrentes e também a diversidade dos produtos (RAMOS, 2000).

Losch (1940 *apud* COSTA, 2002) também consegue distinguir as particularidades entre a localização industrial e a localização agrícola para estabelecer os pressupostos de um sistema de equilíbrio geral da teoria da localização. Sublinha-se que os aspectos da localização agrícola não serão aprofundados em virtude dos objetivos deste trabalho. Os pressupostos da localização industrial levam em consideração os custos de transporte e produção ideias, que se harmonizam com as teorias de Von Thunen e de Weber, bem como as receitas auferidas pelos donos das indústrias e dos consumidores, como a demanda disponível e o nível geral dos preços dos produtos.

A contribuição do autor se dá pelo entendimento de que se esses elementos podem explicar as localizações reais, a localização ideal só será explicada pelo lucro (rendimento líquido), o que leva à formação de centros urbanos de aglomerações não agrícolas (industriais), que são possíveis por fatores como: i) centros urbanos formados pela simples aglomeração de consumidores; ii) empresas do mesmo tipo são levadas a aglomerarem-se pela atração de economias externas, pelas vantagens técnicas locacionais e pela maior possibilidade de concorrência; iii) fatores históricos do local como ofertas pré-existentes, quer seja de matérias-primas ou de fontes de energia, quer seja de mão de obra e de capital.

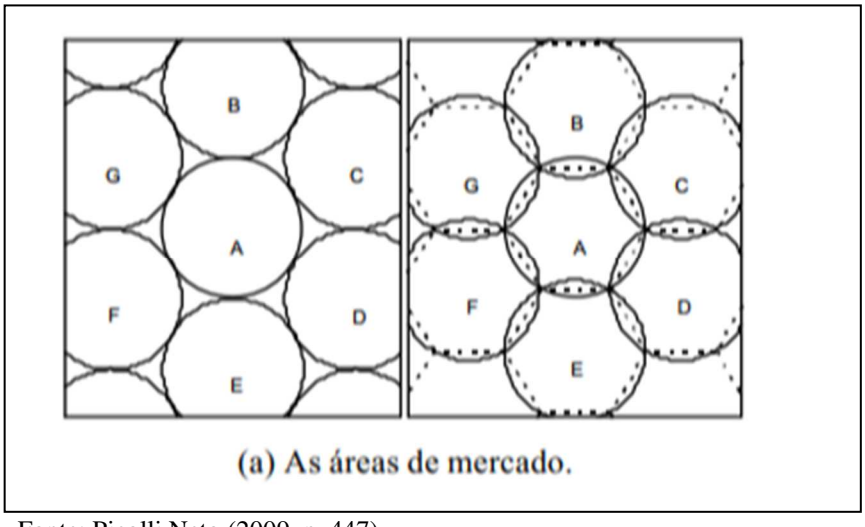
O sistema de equilíbrio de Losch é determinado pelo jogo de duas tendências fundamentais: a maximização das vantagens individuais e a maximização do número de unidades econômicas autônomas. A interdependência das localizações está assegurada no ponto de equilíbrio dessas duas tendências, que pode ser encontrado por um sistema de equações que corresponde a cinco condições, segundo Ramos (2000): i) localização de cada unidade sendo a mais vantajosa possível; ii) localizações suficientemente numerosas de forma a cobrir a totalidade do espaço; iii) inexistência de lucros anormais; iv) limites das áreas econômicas são linhas de indiferença que podem pertencer a qualquer localização vizinha; v) as áreas de oferta, venda e produção ocupam o menor espaço possível, o que permite a sobrevivência do maior número possível de empresas.

No entanto, como salienta Costa (2002), mesmo preenchidas as condições a fim de obter a melhor localização possível para os produtores, tal localização não será necessariamente a melhor também para os consumidores. Isso porque existe uma diferença fundamental: para a produção e consumo de bens industriais, a melhor localização encontra-se numa grande cidade; enquanto para os bens agrícolas, a melhor localização requer uma distribuição estável e uniforme.

Com relação à teoria das áreas de mercado, Losch (1940 *apud* RAMOS, 2000) concentra seu esforço na análise da linha de Berthil Ohlin para estudar se as fronteiras econômicas e políticas são as mesmas, se elas se transcendem ou se uma está contida na outra. Ao partir da hipótese de uma área economicamente homogênea onde há uma localidade com uma planície uniforme cujas matérias primas e densidade populacional estão distribuídas de forma igualitária, e o espaço possui as mesmas facilidades de transporte em todas as direções. Além de apresentar uma economia fechada sem influências externas, Losch analisa que quando um produtor resolve produzir um bem acima das quantidades necessárias para saciar a demanda do mercado (um excedente da produção), ele irá descobrir as vantagens da especialização e da produção em massa, contrabalançadas pelos custos de transporte que irão limitar o escoamento da produção.

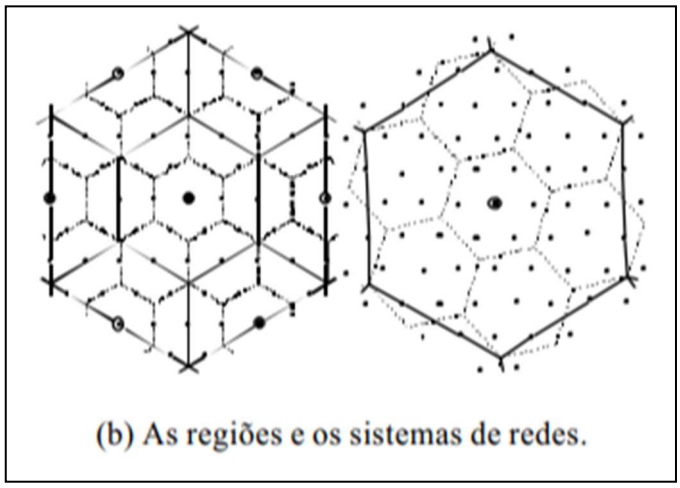
Sendo assim, sua área de mercado depende de dois fatores: o do preço do produto no mercado e da curva de oferta do produtor. Logo que outros vendedores aparecem, o espaço se divide em círculos que delimitam a área de mercado da produção agrícola. Com o crescimento do número de vendedores, os círculos tornam-se tangentes e a área de mercado de cada unidade de produção é contigua a outras seis. No entanto, uma parte da população não é servida, aquela que reside nos espaços intersticiais, uma vez que os círculos deixam espaços vazios. A pressão da concorrência vai então, pouco a pouco, modificar as áreas primitivas de mercado e dar-lhes uma forma hexagonal, que tem a dupla vantagem de cobrir toda a superfície a servir e igualizar os custos de transporte a partir do ponto central da produção, conforme a Figura 6 e a Figura 7 (RAMOS,2000).

Figura 6 - Organização do Espaço de Losch (a)



Fonte: Picolli Neto (2009, p. 447).

Figura 7- Organização do Espaço de Losch (b)



Fonte: Picolli Neto (2009, p. 447).

Segundo Benko (1999a), os hexágonos de Losch representam áreas elementares de mercado que constituem uma forma economicamente ótima, sendo a figura que menos se afasta do círculo e que permite atingir, em igual superfície, a maior procura por unidade de superfície. Os hexágonos são ordenados em sistemas de redes e assim se combinem as áreas de mercado de vários produtos heterogêneos. Os sistemas de redes são as diversas regiões econômicas e sua dimensão de área depende do tamanho do mercado que a região constitui. Por consequência, essas regiões interagem com as regiões vizinhas e formam redes de sistemas inter-regionais igualmente em formatos de hexágono, onde várias regiões são agrupadas em um sistema de hierarquia das áreas de mercado.

De modo geral, as teorias locacionais clássicas estabeleceram as primeiras discussões sobre a influência do espaço nas relações econômicas e sociais de uma sociedade que vivia o início da primeira revolução industrial, ou seja, uma transição ainda entre o fim da economia agrícola exportadora para a economia urbano-industrial. Essa transição está marcada fortemente nas preocupações dos teóricos alemães em explicar o cultivo da produção (em Von Thunen), na melhor localização industrial (em Weber), e no crescimento e desenvolvimento das novas cidades que emergiam (Losch e Christaller).

As contribuições desses alemães serviram de inspiração para outros autores, em diferentes países e décadas posteriores, a também se debruçarem em contribuições para o desenvolvimento das teorias locacional e industrial. Países como França, Inglaterra, Estados Unidos e Brasil, também contribuíram com estudos relevantes ao longo do século XIX e XX,

para a teoria locacional e industrial. Essas contribuições serão melhor debatidas da próxima seção desta dissertação.

3.2 TEORIAS "MODERNAS" DA LOCALIZAÇÃO ESPACIAL E INDUSTRIAL

O estudo da teoria da localização espacial e industrial teve seu início na Alemanha do final do século XIX e início do século XX, conforme foi explicado na seção anterior. Autores como Christaller, Von Thunen, Weber e Losch trouxeram para o debate a influência do espaço nas decisões econômicas e sociais através de abordagens focadas nos custos de produção, nas relações de mercado e nos custos de transporte.

Porém, outros autores passaram a se debruçar sobre aspectos não estudados por essas teorias, tais como o ordenamento econômico e social provocado pela instalação de novas indústrias em determinados espaços, as relações econômicas entre as indústrias localizadas e o poder de encadeamento da indústria no espaço pela maximização da produção. Nesse sentido, François Perroux (França), Alfred Marshall (Inglaterra), Porter e Shank e Govindarajan (Estados Unidos) e Milton Santos (Brasil) proporcionaram valorosas contribuições, cuja importância para a teoria locacional e industrial serão abordadas nesta seção.

3.2.1 Os Polos de Crescimento de Perroux

Ao observar a concentração industrial ao redor de Paris e no Vale do Ruhr, em 1955, o economista francês François Perroux formulou sua contribuição mais importante para a teoria locacional: a teoria dos polos de crescimento.

Essa teoria tem uma forte identificação geográfica porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes. Um complexo industrial:

> [...] é um conjunto de atividades ligadas por relações de insumo-produto. Ele forma um polo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes; e ele se tornará um polo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido. (SOUZA, 2005, p. 33).

Porém, antes de estabelecer as premissas mais importantes dos polos de crescimento, torna-se necessário compreender a noção de Perroux (1967) sobre espaço. Conforme salienta Simões e Lima (2009), Perroux é o primeiro teórico a abandonar as noções inexatas de espaço topológico utilizadas sobretudo pelas análises da escola alemã e adotar a noção de espaço pelo

método matemático e abstrato para analisar as inter-relações econômicas ocorridas neste espaço.

As indústrias (unidades de produção) ocupam, dentro da referida teoria um espaço vulgar (ou geonômico), em que se situam seus meios materiais e pessoais, sendo assim a junção de três espaços econômicos: i) a empresa ocupa, em primeiro lugar, um espaço definido como o conjunto das relações estabelecidas entre a empresa, seus fornecedores de *input* (matérias-primas, mão de obra, capital) e seus compradores de *output* (intermediários e finais); ii) a empresa ocupa um espaço definido como campo de forças, constituído por centros (polos ou sedes) de emanação de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro tem seu próprio campo, que é invalidado pelos campos de outros centros. A empresa atrai para seu espaço vulgar homens e coisas (elementos econômicos), ou afasta-os dele, determinando sua zona de influência econômica, relacionada ou não à sua zona de influência topográfica; iii) a empresa ocupa um espaço definido como conjunto homogêneo.

As relações de homogeneidade dizem respeito às unidades e à sua estrutura ou às relações entre as próprias unidades. Quaisquer que sejam suas coordenadas no espaço vulgar, essas empresas sempre se localizam no mesmo espaço econômico cuja determinação é bastante complexa, pois "o espaço da economia nacional não é o território da nação, mas o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos" (PERROUX, 1967, p. 158).

Após devidamente estabelecido o conceito de espaço econômico, de importante compreensão dentro da teoria dos polos, Perroux inicia seus estudos ao observar que o crescimento econômico não acontece de maneira uniforme mas, sim, irregular:

> o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia (PERROUX, 1967, p. 164).

Seus principais aspectos estão relacionados às variações da estrutura econômica nacional, que consistem no aparecimento e desaparecimento de indústrias e em taxas de crescimento diferenciadas para elas no decorrer do tempo. O aparecimento de uma indústria nova (ou grupos de indústrias), ou até mesmo o crescimento de uma indústria existente, possui efeitos de propagação na economia através dos preços, dos fluxos produtivos e antecipações aos movimentos de mercado. Assim, para analisar essa modalidade de crescimento é preciso considerar o papel desempenhado pela indústria motriz, pelo complexo de indústrias e pelo crescimento dos polos de desenvolvimento (SIMÕES; LIMA, 2009). Com base na análise desses termos, Perroux (1967) introduz três conceitos para compreender a sua Teoria dos Polos

de Crescimento: indústria-motriz, regime não concorrencial do complexo e concentração territorial do complexo.

Para que uma indústria seja considerada motriz, dentro de um território ela deve obedecer aos seguintes pré-requisitos: i) ser líder do complexo de atividades; ii) crescer a uma taxa superior à média da indústria nacional; iii) possuir forte conexões locais de insumo-produto através das relações de compra e venda; iv) possuir atividade considerada inovadora e possivelmente de grande dimensão e estrutura oligopolista; v) grande poder de mercado com a capacidade de influenciar tanto o nível de preços quanto dos produtos finais e também dos insumos e; vi) produzir em larga escala para o mercado nacional e internacional.

O conceito de indústria motriz mostra-se, portanto, mais amplo do que o de indústria-chave, pois:

> [...] toda indústria motriz é uma indústria-chave, mas nem sempre a indústria-chave é uma indústria motriz. Esta última, além de possuir os efeitos de encadeamento superiores à unidade, do ponto de vista da matriz insumo-produto, caracteriza-se pela efetiva dimensão de seus efeitos de encadeamento, exercendo, portanto, impulsos motores significativos sobre o crescimento local e regional. Não ocorrendo indução significativa do crescimento no interior do complexo, a atividade-motora não será morta. (SOUZA, 2005, p. 25).

Através do primeiro conceito de indústria-motriz já é possível estabelecer diferenças de análise entre o modelo locacionais de Perroux e os dos alemães (sobretudo Weber), ao superar a análise de minimização de custos de transporte da teoria weberiana e focar seu objeto de estudo nas relações que ocorrem entre as indústrias, tomando como base o modelo de Leontieff[6], o qual Perroux nomeia de polarização técnica.

Nesse modelo, as empresas trocam relações de produção e precisam obrigatoriamente estar próximas umas das outras, de modo a minimizar os efeitos dos custos de transporte, o que acaba por gerar o segundo conceito primordial da teoria de Perroux, que é o regime não concorrencial do complexo. Segundo Simões e Lima (2009), trata-se de uma combinação de forças oligopolistas, responsáveis por elevar a produtividade da indústria e pela realização de acumulação de capital superior àquela que resultaria de uma indústria sujeita a um regime maior de concorrência.

A polarização técnica e o regime não concorrencial levam a uma concentração territorial do complexo de forma geográfica, uma vez que as indústrias ficam próximas umas das outras

[6] Wassily Leontieff (1905-1999), economista russo naturalizado estadunidense responsável por pesquisas sobre como as mudanças em um único setor da economia afetam os demais, através da matriz insumo-produto.

e produzem efeitos como o aumento da concentração urbana, diversificação do perfil de consumo, necessidade de aumento da moradia, serviços públicos e transporte (para os trabalhadores do polo) e rendas de localização.

O polo de crescimento é uma unidade econômica motriz ou um conjunto formado por várias dessas unidades que exercem efeitos de expansão, para cima e para baixo, sobre outras unidades que com ela estão em relação. Vale salientar que para Perroux (1967), a noção de polo só tem valor a partir do momento em que se torna instrumento de análise e meio de ação de política, ou seja, o polo só pode ser entendido como uma visão abstrata do espaço (SIMÕES; LIMA, 2009).

Porém, algumas questões importantes devem ser levadas em consideração na implantação de um polo de desenvolvimento. A primeira, e talvez a mais importante delas, é que o polo causa um contundente desequilíbrio social, principalmente econômico, uma vez que ele distribui salários mais altos e rendimentos adicionais mais altos sem que haja, em contrapartida, o aumento da produção local de bens de consumo. Ele também transfere e concentra mão de obra especializada em um único ponto sem se preocupar se há ou não algum tipo de enquadramento social e, acima de tudo, o polo é possuidor de um alto índice de concentração de investimentos financeiros e de inovação tecnológica, em que muitas vezes não são compartilhados com outros locais – o que pode causar desnivelamento de desenvolvimento – tendo como efeito colateral o desenvolvimento de algumas regiões em detrimento do desenvolvimento de outras. Desse modo:

> O crescimento e o desenvolvimento dum conjunto de territórios e de população não serão, por conseguinte, conseguidos senão através da organização consciente do meio de propagação dos efeitos do polo de desenvolvimento. São órgãos de interesse geral que transformam o crescimento duma indústria ou duma atividade em crescimento duma nação em vias de formação e os desenvolvimentos anárquicos em desenvolvimento ordenado (PERROUX, 1967, p. 194).

A produção do polo é tecnicamente necessária ao desenvolvimento nacional e do seu desempenho depende a vida da região, pois, através de seus efeitos de complementaridade e concentração, são estimuladas zonas de desenvolvimento. É preciso conceber eixos de desenvolvimento entre os polos situados em pontos diferentes do território, o que implica orientações determinadas e duradouras de desenvolvimento territorial. A análise de Perroux (1967) não leva a uma conclusão imediata e simples de política econômica, mas apresenta algumas decisões práticas e evidencia a importância não apenas dos grandes empresários privados nesse processo, mas também dos poderes públicos e de suas iniciativas, bem como das pequenas inovações (LIMA; SIMÕES, 2009). Ou, de forma mais abrangente e direta:

> [...] O poder de disposição das grandes unidades no interior duma nação não é completamente independente do poder público que, mesmo nos países liberais, estimula a investigação, ajuda a propagar as grandes inovações, participa na conquista dos mercados e, no âmbito dum território cuja extensão e recursos físicos se revestem de extrema importância, contribui poderosamente para a instauração de eixos de desenvolvimento, zonas de desenvolvimento e nós de tráfico (PERROUX, 1967, p. 213).

Desse modo, a teoria de Perroux é resumida entre o polo de crescimento, ou o conjunto formado por uma indústria motriz, e outras empresas complementares que estabelecem relações interindustriais umas com as outras, e a teoria da localização com enfoque nas economias de aglomeração, ou seja, a concentração de atividades produtivas ou de atividades econômicas em uma determinada região do espaço geográfico, que reverberam e transformam profundamente esse espaço. Elas resultam, conforme Souza (2005), das economias externas geradas pelas infraestruturas existentes nos centros urbanos pela concentração de consumidores e de mão de obra especializada, bem como pela disponibilidade de serviços mais variados, o que explica a formação de complexos industriais (polos), do ponto de vista geográfico, e estabelece polos internacionais, nacionais e regionais.

3.2.2 Os Distritos Industriais de Marshall

Na Inglaterra, berço da Primeira Revolução Industrial, o economista Alfred Marshall[7] (1842-1942) em sua obra *Elements of economics of industrial*[8], publicada pela primeira vez em 1892, estabeleceu a sua contribuição para a teoria da localização industrial ao formular o conceito de distrito industrial.

Ele abordou de forma pioneira a temática da "concentração de indústrias especializadas em certas localidades", ao demonstrar que a aglomeração de indústrias acabava por beneficiar as empresas (principalmente as pequenas) a obterem vantagens.

A argumentação central de Marshall era a de que a situação particular de "indústrias aglomeradas", envolvidas em atividades similares, gerava um conjunto de vantagens econômicas chamadas de "economias externas marshallianas". Essas vantagens

[7] Considerado o "pai da economia moderna", em cujo livro, *Principles of Economics* (Princípios da Economia), de 1890, procurou reunir e condensar a teoria da oferta, da procura e da utilidade marginal, além de contribuir com a teoria dos custos de produção, tornando esta obra em um manual de economia mais utilizado na Europa por inúmeros anos.

[8] Elementos de Economia Industrial (Tradução Nossa).

nasciam da própria divisão do trabalho entre os produtores de um mesmo ramo industrial concentrados em uma mesma região geográfica (KELLER, 2008).

De acordo com Humphrey e Schmitz (1996), Marshall aborda em seus estudos os conceitos de "indústria localizada" e de "distrito industrial", embora não forneça uma definição clara para ambos. Porém, por meio de exemplos de indústrias localizadas da Inglaterra, ele já fazia referência a um cluster industrial[9], no qual havia uma profunda divisão social do trabalho entre as firmas, que originava um conjunto de vantagens industriais externas.

Assim, as empresas que operariam em um sistema de aglomeração (cluster) gerariam as economias externas, que nada mais são do que as vantagens que as empresas obteriam por estar operando em uma situação de aglomeração industrial. Essas vantagens se baseiam pela intensa especialização advinda da divisão do trabalho no interior dessas indústrias, do surgimento de uma pujante infraestrutura que geraria fluxos de informações, tanto internas quanto externas, e de uma força de trabalho especializada.

Para Marshall as aglomerações do distrito industrial resultam na criação de um fundo comum de trabalhadores especializados em determinadas funções e tarefas. Marshall (1982, p. 234) usa o termo "aptidão hereditária" para se referir:

> Ao acúmulo de conhecimentos que surge na comunidade de pessoas presentes na aglomeração, quando "os segredos da profissão deixam de serem segredos e, por assim dizer, ficam soltos no ar, de modo que as crianças absorvem inconscientemente grande número deles.

Isso gera mão de obra mais qualificada dentro do próprio tecido social. A importância dessa mão de obra local especializada para o pequeno produtor é comparada à sua situação industrial quando Keller (2008, p. 5) ressalta que:

> Uma indústria localizada obtém grande crescimento pelo mercado de mão-de-obra constante; (i) Fácil acesso aos fornecedores de matérias-primas e de insumos diversos, através das indústrias subsidiárias, que atuarão como indústrias de apoio ao distrito principal no fornecimento de insumos, de matéria prima e de uma organização comercial, que irá provocar redução de custos de material; (ii) serviços especializados: com a divisão do trabalho, a mão-de–obra, as indústrias do distrito podem utilizar continuamente de máquinas especializadas para uma grande produção conjunta em (iii) disseminação de novos conhecimentos. A formação de uma rede dentro do aglomerado industrial, enquanto uma comunidade de pessoas e de firmas, promove a circulação de novos conhecimentos, novas ideias e também de mercadorias, gerando um acúmulo de habilidades produtivas.

[9] Concentração de empresas que se comunicam por possuírem características semelhantes e coabitarem no mesmo local. Elas colaboram entre si e, assim, tornam-se mais eficientes (MARSHALL, 1982).

Para que as vantagens ocorram dentro dos distritos industriais é necessário que os sistemas sociais e econômicos atuem em sintonia fina em um processo de influência mútua, ao criar o que Marshall chama de "atmosfera" industrial, contexto em que tanto o distrito industrial quanto a sociedade composta por empresários, trabalhadores e residentes de uma mesma área geográfica, coexistem e crescem ao redor das firmas que compõem o distrito.

Rabelotti (1995) apresenta quatro características marcantes dos distritos industriais marshallianos: i) aglomerado de empresas (cluster), principalmente de tamanhos pequeno e médio, espacialmente concentradas e setorialmente especializadas; ii) conjunto de encadeamentos para frente e para trás, tendo por base a troca ou intercâmbio, mercadológico ou não de bens, de informações e de pessoas; iii) fundo cultural e social comum que une os agentes e cria um código de comportamento explícito ou implícito; iv) uma rede de instituições locais públicas e privadas apoiada por agentes econômicos que atuam dentro do cluster.

Pessoti *et al*. (2017) definem o distrito industrial marshalliano como uma organização de fins produtivos com uma base fundamentada em um único sistema altamente especializado, com funcionamento composto de empresas de caráter semelhante em uma determinada localidade. As atuações dessas empresas em conjunto provocam uma grande vantagem em termos de escala produtiva nos ambientes em que se localizam.

Os trabalhos de Marshall serviram como base para que outros autores se apropriassem dos conceitos de distrito industrial. Um desses é a economista americana Ann Markusen, que propôs uma evolução do conceito de distrito industrial, originalmente indicado por Marshall, ao colocar na análise a capacidade de um local de reter ou atrair investimentos e a importância governamental na configuração dos distritos industriais. Markusen (1995, p. 14) conceitua o distrito industrial como:

> Uma área espacialmente delimitada, com uma nova orientação de atividade econômica de exportação e especialização definida, seja relacionada à base de recursos naturais, ou a certos tipos de indústria de serviços.

De acordo com essa economista, é possível identificar quatro tipos de espaços industriais distintos:

> 1) o NDI Marshalliano, com destaque para sua recente variedade italiana;
> 2) o NDI Centro-Radial (Hub and Spoke), onde a estrutura regional se articula em torno de uma ou várias grandes corporações pertencentes(s) a uma ou a algumas poucas indústrias;
> 3) o NDI Plataforma Industrial Satélite, basicamente constituída por sucursais ou subdivisões de corporações multinacionais, e que tanto pode ter um caráter hightech, quanto meramente se basear em filiais atraídas por baixos salários, baixos impostos e incentivos governamentais;

> 4) o NDI suportado pelo Estado (state-centered), uma categoria mais eclética na qual uma capital de estado, instalações militares, instituições de pesquisa ou alguma empresa estatal funcionam como âncoras do desenvolvimento econômico regional. (MARKUSEN, 1995, p.15).

Becattini (1990) e Brusco (1990), ao analisarem a formação industrial da Itália nos anos 1980 e 1990, também notaram que algumas características são marcantes para a abordagem dos distritos industriais: a ênfase na rede de firmas como fator-chave da constituição do distrito industrial típico, com empresas relativamente pequenas e verticalmente desintegradas; e a ênfase no enraizamento (*embeddedness*) da rede de firmas no sistema social local, tendo, assim, a necessidade de considerar as características do território ou do tecido social local para empreender a análise do surgimento e da transformação dos distritos industriais.

É importante dizer que essas novas abordagens dos distritos industriais baseiam-se em trazer a análise para além de uma teoria locacional e relacionar as interações socioeconômicas entre firmas e entre sociedades dentro de um espaço locacional ou de estudos disciplinares em que os distritos industriais não podem ser explicados apenas pura e simplesmente pelos fatores econômicos.

Em face disso, os elementos característicos de uma configuração ideal típica de distrito industrial são colocados em três dimensões: i) divisão do trabalho entre as firmas do distrito, que promovem altos níveis de flexibilidade e de produtividade, principalmente na medida em que as empresas agrupadas frequentemente são especializadas em apenas uma etapa do processo de produção dentro daquele ramo industrial em que o distrito se especializou; ii) um meio social distinto que inclui desde uma rede institucional local ou meio institucional como associações comerciais e empresariais, instituições de ensino, órgãos governamentais de fomento etc., até práticas e atributos culturais ou cultura local como a aptidão hereditária de Marshall, a confiança entre firmas, trabalhadores e gerentes e etc. iii) a rede que inclui tanto os laços horizontais quanto os laços verticais para frente e para trás (KELLER, 2008).

As considerações sobre os distritos industriais não podem ser explicadas por modelos estáticos ou uniformes. As diversas abordagens e as diversas experiências de distritos industriais, tanto ao longo dos países desenvolvidos, principalmente o modelo italiano, quanto o modelo baiano de interiorização da produção, mostram que as experiências são diferentes ao longo do tempo, em relação aos incentivos para a instalação industrial. O modelo italiano baseia-se na observação de fatores além do econômico para a instalação de indústrias em um local, enquanto que o modelo baiano se baseou nos subsídios governamentais representados

pelos incentivos fiscais, obtidas "*vis à vis*", acabassem por formar outras indústrias, notadamente aquelas localizadas na Região Sudeste do país (SEI, 2017).

3.2.3 As Cadeias de Valor de Porter e de Shank e Govindarajan

Dentre as contribuições mais recentes da teoria locacional e industrial existem aqueles que passaram a focar na compreensão do "lugar" do espaço e da indústria diante dos novos padrões da economia mundial e global. Focam também na crescente velocidade das informações, na redução de fronteiras pelos processos advindos da globalização e nos novos processos produtivos pautados na automatização da chamada "indústria 4.0". Porter (1993) e Shank e Govindarajan (1997) tentaram responder a essas questões.

Porter (1993) inicia a sua análise sobre a localização por meio do conceito de vantagens competitivas[10]. Para o autor, existem dois tipos de vantagens competitivas: a das indústrias e a das nações. Enquanto a primeira trata de como as indústrias formulam e pensam estratégias e inovações tecnológicas, de modo a criar fatores internos para torná-las cada vez mais competitivas, a segunda se dá através das condições que as nações oferecem as indústrias para que elas possam pensar as estratégias para as inovações tecnológicas, tais como: mão de obra qualificada, insumos, infraestrutura e indústrias de apoio, criando, assim, fatores externos.

Portanto, para o autor, os fatores externos e internos estruturam e influenciam tanto a análise das vantagens competitivas quanto a organização das indústrias para competir por tais vantagens. Essa competição acontecerá no mercado em que a diversidade de fatores que cada indústria e nação têm a oferecer gera uma condicionante significativa na competividade das firmas e na sua localização. Para Silva (2004, p. 07) "não se deve determinar apenas o fator", mas também avaliar como e com que intensidade. Destaca-se, portanto, a importância da análise da competitividade da cadeia de valor.

Porter (1993) trata a capacidade das empresas de explorar as suas ligações na cadeia produtiva como uma das explicações para a posição competitiva de uma empresa e, em última instância, de um país. O autor salienta que "a cadeia de valores permite um exame mais profundo não só dos tipos de vantagens competitivas, mas também do âmbito competitivo na conquista da vantagem competitiva" (PORTER, 1993, p. 55).

[10]Atributos que uma determinada organização ou país tem em relação aos seus concorrentes que permitem que estes superem os mesmos (PORTER,1993).

Estabelecidas essas premissas, é preciso conceituar cadeia de valor. A definição mais "comum" é aquela que a conceitua como sendo o conjunto de todos os processos que ocorrem desde a matéria-prima até que o produto chegue ao consumidor final. Shank e Govindarajan (1997, p. 14) oferecem uma definição mais completa de cadeia de valor como "o conjunto de atividades criadoras de valor desde as fontes de matérias primas básicas, passando por fornecedores de componentes e até o produto final entregue nas mãos do consumidor".

Outra definição de cadeia de valor é encontrada em Hansen e Mowen (2001, p. 425), como "um conjunto de elos das atividades de criação de valor da matéria-prima básica até o descarte do produto acabado pelo usuário final". A partir de suas investigações sobre cadeias, Porter (1993, p. 33) afirma que a "cadeia de valor de uma empresa e o modo como ela executa atividades individuais são um reflexo de sua história, de sua estratégia, de seu método de implementação de sua estratégia, e da economia básica das próprias atividades".

Nesse sentido, Miranda (2001, p. 10) destaca que cadeia de valor:

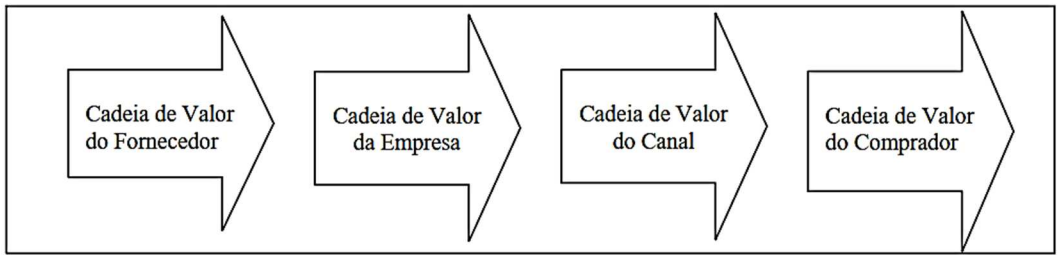
> Nasceu a partir da constatação de que, para sobreviver de forma competitiva, a organização deve gerenciar suas atividades ciente de que pertence a uma cadeia de atividades que transcende as barreiras legais que a definem (visão legalista que define a pessoa jurídica) e que, dependendo da maneira como se relaciona com as demais empresas que executam as atividades relevantes da cadeia, a organização pode construir uma cadeia de valor, ou, em outros termos, uma cadeia de produção eficiente.

Sendo assim, para que as empresas obtenham êxito no mercado, é necessário que ela se posicione da melhor forma possível dentro do ambiente concorrencial que faz parte, de modo a potencializar os fatores internos, o que ela tem a oferecer, e os fatores externos, o que os governos e nações têm a oferecer. A localização das empresas para Porter e Shank e Govindarajan, é definida pela capacidade que um local tem a oferecer para que as indústrias se posicionem da melhor forma possível na cadeia de valor, e usufruam dos fatores internos e externos.

Desse modo, evidencia-se a diferença entre aquelas empresas que sabem compreender, posicionar-se e decidir, com base nas informações da cadeia de valor em que participam e aquelas que não têm tal conhecimento. A diferença está no posicionamento estratégico voltado para o futuro, com base no seu passado e na real compreensão de sua situação presente. Assim como na economia evolucionária, a cadeia de valor permite à empresa adotar um papel crucial na mudança da dinâmica econômica setorial. Porém, isso é favorável ou não, a depender da competência da empresa em estabelecer as estratégias corretas, diminuir as incertezas e aperfeiçoar as capacitações ao longo da cadeia (SILVA, 2004).

Ainda cabe ressaltar outro aspecto da cadeia de valor, uma vez que ela parte da análise da estruturação de todos os processos ocorrentes desde a extração da matéria-prima até o consumidor final. Os processos não são homogêneos, isto é, eles são mais ou menos diversos conforme o destino do produto (internacional, nacional ou local), a estruturação do próprio processo produtivo (mais ou menos automatizado), além da própria especificidade de cada produto. A cadeia de valor de Porter está explicada na Figura 8

Figura 8- Cadeia de Valor de Porter



Fonte: Porter (1989, p.32)

Outro fator importante e complementar da localização das indústrias na cadeia de valor diz respeito à análise de custos. Segundo Porter (1993), o comportamento dos custos da indústria e sua posição é definido pelo valor agregado dos seus processos na sua atividade fabril. Portanto, conforme Silva (2000, p. 04):

> [...] uma análise significativa examina os custos dentro destas atividades. Observe que cada atividade de valor tem sua própria estrutura de custos e o comportamento de seu custo pode ser afetado por elos de inter-relações com outras atividades dentro e fora da empresa. O resultado da empresa propicia uma vantagem competitiva quando ela obtém um custo cumulativo de execução das atividades de valor mais baixo.

Nesse fator, para Shank e Govindarajan (1997), há uma mudança da análise de custos enquanto fator de localização industrial na cadeia de valor em relação à abordagem clássica da teoria locacional, que por sua vez conceitua o custo relacionado de forma direta com o volume de produção. Para os referidos autores, na estrutura da cadeia de valor essa relação representa muito pouco do comportamento da variável, sendo necessário analisar os direcionadores de custos de atividade da cadeia de valor: os estruturais (custos relacionados a infraestrutura tais como maquinário e aquisição de terrenos) e os de execução (custo operacionais), sendo esses direcionadores responsáveis pelo posicionamento das indústrias em determinado local.

Conforme Shank e Govindarajan (1997), as conclusões estratégicas obtidas por meio de uma análise de cadeia de valor são muito diferentes e superiores às conclusões sugeridas pela

convencional análise de valor agregado, sendo que uma unidade empresarial pode desenvolver uma vantagem competitiva sustentável com base no custo baixo ou na diferenciação, em relação aos concorrentes.

Para que as empresas se localizem da melhor forma possível dentro da cadeia de valor, é necessário seguir as seguintes etapas: i) identificar a cadeia de valor a qual está inserida e atribuir custos, receitas e ativos as atividades de valor; ii) diagnosticar os direcionadores de custos estruturais e de execução de cada atividade de valor dentro do local.

Em relação a estrutura de custos, Shank e Govindarajan (1997, p. 11) afirmam que:

> [...] a estrutura da cadeia de valor destaca como os produtos de uma empresa se encaixam na cadeia de valor do comprador; sob esta estrutura, fica logo aparente que porcentagem os custos do produto da empresa representam nos custos totais do comprador. Estas informações podem ser muito úteis para encorajar a empresa e o comprador a trabalharem juntos em atividades de redução de custos.

Até este ponto, é possível notar uma mudança do foco das teorias locacionais entre as teorias clássicas e até mesmo entre a escola moderna da análise de Porter e Shank e Govindarajan. Enquanto os clássicos focaram na análise da localização em fatores como a renda da terra, a localização próxima às vias de escoamento e na hierarquia das cidades, autores da linha de Porter e de Shank e Govindarajan analisam que as empresas agora olham os lugares para se instalar, que ofereçam condições de aumentar sua competitividade tanto através dos fatores internos (locais possuírem boa infraestrutura, mão de obra qualificada, por exemplo), quanto dos fatores externos (as condições que os governos oferecem para que os fatores internos sejam potencializados), aliados a uma análise profunda dos sistemas de custos na relação não só de produção, mas também na relação comercial (empresa x consumidor e empresa x comprador).

Conforme a teoria da cadeia de valor foi se desenvolvendo, os estudos de Porter e Shank e Govindarajan receberam críticas e sugestões pelos conceitos formulados. Os próprios Shank e Govindarajan (1997), ao analisarem seus conceitos apontam que um dos defeitos da cadeia é que, nas análises dos custos, é dado pouco ou quase nenhum destaque às relações dos custos de venda e de como eles podem interferir na relação com os clientes.

As atividades incluem tanto os processos de manufatura quanto às ações que suportam esses processos e que acabam por transcender todos os passos da cadeia de valores: projeto do produto engenharia de fabricação, produção, distribuição, marketing e serviços pós-venda. A definição de atividade é independente de uma organização específica, pois essas atividades

representam o que é feito, estando presente em pequenas ou grandes companhias (RAMIRES, 2004).

Outros autores, como Rocha e Borinelli (2006) e Ramires (2004), destacam também que a análise da cadeia de valor não leva em consideração os relacionamentos entre as unidades empresariais e a discussão do preço da transferência dentro da empresa, uma vez que o foco está na noção do valor agregado, que desemboca no potencial de lucro oriundo da exploração das ligações entre atividades de valor dentro das unidades empresariais.

As análises de Porter (1993) e de Shank e Govindarajan (1997) sobre a cadeia de valor trazem uma nova nuance à teoria locacional, ao apontarem que as indústrias agora, ao escolherem onde se localizarem para produzir. Escolhem lugares que favoreçam a sua competitividade, através da inovação tecnológica, aliada às vantagens oferecidas pela nação ou estado, somadas a uma análise criteriosa de custos que abrangem tanto a infraestrutura quanto a execução, por sua vez aliadas às relações com outros agentes econômicos.

3.2.4 O Espaço como Influência Econômica de Milton Santos

Outros estudos sobre como as empresas tomam suas decisões de localizar-se em um determinado espaço se encontram nos escritos de Milton Santos. Ainda que não tenha abordado de forma tão direta a teoria da localização como os outros autores, ao analisar como as novas configurações, após a globalização, influenciam de forma econômica e social o espaço, o autor oferece novos elementos de análise para a teoria da localização.

Para Santos (2006, p. 85), "tudo se inicia pela divisão do trabalho. Essa movida pela produção, atribui, a cada movimento, um novo conteúdo e uma nova função aos lugares". Com o progresso das inovações técnicas, o poder de intervenção do homem sobre a natureza aumentou, ao mesmo tempo em que houve também uma diversificação social, uma vez que são estabelecidos diferentes níveis de domínio das técnicas na sociedade. Essa diversificação é manifestada de forma mais acentuada na indústria, já que é fator interferente a todas as fases do processo produtivo, uma vez que nele são refletidas as novas formas de energia comandadas pelo homem. Para Santos (2006, p. 86):

> A diversificação da natureza é processo e resultado. A divisão internacional do trabalho é processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho. Sem dúvida, as duas situações se aparentam, embora mude a energia que as move. Por outro lado, a natureza é um processo repetitivo, enquanto a divisão do trabalho é um processo progressivo.

Desse modo, através da distribuição de atividades ou de recursos dentro de um espaço, é que se forma a divisão do trabalho. O espaço atua com a função da objetivação da totalidade da divisão do trabalho, que é a informação.

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante desse movimento dos lugares. Visto pela ótica do espaço como um todo, o movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, "desigual e combinado", pois os lugares assim constituídos passam a condicionar a própria divisão do trabalho, sendo-lhe, ao mesmo tempo, um resultado e uma condição, e não apenas um fator (SANTOS, 2006).

É possível inferir uma primeira contribuição de Milton Santos para a teoria da localização. Para o autor, os lugares se distinguirão um dos outros dados os diferentes níveis de divisão do trabalho e dos níveis de dinheiro que neles circulam. As indústrias, ao escolherem se localizar, optam pelos lugares que possuem as melhores informações sobre a divisão do trabalho e do fluxo financeiro. Sobre isso, Santos (2006, p. 87) salienta:

> [...] não é em toda parte que podemos encontrar todos os dinheiros, cada lugar se caracterizando por uma determinada combinação, mais ou menos numerosa e rica, que é o fundamento de uma verdadeira hierarquia financeira entre lugares. Estatísticas mesmo simples permitem desenhar o respectivo mapa e conhecer sobre o território áreas de densidade e áreas rarefeitas, quanto à circulação financeira.

Ou seja, as localizações industriais se pautam por informações recolhidas de forma quase instantânea nos seus departamentos de inteligência, que permitirão que as indústrias tomem as decisões de relocalização de recursos em um determinado espaço, de modo a atender os seus interesses. Há uma divisão do espaço de modo a criar uma hierarquia dos lugares com mais ou menos recursos, e através dessa distribuição espacial, redefine a capacidade de agir das indústrias, bem como da sociedade.

Porém, para Milton Santos, os fatores chamados "naturais" não são sobrepostos pelos processos de informação advindos da globalização. Segundo Santos (2006, p. 91):

> [...] Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, proveniente de momentos anteriores. "As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas". É o que Milton Santos chamou de rugosidade[11] do espaço.

[11] O que fica no passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço -fator (SANTOS, 2006).

Assim, o espaço está sempre em transformação de sua fisionomia e de sua estruturação. As transformações ocorrem de forma rápida devido aos inúmeros vetores que agora atuam no espaço como informações, divisões do trabalho, progressos técnicos e a rugosidade, e que incidem nele simultaneamente de modo que o mesmo seja rapidamente trocado, revalorizado ou desvalorizado.

Essa dinâmica redefine inteiramente o sistema espacial. Objetos criados intencionalmente e com vocação mercantil são movidos por uma informação concebida cientificamente, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial. Outros objetos têm como motor sistema de ações menos informados e demandas menos exigentes de mais-valia. Assim se estabelecem na mesma área fluxos mais numerosos e diversos, tornando o espaço mais denso e mais complexo (SANTOS, 2006).

Há nisso outra contribuição de Milton Santos para a teoria da localização industrial e espacial. Se em outros teóricos como Von Thunen, Weber e Losch as indústrias escolhiam onde se localizavam devido a fatores materiais como a renda da terra e proximidade dos centros de consumo e produção, agora a escolha da produção do setor industrial nasce através de uma convergência intencional de operações intelectuais, políticas, técnicas, materiais e sociais que produzam os resultados esperados por essa convergência. Ou, como salienta Parrochia (1993, p. 26):

> [...] no passado, o material determinava como o objeto seria fabricado. Mas, hoje, é a forma do objeto, criado na mente do homem, produzido no laboratório antes do que pela técnica, e a função que dele se espera, que vão determinar o material com o qual esse objeto imaginado será construído, produzido e localizado.

Em face do exposto, o espaço geográfico não pode ser entendido como apenas um conjunto de fluxos ou como um lugar, e sim como um sistema complexo onde cada objeto, cada ação e cada agente espacial econômico é em si mesmo, um sistema que funciona de maneira particular, porém interligada. Por exemplo, uma grande indústria ou um grande supermercado só se localiza em determinado espaço se ele possuir condições de escoamento da sua produção via estradas pavimentadas, de um grande mercado consumidor e produtor que possa consumir seus produtos e de meios que a produção possa ser escoada após o uso das estradas tais como portos, aeroportos ou ferrovias. Não basta apenas a facilidade de acesso à terra, é preciso que os sistemas proporcionem as condições adequadas para o funcionamento dos agentes.

Há a alteração na relação entre os agentes econômicos entendidos como empresas, pessoas e lugares. Todos passam a ser requisitados a atuar de forma competitiva, não pelas

inovações técnicas, como nos dizem Porter (1993) e Shank e Govindarajan (1997), mas sim pelas convergências produzidas pelos atores globais dominantes, que são as grandes corporações globais. A lógica da teoria da localização passa a atender e ser submissa aos interesses dos atores dominantes e não o contrário.

Nesse contexto, para Santos (2006), o acesso à informação ganha uma maior importância para o funcionamento dos sistemas. É ele quem permite que os sistemas desempenhem de maneira coordenada tanto na ação no espaço, quanto no tempo, de modo a permitir o que o autor chama de "arranjos territoriais", ou seja, as condições de bom funcionamento dos atores econômicos acontecem da forma mais eficiente possível, coordenando a vida coletiva e individual daqueles diretamente envolvidos no referido espaço.

Assim, dada a forma como os novos sistemas técnico-produtivos se apresentam, é possível estabelecer uma ação unificada a nível global. Com as distâncias reduzidas e o fluxo de informações a acontecerem de forma rápida, as indústrias e os atores globais podem estar presentes em diversos lugares ao mesmo tempo e agirem por meio dessas informações, pois existe a convergência de um centro de decisão responsável pela tomada de ações. Santos (2006, p. 149) chama a atenção para esse fato ao afirmar que:

> [...] ao mesmo tempo, a possibilidade atual de mundialização de um grande número de ações acarreta, para muitos lugares, o problema da superposição, neles, de ações com escalas diversas, portadoras de contextos com diversa abrangência geográfica e força ativa (ou reativa) diversa.

Desse modo, para Milton Santos (2006), o lugar toma para si a condição de um constante objeto de processo de desvalorização e revalorização das exigências formuladas pelos centros de convergência global. As indústrias passam a se localizar em virtude da obediência a essa lógica global, porém, ao mesmo tempo convive com a rugosidade do espaço, que assume uma função reativa às ações novas provocadas pelos "capitais" e pelas pessoas. Essa lógica explica o porquê de grandes áreas habitacionais como as metrópoles, ou áreas de grande domínio técnico-tecnológico acolhem grandes quantidades populacionais e qualificadas para esses serviços. A lógica global subverte a lógica espacial, de modo a tornar os agentes econômicos submissos ou alienados a uma atividade (divisão do trabalho) sem o entendimento total do processo a qual estão inseridos.

Portanto, o lugar como um todo se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes neles instalados, em função de uma inteligência maior, situada nos centros motores da informação. A força desses núcleos vem de sua capacidade, maior ou menor, de receber

informações de toda natureza, tratando-as, classificando-as, valorizando-as e hierarquizando-as, antes de redistribuí-las entre os mesmos pontos, a seu próprio serviço. Essa inteligência das grandes empresas e dos Estados não é, porém, a única. Em níveis inferiores, o fenômeno se reproduz, ainda que com menos eficácia mercantil (SANTOS, 2006).

Em síntese, a obra de Milton Santos traz para o debate das teorias locacionais o poder das redes de informação e dos sistemas técnicos globais de influenciar a formação e a constituição do espaço de modo a obedecer a uma mesma lógica produtiva que atenda aos interesses dos grandes e hegemônicos atores globais através do aumento da competitividade e da fluidez produtiva, social e econômica.

A dominância do poder da informação e sua velocidade de transmissão quase simultânea dos acontecimentos permitiu que diferentes espaços ao redor do mundo se integrassem em termos produtivos e financeiros, em reprodução à lógica financeira global estabelecida pelos dominantes dos meios informacionais. Quem detém esta dominância, escolhe os espaços para os quais elas serão transmitidas, o que acaba por caracterizar a formação de um oligopólio do sistema informacional, que ratifica um caráter excludente dos novos processos locacionais.

Em face do exposto nesse capítulo, pode-se identificar que as teorias da localização sofreram variações ao longo do tempo e da história, desde o estudo pioneiro de Von Thunen no final do século XIX. Se antes o foco da análise dos autores clássicos estava nos fatores ligados ao espaço, tais como a terra, a distância e o tipo de atividade produtiva além da análise dos custos de transporte de mercadoria, os autores modernos trazem uma perspectiva de análise embasadas não apenas mais por esses fatores, mas também por fatores culturais, econômicos, sociais e das novas lógicas de reprodução do capital produtivo. As indústrias não buscam mais apenas os lugares com as melhores condições locacionais, mas também aqueles que possuem as melhores informações e que possam atender melhor os interesses do capital produtivo.

Nesse sentido, o próximo capítulo visa analisar a formação histórica do município de Feira de Santana e suas transformações, com destaque para a inserção da cidade nas articulações de desenvolvimento da economia baiana, sobretudo a partir da implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), nos anos 1970. As teorias, as ações e implicações que engendraram a implantação são o foco do debate, que também se propõe a ampliar a compreensão sobre conceitos importantes para o objeto de estudo, tais como o de concentração e desconcentração industrial.

4 FEIRA DE SANTANA: FORMAÇÃO HISTÓRICA E SEU PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO ATÉ OS DIAS ATUAIS

Nos primórdios do século XVIII, em uma região localizada entre o litoral úmido e o interior do semiárido do estado da Bahia, através de uma fazenda denominada "Sant'Ana dos Olhos d'Água, de propriedade do casal Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandôa, deu-se início à fixação humana que resultou na criação da cidade de Feira de Santana. Segundo os dados do IBGE (2017), a cidade que herdou o nome da fazenda contava com 627.477 habitantes e com um PIB (Produto Interno Bruto) da ordem de R$13.657.295 bilhões, o que a torna a segunda cidade mais importante do estado da Bahia, atrás apenas da sua capital, Salvador.

Este capitulo está dividido em duas seções: a primeira trata da formação histórica e econômica da cidade de Feira de Santana e sua inserção nos processos produtivos da economia brasileira e baiana, e a segunda faz uma discussão sobre a implantação do CIS na década de 1970 e seus desdobramentos na industrialização da cidade, com o propósito de constituir uma sustentação cientifica para as análises da atual situação do distrito industrial do Subaé contidas no capítulo 5.

4.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE FEIRA DE SANTANA E A INSERÇÃO PRODUTIVA NA ECONOMIA

Segundo Santo (2003), no início do século XVIII, a criação de uma capela dedicada a Santa Ana e a São Domingos na Fazenda Sant'Ana dos Olhos d'Água acabou por transformar aquela região em um ponto de parada de descanso e hidratação para toda a espécie de viajantes, sobretudo os boiadeiros e tropeiros[12] em viagem de ida ou vinda para o sertão.

Em virtude desse fluxo contínuo de viajantes na região, algumas pessoas começaram a se fixar ao redor da região da fazenda, de modo que um pequeno comércio foi estabelecido entre essas pessoas e os boiadeiros que ali passavam, com o surgimento de uma pequena feira de gado e de um comércio de pequenos produtos essenciais para a subsistência dos moradores e dos próprios viajantes.

[12] Boiadeiros: Indivíduos que conduzem, guardam ou negociam bois. Tropeiros: Indivíduos que apenas conduzem as tropas.

Segundo Pedreira (1983, p. 15), "por volta de 1825 já existia no referido local, o Arraial de Sant'Ana dos Olhos D'Água, onde as terças-feiras de cada semana se ajuntam de 3 a 4 mil pessoas, e onde há uma grande feira de gado". Essa feira era justificada em virtude da localização privilegiada do Arraial, entre o Recôncavo e o Médio São Francisco e das condições naturais ali encontradas (abundância de pastagens naturais e de água). A localização de Feira de Santana está representada na Figura 9.

Assim, observa-se que bastou apenas um século para que Feira de Santana passasse de uma simples aldeia para a localidade com a mais importante feira da Bahia. Essa feira era a base de sua economia e a agricultura existia em função da demanda dos comerciantes e da subsistência dos moradores, sendo caracterizada pela grande produção de alimentos. Só mais tarde apareceu timidamente a plantação de fumo e de algodão. Vale ressaltar que tanto o fardo de fumo quanto o de algodão eram envoltos em couro, o que caracterizava a abundância da economia pecuarista local (SANTO, 2003).

Segundo Poppino (1968, p. 106-107), nos anos seguintes:

> [...] a vila continuava a se expandir como um centro comercial do sertão baiano, mas, exceto em relação ao seu tamanho, diferia pouco dos outros arraiais espalhados pelo estado. Casas de adobe de um andar, rodeadas por casebres, espalhavam-se ao acaso, junto à capela do século XVIII de Santana dos Olhos D'Água. Poucas ruas, tortas e sem pavimentação e algumas praças estendiam-se entre estes edifícios.

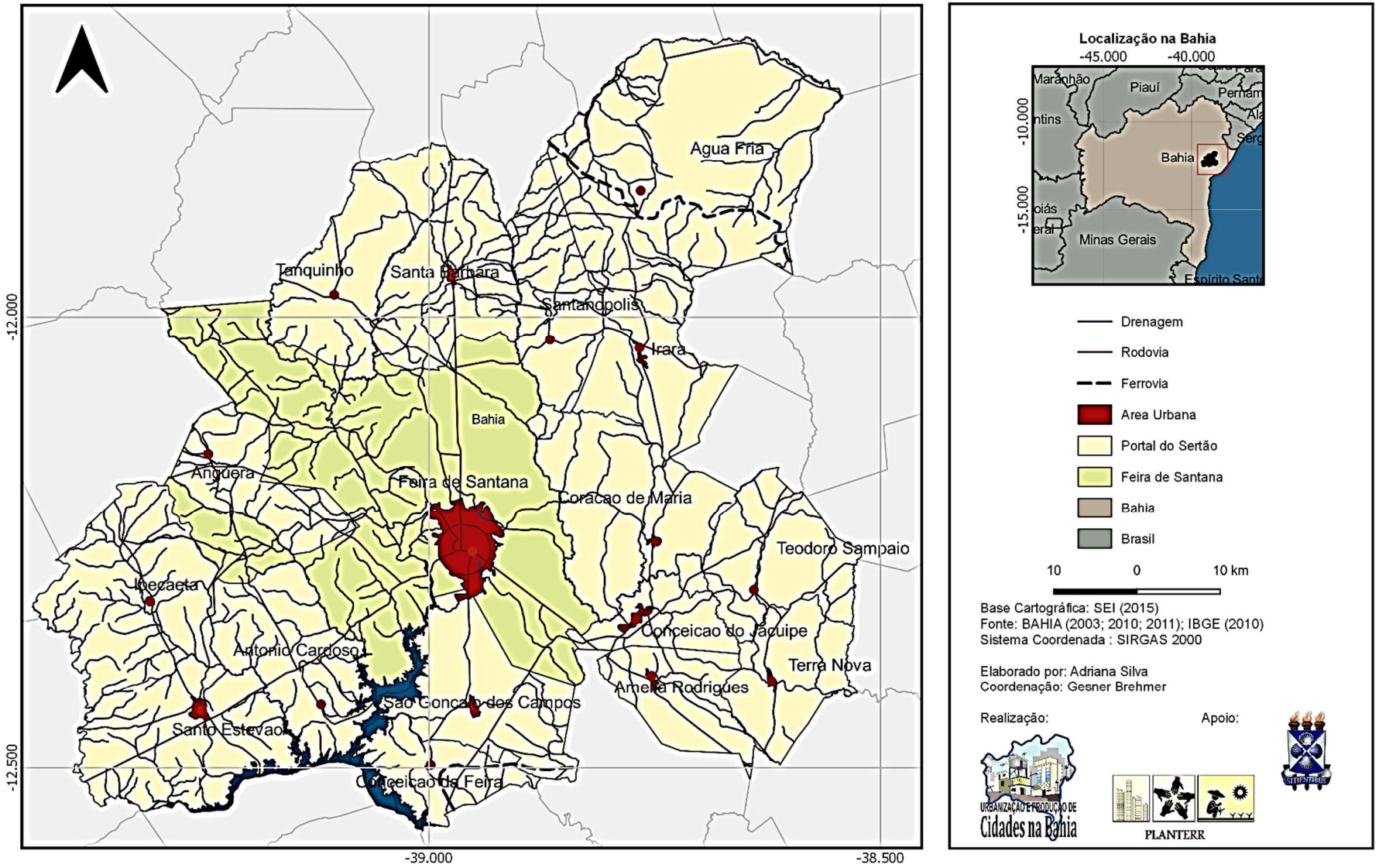
Cruz (1999) destaca que a predominância de relações mercantis desde o início da formação do município, apesar de ser uma característica marcante, não significou acumulação de capitais em escala suficiente para determinar grandes avanços econômicos, pelo menos até que a ação deliberada do Estado tornasse o município uma opção favorável para investimentos de maior envergadura. A estrutura fundiária colonial associada ainda era predominante nas relações do Arraial e a pequena burguesia mercantil que nascia pouco tinha poder decisório e financeiro para fazer esses investimentos.

A inserção da vila nos processos de articulação produtiva começou após 1860 com a percepção, por parte do governo da Província da Bahia, do aumento dos fluxos comerciais e do crescimento da feira de gado, através das estradas que interligavam o "interior" do estado à capital Salvador. Essas estradas se encontravam em condições precárias, o que prejudicava o escoamento da produção feito ainda em transportes rudimentares como carros de bois e no lombo de animais, e acabou por motivar, em 1917, o primeiro plano de construção de estradas com foco principal no trecho Salvador-Feira de Santana que já havia sido elevada à categoria de cidade em 1873.

Conforme Cruz (1999, p. 193), “já em 1938, o município experimentava o fortalecimento de sua posição como foco de irradiação e convergência de um sistema de rodovias, com recursos públicos da Bahia e da União”. Na condição de beneficiário da confluência de interesses que reforçavam sua posição estratégica perante os fluxos de capitais com destino ao Nordeste e a Salvador, Feira de Santana teve, ao mesmo tempo, o seu comércio local favorecido e grandes investimentos em outras atividades diversificadas. Desde cedo, os excedentes obtidos com a atividade comercial proporcionaram o surgimento de uma incipiente indústria beneficiadora do fumo e do preparo de carnes, couros e peles cujo valor da produção era sobrepujado pela pecuária ou mesmo pela agricultura. Desde 1860, aliás, registrava-se a presença de unidades de pequeno porte, baseadas em trabalhos manuais, com pouca utilização de máquinas a vapor.

Essa “indústria nascente” feirense dos anos 1940 enfrentou dois problemas limitantes ao seu desenvolvimento no município: o primeiro diz respeito ao próprio tamanho do mercado consumidor local e regional, ainda marcado por baixos níveis de renda, e o segundo e mais importante, a concorrência maciça com produtos mais industrializados advindos de Salvador. Assim, em um primeiro momento, a indústria local foca sua produção para o mercado local e regional em produtos rudimentares e de baixo valor agregado já de forte presença local (fumo, algodão e peles), e produtos complementares à produção das cidades vizinhas.

Figura 9 - Mapa de Localização de Feira de Santana no Portal do Sertão e na Bahia,2020.



Mesmo assim, Feira de Santana experimenta um "surto" de crescimento industrial durante os anos de 1940 a 1960, que a colocaram como segundo centro industrial do interior do estado, em quantidade de estabelecimentos, ao final desse período. A indústria feirense do início dos anos 1960 possuía 293 estabelecimentos, 41,6% dos quais dedicados à transformação de minerais não-metálicos e 18% à produção de gêneros alimentícios, e apenas 2,7% dos estabelecimentos produziam bens de consumo duráveis ou de capital. Nessa época, Feira de Santana era o segundo município baiano em número de estabelecimentos industriais. Sua indústria de menor porte, entretanto, tinha o quarto maior número de pessoal ocupado da Bahia e o Valor da Transformação Industrial (VTI) dos seus estabelecimentos eram, em 1959, o sexto maior do estado, muito abaixo da transformação industrial dos municípios de Salvador e São Francisco do Conde, mas também de Ilhéus, Alagoinhas e Santo Amaro (CRUZ, 1999). Essas informações estão contidas na Tabela 1.

Tabela 1 **-** Feira de Santana: Estabelecimentos, Pessoal Ocupado e Valor da Transformação Industrial (VTI) e Participação da Indústria Municipal na Microrregião Homogênea[13] (MRH) e no Estado da Bahia (BA) em 1960

Estabelecimentos, pessoal ocupado e VTI	**Total**	**Grupo de gêneros industriais**		
		Grupo I[1]	**Grupo II[2]**	**Grupo III[3]**
Estabelecimentos	**293**	**145**	**140**	**8**
Estrutura (%)	100,0	49,5	47,8	2,7
Participação Feira/ MRH (%)	52,4	54,1	49,8	50,0
Participação Feira/ BA (%)	4,9	4,4	5,5	5,6
Pessoal Ocupado	**2.051**	**nd[4]**	**nd**	**nd**
Participação Feira/ MRH (%)	72,9	nd	nd	nd
Participação Feira/ BA (%)	4,1	nd	nd	nd
Valor da Transformação Industrial[5]				
Participação Feira/ MRH (%)	74,7	nd	nd	nd
Participação Feira/ BA (%)	1,7	nd	nd	nd

Fonte: Cruz (1999, p. 195).

[13] Municípios de Feira de Santana, Ipirá, Santo Estevão, São Gonçalo dos Campos e Conceição do Jacuípe

[1] Correspondente as indústrias de bens de consumo finais não-duravéis (Mobiliário, Perfumaria, Sabões e Velas, Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos, Alimentos, Bebidas, Fumo e Editorial e Gráfica)

[2] Correspondente as indústrias de bens de consumo intermediário (Extrativa Mineral, Minerais não- metálicos, Metalurgia, Madeira, Papel e Papelão, Borracha, Couros e Peles, Química e Materiais Plásticos)

[3] Correspondente a indústria de bens de consumo duráveis e de capital (Mecânica, Material Elétrico e de Comunicações, Material de Transporte e Diversas)

[4] Informações não disponíveis

[5] O censo de 1960 que foi utilizado para a base de dados da tabela não discriminava pessoal ocupado e Valor de Transformação Industrial por gêneros para o município de Feira de Santana

Nessa época não havia uma predominância em relação ao número de estabelecimentos industriais no município. As indústrias de bens de consumo finais não duráveis (Grupo I) e as indústrias de bens de consumo intermediário (Grupo II) apresentavam entre si uma diferença da ordem de 5 estabelecimentos (145 x 140). O destaque "negativo" fica por conta das indústrias de bens de consumo duráveis e de capital, que em 1960 contavam com apenas 8 estabelecimentos. Em relação à participação na microrregião e na Bahia, a indústria feirense correspondia a 52,4% e 4,9% respectivamente. Já em relação ao pessoal ocupado, os dados apresentam que a indústria feirense correspondia a 72,9% da participação na microrregião e 4,1% em comparação a Bahia.

Importante destacar que, além do crescimento da atividade industrial feirense nos anos 1960, as atividades do setor terciário também apresentaram crescimento e continuaram a ser a atividade de maior ocupação populacional do município. O setor atacadista era responsável por 44% dos estabelecimentos em comparação com a microrregião homogênea e por 4,5 % do total da Bahia. Já o setor de serviços correspondia a 62,9 % do pessoal ocupado em comparação com a microrregião homogênea e a 4,7 % em relação a Bahia, e esses dados estão na Tabela 2.

Tabela 2 - Feira de Santana: Estabelecimentos e Pessoal Ocupado nas Atividades Terciárias e Participação Setorial na Microrregião Homogênea (MRH) e no Estado da Bahia (1960)

Atividade	**Estabelecimentos**			**Pessoal Ocupado**		
	Feira de Santana	**Feira de Santana/ MRH**	**Feira de Santana/Bahia**	**Feira de Santana**	**Feira de Santana/ MRH**	**Feira de Santana/Bahia**
Comércio						
Atacadista	84	44,0%	4,6 %	2.386	51,3 %	4,5 %
Varejista	1.327	47,9%	4,4 %	320	64,4 %	3,8 %
Serviços	**560**	**56,7%**	**4,0 %**	**1.420**	**62,9 %**	**4,7 %**

Fonte: Cruz (1999, p. 197).

Alguns fatores são essenciais para compreender o crescimento do setor terciário e industrial feirense nos anos 1950. Dentre eles está a construção e inauguração da BR-116, cujo traçado contempla o município o que facilitou os fluxos de passageiros (consumidores, mão-de-obra e investidores) e de mercadorias. A partir de então, graças à ação do Estado nacional e baiano, são implementadas as conexões rodoviárias com as principais cidades do estado e do país (CRUZ, 1999).

Já nos anos 1960, com o crescimento urbano e industrial de Salvador através dos processos de industrialização, segundo Freitas (1996) e Cruz (1999), a capital do estado integrou-se produtivamente à lógica do capital industrial nacional, e Feira de Santana começou a atuar como um centro de serviços de apoio a transportes e passageiros. Isso reforçou ainda mais o seu papel histórico de entroncamento comercial, fazendo parte agora também da cadeia produtiva deste capital mercantil e industrial. Tem-se que "com isto, a lógica de reprodução do capital mercantil e industrial instalados em Feira estaria crescentemente atrelada ao ritmo e interesses dos capitais de fora da região, que se dirigiam à Bahia" (AZEVEDO, 1975, p. 194).

Apesar da pujança de sua atividade comercial, não havia capital local suficientemente acumulado para proporcionar à Feira de Santana um crescimento industrial baseado em unidades modernas e de maior porte. Isso só se tornou possível com a ação do Estado em todos seus níveis, nacional, estadual e municipal. Efetivamente, nos anos 1960, com o ambiente econômico e político favorável à implantação de novos distritos industriais que, com infraestrutura e um sistema de financiamento adequado, e para que pudessem atrair investimentos de grande porte, indutores e multiplicadores de emprego, renda, impostos e atividades terciárias. A teoria dos polos de crescimento de Perroux permeava os principais estudos, projetos e programas difundidos pelos meios acadêmicos e pela burocracia estatal. Por traz dos planos de "interiorização" do processo de industrialização, encontrava-se a ideia de que uma **indústria motriz** poderia transformar **indústrias movidas** e, numa reação em cadeia, promover o desenvolvimento do interior do estado (CRUZ, 1999).

Com base nessas iniciativas e já diante da instalação do CIA (Centro Industrial de Aratu), em 1967, através do PROINTER (Programa de Industrialização do Interior), o Governo da Bahia planejou o processo de desconcentração e interiorização econômica, através da instalação de mais outros distritos industriais no "interior" do estado. Esses processos referem-se à tentativa de diminuição do ritmo de expansão industrial nas grandes cidades, em contrapartida ao aumento das instalações industriais em cidades menores localizadas no "interior".

As principais causas que motivaram os processos de desconcentração e "interiorização" econômica segundo Pacheco (1999), foram: i) o aumento da disponibilidade de infraestruturas em transportes e redes em algumas áreas mais afastas do eixo Sul-Sudeste; ii) o afloramento da guerra fiscal entre os estados brasileiros que os levaram a uma competição pela atração de indústrias; iii) a política de "interiorização" proposta pelo governo brasileiro a partir da segunda metade do século XX.

Em face disso, em virtude de suas características como grande centro urbano e econômico localizado próximo à capital, e infraestrutura de transportes para o escoamento da produção, Feira de Santana acabou por ser escolhida tanto por parte do governo do estado quanto pelos interesses da elite política e econômica para a criação desse distrito. Dessa articulação de interesses, nasceu em 1968 o Centro de Assistência a Pequenas e Médias Indústrias, para orientar de forma técnica e financeira os pequenos empresários locais e, em 1969, o PDLI (Plano de Desenvolvimento Local e Integrado), que reconheceu a necessidade da criação de um distrito industrial em Feira de Santana como instrumento do desenvolvimento local.

Após o lançamento do PDLI, entre julho de 1969 e dezembro de 1970, o governo municipal assinou os decretos de desapropriação de áreas e a lei de institucionalização da autarquia denominada "Centro Industrial do Subaé". O novo distrito industrial nascia com vários estabelecimentos em funcionamento, que já se encontravam instalados nas áreas delimitadas pela Lei, que instituiu o CIS. No momento de sua fundação, o CIS contava com cartas de opção firmadas por 30 empresas para instalação naquela localidade, inclusive com 11 projetos em fase de análise ou aprovados pela SUDENE. Vale frisar que tais projetos se destinavam a indústrias de maior porte do que as até então predominantes no município, o que causou expectativas favoráveis ao ambiente econômico local (CRUZ, 1999).

Com a instalação dos distritos industriais na Bahia, e de modo específico neste caso, do CIS, a expectativa por parte do governo de estado era a de fornecer elementos para que o PIB do estado não ficasse altamente concentrado na RMS (Região Metropolitana de Salvador) e, ao mesmo tempo, promover efeitos em cadeia nas cidades escolhidas para receberem os distritos industriais através, sobretudo, da transformação do espaço urbano e da atividade industrial desses municípios.

4.2 A IMPLANTAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO CIS E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ECONOMIA LOCAL

Até os anos 1970, a atividade industrial em Feira de Santana não poderia ser entendida como uma atividade concentrada e organizada. As atividades industriais eram dispersas e desorganizadas, espalhadas pela malha urbana sem qualquer tipo de conexão entre elas. Pensando nisso, com a lei municipal nº 690, datada de 14 de dezembro de 1970 (BAHIA, 1970), criou-se e implantou-se o Centro Industrial do Subaé. Esse centro (ou distrito) seria localizado

no bairro do Tomba, estendendo-se até a BR-324, ocupando desde já uma posição privilegiada no quesito de escoamento da produção. O CIS foi estadualizado em 1983 pelo governador João Durval Carneiro através da lei 4.167/83 (BAHIA, 1983), de modo que o Centro Industrial do Subaé nasceu com a finalidade de:

> prover a infraestrutura básica de localização industrial feirense referente à urbanização, transporte, energia, abastecimento de água e esgotos, estimular a implantação de indústrias e promover a alienação de lotes de terrenos para fins industriais e correlatos em harmonia com as diretrizes da política de desenvolvimento da União, do Estado e do Município de Feira de Santana (BAHIA, 1983, p. 01).

Para Freitas (1996, p. 86-87), Feira de Santana foi escolhida em virtude de:

> [...] as vantagens locacionais de Feira de Santana, como intermediária entre o Recôncavo e o Sertão baiano, fazem com que a cidade funcione como entreposto comercial, ocorrendo uma rápida expansão do comércio que, com o advento do rodoviarismo, favorece o contato com outras regiões.

Esse centro industrial, a princípio de iniciativa local, se originou juntamente com a criação de uma Autarquia do Governo Estadual para gerenciá-la. Inicialmente o distrito caracterizava-se por ser voltado para a fabricação de bens finais e intermediários, apresentando um setor diversificado, sendo os ramos mais representativos: metalúrgico, alimentício, de bebidas, de madeira, de minerais não metálicos, químicos e de borracha. Sua vocação setorial pode ser considerada indefinida, uma vez que em cada um desses ramos há pelo menos uma empresa em atividade. O CIS teve como principais atrativos para sua implantação os incentivos fiscais do Programa FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste), a isenção de impostos de renda e o excedente de mão de obra (FREITAS, 1996).

O plano-diretor do CIS de 1985 reforça os motivos que levaram o governo da Bahia a escolher Feira de Santana como uma das sedes dos distritos industriais baianos. Pode-se destacar como características marcantes de Feira de Santana: i) ser entroncamento rodoviário obrigatório que interliga o Norte-Nordeste ao Sul-Sudeste do país através da BR-324, da BR-101 e da BR-116, que facilita o escoamento da produção; ii) a proximidade da capital Salvador e do aeroporto 2 de Julho; iii) a proximidade ao COPEC (Complexo Petroquímico de Camaçari) e ao CIA (Centro Industrial do Aratu), o que também facilita o escoamento da produção e o fluxo de mão-de-obra. A localização do distrito está representada na Figura 10.

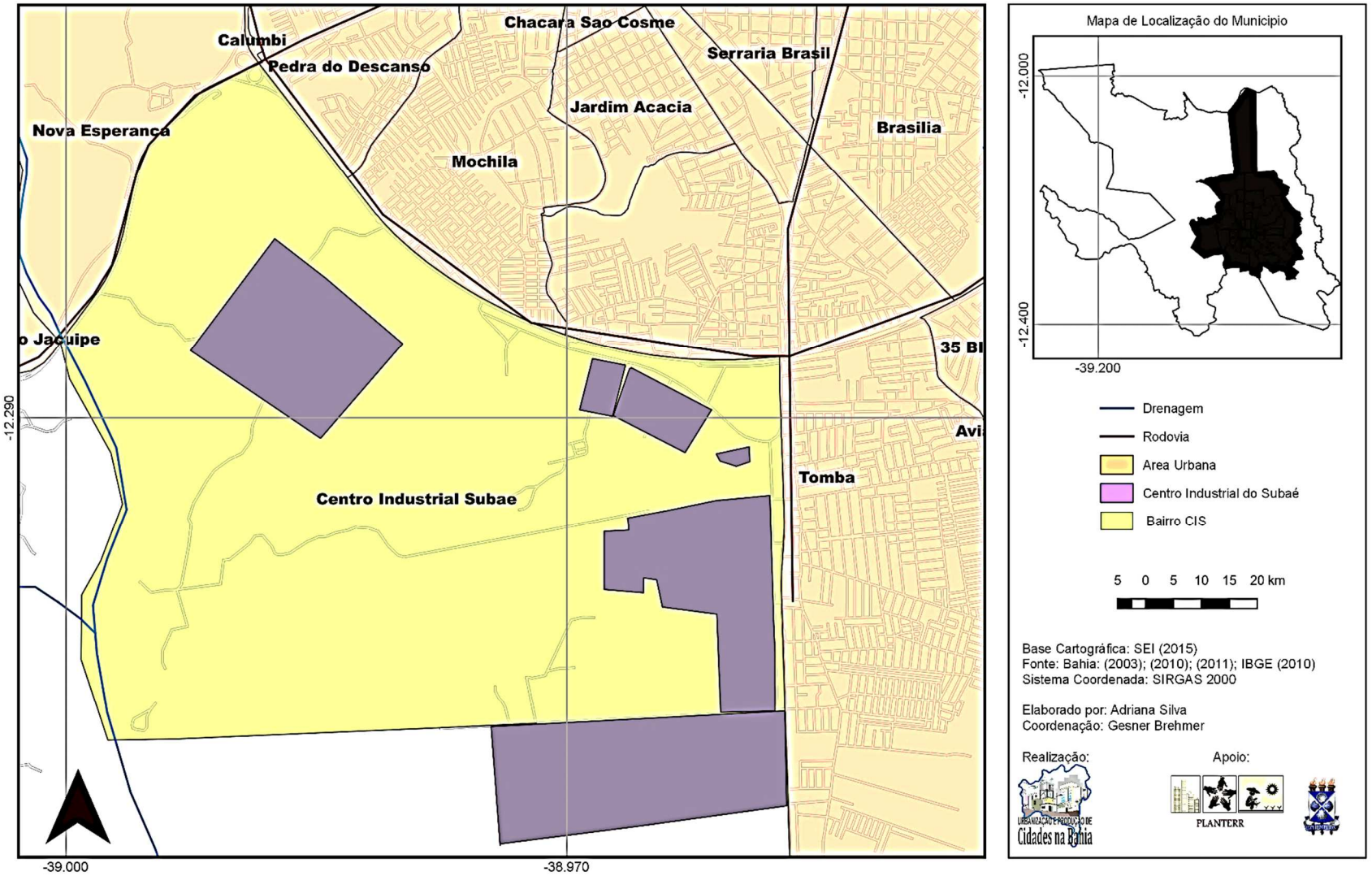
As teorias da localização auxilia a compreensão dos motivos da elaboração do plano diretor do CIS de 1985 e a própria localização geográfica do distrito, que parecem obedecer aos estudos de Weber(1909), de Perroux (1967) e Marshall (1982).

De Marshall (1982), herda-se o conceito de distrito industrial ao reunir em um mesmo espaço geográfico indústrias com ramos de atividades distintas ou similares, e essas empresas colaboram entre si rumo a uma melhor eficiência. As empresas do CIS também atendem a outras características dos distritos industriais marshallianos: em sua maioria, são empresas de porte-médio e obedecem a um mesmo código de comportamento (implícito ou explicito). Talvez a característica mais marcante é a criação de uma rede de instituições locais públicas e privadas, apoiada por agentes econômicos que atuam no distrito como a criação do Centro de Indústrias de Feira de Santana (CIFS) em 1975, para auxiliar e elaborar projetos de desenvolvimento industrial, tanto da cidade quanto do distrito, e da instalação do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) no início dos anos 1970, para fornecer mão de obra para a indústria nascente da cidade.

De Weber (1909 *apud* ALVES, 2011), a localização do CIS herda os conceitos de melhor localização espacial de modo a minimizar os custos de transporte via custos de produção. Quanto mais o CIS se localizasse em um espaço que, ao mesmo tempo, atendesse tanto a facilidade de escoamento da produção quanto fosse mais perto dos locais de escoamento dessa produção, mais baratos seriam a produção industrial e os custos de transporte. Nesse sentido, em virtude das características locacionais explicitadas no Plano Diretor do CIS -1985, a localização do distrito compactua também com os ideais de Weber.

Já os estudos de Perroux (1967 *apud* SOUZA, 2005) contribuíram para a localização do CIS enquanto entendimento do distrito como instrumento de crescimento econômico via encadeamento do setor industrial, em que um conjunto aglomerado de empresas liderado pela(s) indústria(s) motriz(es) atrai outras novas indústrias que serão complementares as motrizes, uma vez que fornecem e/ou compram insumos para a produção industrial do complexo. As indústrias instaladas no distrito acabam por ditar não apenas o ritmo industrial, mas também o setor terciário que passa a vender e circular os produtos produzidos, como também no setor primário que fornece matérias-primas para os elos encadeadores da indústria.

Figura 10 – Mapa de Localização do Centro Industrial do Subaé no município de Feira de Santana- Bahia, 2020



Além disso, as indústrias concentradas espacialmente têm grande poder de mercado local para influenciar os preços de compra e venda dos insumos e dos produtos finais, de modo a conseguir os melhores preços para minimizar os custos de produção e obter grandes lucros com as vendas no mercado nacional e internacional. Ou seja, o distrito industrial age como uma estrutura oligopolista de modo a beneficiar apenas os inseridos no complexo industrial e elevar seus ganhos, que não conseguiriam caso essas indústrias estivessem submetidas a um regime de concorrência.

Algumas considerações são necessárias ao entendimento dessa fase inicial da implantação e instalação do CIS em Feira de Santana. A primeira é que o CIS foi inserido como instrumento estratégico no Programa de Ação Governamental para a Bahia (1983-1987), um programa de desenvolvimento industrial de modo a incorporar o "interior" ao processo do nível Nacional. Isso porque, segundo Cruz (1999) e Damásio e Valverde (1987), no período entre 1970-1985, Feira de Santana, através do CIS, se firmou de forma definitiva como um polo industrial microrregional que respondia por 2,73 % da indústria de transformação da Bahia em 1980,e por 95,11% de participação industrial na microrregião homogênea. Os dados estão disponíveis na Tabela 3.

Os setores de destaque da indústria feirense, em termos de participação tanto na estrutura do valor industrial na região homogênea quanto na Bahia no período 1970-1985, são a indústria de papel e papelão com a participação de 11,1% na estrutura do valor industrial e de 40,59% de participação na Bahia em 1985; borracha com 12,9% e 61,32%, respectivamente e perfumaria sabão e velas com 10,1% e 40,11,respectivamente. Entretanto, esses dados devem ser vistos com ressalva, pois como destaca Cruz (1999, p. 205):

> Apesar de todo o crescimento, que tornou Feira de Santana responsável por mais de 95% do produto industrial microrregional, a análise da distribuição do VTI mostra que entre 1970 e 1985 a indústria feirense reduziu sua participação no contexto da indústria baiana. Isto acontecia porque o crescimento industrial do estado era maior alavancado pelos grandes investimentos do polo petroquímico de Camaçari.

Tabela 3 - Feira de Santana: estrutura do valor da transformação industrial e participação da indústria na microrregião homogênea (MRH) e na Bahia no período 1970-1985

Gêneros Industriais	Estrutura (%)				Participação Feira de Santana/ Bahia (%)			
	1970	**1975**	**1980**	**1985**	**1970**	**1975**	**1980**	**1985**
Total de Feira de Santana	**100**	**100**	**100**	**100**	**3,85**	**2,94**	**2,70**	**2,56**
Participação Feira de Santana/ MRH	-	-	-	-	93,85	94,34	95,11	-[14]
Extrativa Mineral	3,4	0,1	0,0	nd[15]	5,01	0,09	0,00	-
Indústria de Transformação	96,6	99,9	100,0	nd	3,82	2,81	2,73	-
Minerais Não-Metálicos	12,5	10,0	4,9	nd	3,58	3,51	2,76	
Metalúrgica	1,3	7,9	11,0	17,6	1,06	2,57	5,20	4,4
Mecânica	2,2	4,6	9,2	nd	2,61	2,23	3,75	-
Material Elétrico e Comunicação	0,4	5,4	7,6	nd	0,81	5,68	11,98	-
Material de Transporte	3,2	4,4	3,3	nd	8,19	7,67	26,62	-
Madeira	8,2	4,6	7,1	-	10,77	4,67	9,98	
Mobiliário	7,9	3,0	1,7	-	15,41	9,54	7,65	
Papel e Papelão	x[16]	x	11,1		x	x	40,59	
Borracha	1,6	2,0	8,9	12,9	16,76	13,54	41,40	61,32
Couros e Peles	0,1	x	x	x	0,56	x	x	
Química	4,2	0,9	7,0	9,6	0,52	0,08	0,40	0,46
Perfumaria	1,0	16,9	7,9	10,1	4,56	51,33	45,32	40,11
Materiais Plásticos	x	x	x		x	x	x	
Têxtil	1,3	0,7	0,6		1,21	0,66	0,33	
Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos	1,5	1,4	2,0		4,36	3,57	5,71	
Alimentares	45,3	25,7	11,5	11,6	9,02	6,52	3,76	2,55
Bebidas	0,6	0,8	0,4		0,63	0,73	0,95	
Fumo	x	x	x	2,6	x	x	9,73	
Editorial e Gráfico	1,3	2,4	1,5		2,50	3,89	4,10	
Diversas	1,0	0,7	0,1		7,19	5,46	2,35	
Grupo I	**58,9**	**51,1**	**28,3**	**-**	**6,78**	**6,60**	**4,20**	**-**
Grupo II	**31,4**	**25,6**	**50,0**	**-**	**2,16**	**1,23**	**2,10**	**-**
Grupo III	**6,8**	**15,0**	**20,3**	**-**	**3,55**	**4,06**	**6,19**	**-**

Fonte: Cruz (1999, p. 206).

[14] Vide Observações da Tabela 1
[15] Informações não- disponíveis
[16] Indicação usada pelo IBGE, quando há risco de identificação do informante.

Outra consideração necessária ao período observado diz respeito ao plano diretor do CIS de 1985. Mesmo em uma conjuntura de crise do Estado brasileiro, com o aumento da inflação e a crise da dívida externa[17], foi estruturado um plano diretor que permitisse maior integração do distrito industrial aos processos urbanos, com o objetivo de desenvolver a cidade de modo urbano-industrial via mercado interno. Dentre os condicionantes do novo plano diretor, destacam-se: i) a consolidação de um núcleo industrial definitivo ao longo da BR-324 e posteriormente na área do Tomba ii) a duplicação da BR-324 iii) a construção da barragem de Pedra do Cavalo para o fornecimento de água para a região; iv) o crescimento urbano para além do anel de contorno na área do Tomba.

Por outro lado, em 1986, na tentativa de evitar maior concentração de investimentos na área do CIS e do COPEC, a SUDENE estabeleceu "prioridade A" para a concessão de incentivos fiscais na área do CIS, ao tempo em que reduzia a prioridade conferida a projetos para outras áreas localizadas fora dos contornos rodoviários do município. O objetivo era tornar as áreas do CIS mais competitivas e atraentes. O atrativo dos benefícios fiscais e creditícios, promovidos pela SUDENE, em conjunto com outras políticas adotadas pelos governos estadual e municipal foi responsável pelo ingresso de mais estabelecimentos, com maior volume de investimentos e pela diversificação estrutural da indústria feirense. Em 1979, o CIS possuía unidades distribuídas em 11 gêneros (CRUZ, 1999).

Com os dados da Tabela 3 também é possível inferir os destaques industriais do período 1970-1985 na indústria feirense que ficam para três setores; o setor de material de transportes, que salta de uma participação de 8,19 % na Bahia em 1970 para 26,62 %; o setor de papel e papelão, que ao final de 1980 respondia por 40,59 % da participação no estado e o setor de material elétrico que respondia em 1980 a 11,58 % da indústria baiana.

Era de se esperar que o aumento do número de empresas no Centro Industrial do Subaé levasse a um processo de crescimento generalizado da produção industrial feirense. Porém, não é o que se observa ao consultar os dados disponíveis em Cruz (1999) no que diz respeito à evolução dos índices de produção industrial de atividades selecionadas no período 1987-1996. Embora o autor ressalte que esses números devem ser vistos com cuidado, uma vez que os dados do estudo decorrem de dados agregados de uma produção industrial como um todo e esses são fortemente influenciados pelas atividades industriais da RMS (Região Metropolitana

[17] Ver Ometto *et al.* (1995).

de Salvador), que possui um outro tipo de estrutura industrial e de custos, muitas vezes diferentes das observadas no CIS. Esses dados estão sintetizados na Tabela 4.

É possível fazer algumas inferências a respeito dos dados apresentados na Tabela 4. A primeira é sobre a conjuntura do período, marcado fortemente por uma crise econômica com altos índices de inflação, estagnação da economia, fuga de investimentos, queda do padrão de consumo eram situações corriqueiras no período[18]. Essa crise se deu de forma significativa em todos os setores das indústrias baiana e feirense, de modo mais intenso no setor de bens de consumo duráveis, em que se observa oscilações no que diz respeito aos índices de produção. Há constante crescimento até 1989, logo em seguida os índices de produção apresentam queda durante o período em questão. A segunda observação diz respeito a instalação e atuação do COPEC em Camaçari nas décadas de 1970 e 1980 que também reduziu a participação da indústria feirense em termos relativos.

A crise também teve seus efeitos negativos sobre alguns gêneros voltados para a produção de bens de consumo final não-duravéis (Grupo I). Em 1990, esse grupo de indústrias produzia quase 90% do que era fabricado em 1987. Nesse grupo, o mais expressivo impacto negativo ficou por conta do gênero de perfumaria, sabões e velas, cuja principal empresa (a Phebo do Nordeste), em termos de volume de produção, geração de impostos e de empregos, encerrou suas atividades em 1992, depois de ter reduzido sistematicamente sua produção (CRUZ, 1999).

A terceira consideração refere-se à mudança na política econômica nacional voltada para a maior abertura comercial em detrimento da indústria nacional. Em um contexto de célere desenvolvimento de novas formas de comunicação, de tecnologia e com o aumento do volume de comércio entre países, o governo de Fernando Collor é eleito com base em um programa de governo baseado na redução do papel do Estado na economia através das privatizações de empresas estatais e na redução do protecionismo comercial.

Essa mudança acaba por provocar uma mudança na estrutura produtiva na economia brasileira como um todo. Segundo Giambiagi *et al*. (2005, p. 15).

> [...] a economia brasileira estava baseada em um modelo de substituição de importações, o qual jungia diferentes medidas direcionadas a participação direta do Estado na economia, elevada proteção as indústrias (principalmente a automobilística), alto fornecimento de crédito para a implantação de projetos, entre outros.

[18] Ver Castro (2001).

Nessa perspectiva, toda a indústria brasileira, desde as localizadas nos grandes centros industriais do país como as indústrias locais, passou a reordenar seus processos produtivos de modo a estabelecer prioridades setoriais nas quais poderiam concorrer com o mercado internacional e nacional. Essa “especialização produtiva” levou ao abandono ou queda de produção de indústrias e, quer seja por vantagens competitivas ou naturais, não poderia concorrer com a nova conjuntura econômica de um novo modelo produtivo que provocou mudanças rápidas e significativas, tanto no ambiente macroeconômico (a economia como um todo), quanto no microeconômico (as decisões individuais dos agentes econômicos). Feira de Santana e porventura o CIS tiveram que se readequar ao novo cenário, também adotando a mesma “estratégia” de especialização produtiva, através do retorno a sua vocação histórica de indústria pecuária e alimentícia.

Essa transformação estrutural, isto é, o retorno à primazia industrial na produção de bens finais não duráveis contou com a instalação de grandes plantas com o predomínio de capitais extrarregionais. Essencialmente, essa primazia significou o predomínio de capitais nacionais e estrangeiros, centrados em São Paulo, sobre os antigos capitais locais e regionais que ainda tinham no setor de alimentos e bebidas um “reduto”. Assim, os capitais locais/regionais ficam limitados às pequenas unidades, voltadas para o mercado mais próximo, do interior, enquanto os grandes investimentos se localizaram nos grandes centros, como parte de estratégias mais amplas, de conquista do mercado metropolitano e nordestino. Ou seja, o capital forâneo, que antes se interessara pela produção de bens intermediários, passou nesse contexto a se interessar e a dominar a produção de bens de vestuário, alimentícios e de calçados (CRUZ, 1999).

Além da conjuntura e política econômica, uma última questão referente ao período mencionado é o processo de desindustrialização da economia nacional. A definição "clássica" de "desindustrialização" é encontrada nos estudos de Rowthorn e Ramaswany (1999) como sendo a redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região.

Tabela 4 - Feira de Santana: evolução dos índices de produção de atividades selecionadas da indústria de transformação local no período 1987-1996 [19]

ANO BASE: 1987=100

Gêneros Industriais	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Indústria de Transformação	**101,5**	**91,8**	**83,6**	**62,2**	**52,6**	**53,2**	**107,0**	**104,6**
Minerais Não-Metálicos	103,7	76,9	75,3	-	-	78,1	73,8	115,0
Metalúrgica	78,8	80,6	109,2	185,0	141,9	70,0	60,2	57,0
Material Elétrico e Comunicação	64,9	57,7	43,3	-	-	13,5	-	0
Material de Transporte[1]	37,9	49,9	56,4	-	-	15,7	12,2	8,6
Madeira[1]	68,6	71,9	80,4	-	-	207,5	129,4	41,6
Mobiliário[1]	169,2	52,7	71,4	-	-	91,3	113,4	54,1
Borracha[1]	132,2	105,0	63,1	108,0	121,1	158,4	113,9	110,9
Couros e Peles[1]	51,5	50,9	218,9	-	-	252,2	187,4	131,1
Química	93,9	72,9	52,9	65,8	53,0	21,9	118,3	62,5
Perfumaria, Sabões e Velas	85,9	91,5	43,8	-	-	28,9	18,4	29,1
Alimentos	143,7	163,4	201,3	212,3	118,5	192,2	255,5	216,3
Bebidas	65,5	95,0	37,8	62,1	56,3	62,0	211,9	261,2
Fumo[1]	20,7	6,7	0,1	-	-	-	3,8	8,1
Editorial e Gráfica	399,3	1.459,9	2.732,4	-	-	6.461,4	5.727,5	13.055,0
Diversos	157,8	187,4	233,8	-	-	413,2	288,4	310,2
Grupo I	**123,5**	**117,1**	**89,0**	**92,0**	**80,9**	**115,2**	**188,9**	**236,8**
Grupo II	**95,0**	**88,2**	**73,8**	**68,3**	**53,4**	**42,4**	**84,3**	**66,9**
Grupo III	**122,0**	**127,3**	**98,2**	**-**	**-**	**62,3**	**62,7**	**54,7**

Fonte: Cruz (1999, p. 238).

[19] Índices obtidos pelo autor, a partir das participações de cada gênero *feirense* na produção respectiva do estado da Bahia, com os índices de produção física de cada gênero baiano. Foi utilizado o índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal tomando como base a média de 1987=100. Para alguns gêneros, não estão disponíveis índices de produção física para o Brasil, motivo pelo qual não foram considerados, dado as disparidades tecnológicas, tamanho das plantas, mercado, etc.

[1] Os índices de produção física do IBGE, só estão disponíveis para o período 1991-1997, para os gêneros Madeira, Mobiliário e Couros e Peles. Nos demais (Material de Transporte, Fumo, Editorial e Gráfica e Diversos), simplesmente inexistem índices. Em todos estes gêneros, o autor utilizou o índice geral da indústria de transformação baiana. Procedimento similar foi adotado para o tratamento dos agregados Grupo I, II e III.

Para Tregenna (2009), desindustrialização é a situação pela qual tanto o emprego industrial quanto o valor adicionado da indústria de um país se reduzem como proporção total do PIB. De fato, ao analisarmos a participação da indústria na geração de riqueza do país de 1985 até 2013, detectamos a redução de 25 % para 15[20] %, o que sugere um processo de perda de folego industrial no Brasil[21], inclusive a baiana e a feirense.

Dentre as diversas causas do processo de desindustrialização, podemos destacar os fatores internos e externos. Os fatores internos, segundo Oreiro e Feijó (2010), são aqueles ligados às mudanças nas relações entre a elasticidade-renda da demanda, ou seja, a medida do impacto decorrente de uma variação na renda sobre a demanda dos produtos industrializados e dos serviços e o crescimento mais rápido da produtividade da indústria do que no setor de serviços, o que levaria todas as economias a se desindustrializarem a partir de um certo nível de renda *per capita*.

Os fatores externos ligados à desindustrialização são aqueles relacionados ao grau de integração das economias com as cadeias produtivas e comerciais, ou nas palavras de Oreiro e Feijó (2010 *apud* Rowthorn e Ramaswany 1999, p. 03)

> [...] ou seja, com o estágio alcançado pelo assim clamado processo de "globalização". Nesse contexto, os diferentes países podem se especializar na produção de manufaturados (o caso da China e da Alemanha) ou na produção de serviços (Estados Unidos e Reino Unido). Além disso, alguns países podem se especializar na produção de manufaturados intensivos em trabalho qualificado, ao passo que outros podem se especializar na produção de manufaturados intensivos em trabalho não qualificado. Esse padrão de desenvolvimento gera uma redução do emprego industrial (em termos relativos) no primeiro grupo e um aumento do emprego industrial no segundo grupo.

Ainda com base nos dados obtidos por Cruz (1999), é possível inferir a participação percentual de cada setor industrial da indústria de transformação, na década 1987-1997, pela análise da arrecadação do ICMS pela Delegacia da Região Fiscal de Feira de Santana. Os ramos industriais de alimentos, bebidas e borracha são destaques na década e segundo Cruz (1999, p. 242), "conseguem fazer com que a indústria feirense não tivesse perda maior de participação no contexto estadual". Destacam-se também os setores gráfico e o farmacêutico/veterinário

[20] A partir do ano 2000 houve mudança na metodologia do IBGE que passou a usar o ano 2000 como base, sendo os anos anteriores estimados índices de volume e de preços aos valores estimados para economia no ano 2000. Como as estimativas do ano 2000 incorporam pesquisas setoriais de maior representividade, a estrutura dos totais estimados dessa forma difere das estimativas obtidas antes da mudança da base de referência.

[21] O debate sobre desindustrialização é muito mais complexo e controverso do que o apresentado nesta dissertação. O objetivo da apresentação do conceito aqui é apenas alertar ao leitor sobre como esse processo influenciou nos dados da Tabela 4.

com pujantes crescimentos nas participações estaduais, porém ainda com insignificantes participações no desempenho global. Os dados são apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Evolução da participação dos setores industriais da indústria de transformação feirense via arrecadação de ICMS no período 1987-1996

Gênero	1987	1988	1989	1990	1991[1]	1992[1]	1994	1995	1996
Minerais Não-Metálicos	5,66	2,49	2,80	3,65	-	-	2,24	1,39	1,94
Metalúrgica	14,46	19,74	16,28	13,46	17,11	12,90	9,06	5,36	5,31
Mecânica	2,63	2,77	1,41	0,53	-	-	0,29	0,27	0,12
Mat. Elétrico e Comunicações	1,83	2,53	2,18	3,75	-	-	2,31	-	0,00
Material de Transporte	0,42	0,16	0,20	0,24	-	-	0,06	0,05	0,03
Madeira	0,63	0,44	0,45	0,53	-	-	1,17	0,73	0,23
Mobiliário	0,95	1,58	0,58	0,94	-	-	0,66	0,51	0,33
Papel e Papelão	9,22	8,23	13,93	8,60	-	-	2,76	6,25	3,85
Borracha	17,23	22,90	17,74	11,32	20,23	21,43	24,42	17,65	16,38
Couros e Peles	0,03	0,04	0,04	0,11	-	-	0,21	0,13	0,09
Química	8,44	11,47	8,97	6,50	9,58	11,63	7,06	12,44	8,47
Farmacêutico e Veterinário	0,02	-	0,00	0,01	-	-	4,08	0,09	0,22
Perfumaria, Sabões e Velas	9,31	11,12	9,42	9,31	-	-	4,02	2,03	1,96
Matérias Plásticas	0,44	0,55	0,54	0,63	-	-	4,04	0,34	0,46
Têxtil	3,10	0,04	0,03	0,04	8,14	8,65	0,0	0,0	0,00
Vestuário e Calçados	1,10	0,55	0,99	1,28	-	-	2,83	2,40	2,66
Alimentos	13,55	5,38	8,80	23,49	34,15	31,09	20,10	16,40	12,58
Bebidas	8,69	7,63	12,87	11,84	10,79	14,31	8,66	29,49	39,58
Fumos	0,95	0,20	0,06	0,00	-	-	-	0,03	0,07
Editorial e Gráfica	0,02	0,08	0,28	0,56	-	-	1,14	1,01	2,20
Diversos	1,32	2,10	2,43	3,22	-	-	4,89	3,43	3,51

Fonte: Cruz (1999, p. 243).

O que chama a atenção nos dados da tabela 5 é a perda de hegemonia do grupo II (o da indústria de bens de consumo intermediários) na participação industrial feirense para o grupo I

[1] Para os anos de 1991 e 1992, o autor utilizou dados do Boletim Fazendário, de março de 1995, onde constam apenas alguns gêneros discriminados, dificultando a totalização dos Grupos I, II e III.

(bens de consumo finais não duráveis). Parece correta a análise de que nos anos 1990 houve mudanças estruturais no perfil industrial de Feira de Santana com a abertura comercial do país.

Em face do exposto, é possível inferir que, entre 1970 e 1995, a indústria feirense passou por duas transformações profundas: a primeira aconteceu com a própria instalação do Centro Industrial do Subaé que transformou a indústria local em uma produtora de bens de consumo intermediário voltada ao complemento industrial das indústrias instaladas no Complexo Industrial de Aratu e do Complexo Petroquímico de Camaçari.

A segunda se deu entre o final da década de 1980 e 1990, com o agravamento da crise macroeconômica do país, aliada a política econômica de maior abertura comercial, em detrimento da continuidade das políticas de desconcentração industrial, que acabam por estimular o crescimento de indústrias dos ramos de vestuário, alimentos e bebidas, tanto no país quanto na economia local, o que faz com que a indústria feirense acabe por majoritariamente produzir bens de consumo não-duravéis.

Nos anos 2000, em âmbito nacional, observa-se a continuação da conjuntura econômica e política da década anterior, ou seja, uma política econômica nacional voltada a redução da máquina pública, sobretudo através das privatizações e a proteção da moeda contra as desvalorizações cambiais, através de aumentos das taxas de juros no início da década para combater as crises econômicas iniciais da Rússia, México e Argentina[22].

Em relação específica à indústria, o país vivia o ápice da desindustrialização com o *boom* das *commodities* exportadas pelo país e que levava a apreciação do câmbio e dos termos de troca. A ênfase está na produção agroindustrial para atender a elevada demanda externa de produtos como soja, laranja e café e no setor de serviços[23].

Para Pessoti e Pessoti (2015), essa conjuntura foi extremamente crucial para promover mudanças na economia baiana como um todo; primeiro pela limitação do crédito de longo prazo, que afeta diretamente os setores de serviços e industrial (grandes tomadores desse recurso) e pela mudança de foco da política industrial de desenvolvimento por parte do governo do estado, com foco voltado a produção de veículos.

A reformulação das atividades industriais baianas, como parte de um plano da diversificação produtiva, alcançou maior impulso a partir de 2001, com o lançamento do

[22] Ver Braga (2013)
[23] Ver Oreiro e Feijó (2010) e Bacha (2013)

DESENVOLVE, uma política de atração de investimentos para estimular fluxos de produção e renda no estado.

Segundo dados de Pessoti e Pessoti (2010), a Secretaria de Indústria e Comércio e Mineração do Estado da Bahia durante o período 2000-2010 realizou mais de R$ 42 bilhões em investimentos industriais, que foram responsáveis por aproximadamente 160 mil empregos diretos. Merece destaque o fato de que 80% desses investimentos foram destinados à implantação de novas plantas industriais no estado, sendo, portanto, 20% outros destinados à reativação de plantas já existentes.

Dessa forma vieram para a Bahia entre 2000 e 2010, uma diversidade de indústrias atraídas pelos incentivos fiscais das quais se destacam, seja pelo valor do investimento, seja pela elevada geração de emprego e valor agregado: a Ford e seus sistemas de produção; a Veracel Celulose, atualmente maior produtora de celulose do mundo; a Monsanto, com produção de fertilizantes; e diversas indústrias calçadistas, que são grandes geradoras de empregos. O destaque desse último empreendimento deve ser dado ao fato de ter permitido uma "interiorização" pelo território baiano, ainda que de maneira pouco desconcentrada (PESSOTI E PESSOTI, 2015).

Entretanto, apesar desses vultosos investimentos, conforme a Tabela 6 não pode ser observada uma mudança significativa na estrutura produtiva da Bahia após o período 2000-2010, que continuou espacialmente e especificamente concentrada em setores em que o estado já tinha vantagem competitiva, e em locais onde já havia forte atividade industrial (RMS e Polo Petroquímico de Camaçari). Assim, tem-se que "os investimentos industriais foram importantes para elevar o dinamismo econômico interno, mas não conseguiram promover modificações semelhantes às verificadas na década de 70 com o advento do Polo Petroquímico de Camaçari" (PESSOTI E PESSOTI, 2015, p. 06).

Tabela 6 - Composição Setorial do PIB da Bahia 1960-2010

Anos	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
1960	40	12	48
1970	21,2	12,4	65,4
1980	16,4	31,6	52
1990	15,2	31,9	52,9
2000	8,8	28,9	62,3
2010	7,2	30,3	62,5

Fonte: Elaboração de Gesner Brehmer Silva.
Base de dados: Pessoti e Pessoti (2015, p. 15).

Os anos 2000 também nos permitem fazer análises mais profundas e comparativas sobre a população ocupada por setores de atividade econômica, e corroboram a hipótese de Cruz (1999) de que, a partir dos anos 1970, houve mudanças na estrutura produtiva da economia feirense em que as atividades industriais e comerciais começam a ganhar maior participação dentro do município. Esse fôlego foi mantido nas décadas seguintes, principalmente no setor de serviços que chegou em 2010 como responsável por 71,05% da população ocupada na cidade, enquanto a indústria, depois do pico da década de 1970 quando chegou a corresponder a 26,4%, encerrou 2010 com 21,73% de ocupação. Os dados estão disponíveis na Tabela 7.

Tabela 7 - População ocupada em Feira de Santana por década e percentual,1970-2010

Período/Setor	Primário	Indústria	Construção Civil	Terciário
1970	54,31	26,4	-	19,2
1980	15,47	15,1	8,94	60,48
1990	10,2	13,57	8,47	67,76
2000	8,87	13,52	7,11	70,49
2010	7,28	12,73	8,94	71,05

Fonte: IBGE (1970, 1980, 1990, 2000, 2010).

É possível ainda complementar o exame dos dados da Tabela 7 com a análise do emprego formal na indústria de transformação no munícipio de Feira de Santana, através dos dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que são apresentados na Tabela 8. Eles nos dizem que no período observado, até 2013, exceção feita ao ano de 2011, a indústria de transformação feirense apresentava tendência positiva em relação ao saldo entre admitidos e desligados. A tendência positiva foi revertida a partir de 2014 e segue até 2016 com saldos negativos.

Os dados demonstram que a indústria feirense acompanhou os processos gerados pelas políticas anticíclicas do governo federal para o combate da crise iniciada em 2008, sendo o período 2008-2011 o maior em termos de admissões, com média de 7.951 admitidos. A indústria feirense também acompanhou a trajetória do período de crise da economia brasileira, e registrou a partir de 2013, e principalmente no ano de 2015, o maior déficit da série histórica.

Tabela 8 - Empregados admitidos e desligados na indústria de transformação feirense via mercado formal 2006-2017

Ano	Admitidos	Desligados	Saldo
2006	6.011	5.685	326
2007	6.584	5.190	1.394
2008	6.767	6.564	203
2009	7.455	6.117	1.338
2010	9.148	7.436	1.712
2011	8.434	8.299	135
2012	7.718	7.208	510
2013	7.464	7.221	243
2014	7.316	8.631	- 1.315
2015	5.174	6.633	-1.459
2016	3.942	4.970	-1.028
2017	4.465	4.400	65

Fonte: CAGED (2006 - 2017).

Outra condicionante importante na primeira década dos anos 2000, que permite a análise de forma mais aprofundada do comportamento da indústria feirense, foi a criação da política dos territórios de identidade por parte do governo da Bahia em 2007, pelo então governador Jacques Wagner, como um instrumento de planejamento de políticas públicas de desenvolvimento territorial no Plano Plurianual Participativo (PPA-P) 2008-2011.

Nesse sentido, Feira de Santana é inserida no território de identidade denominado Portal do Sertão, agrupada ao lado dos municípios de Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio e Terra Nova.

Desse modo, entende-se correto analisar de que modo a indústria feirense se comportou em relação tanto ao estado da Bahia quanto aos municípios que fazem parte do território de identidade do Portal do Sertão. Os dados da Tabela 9 demonstram o PIB industrial desses municípios em anos previamente escolhidos (2002, 2008, 2014 e 2017) e a sua participação em relação ao estado da Bahia. Ao analisar os dados do IBGE, percebe-se que a indústria feirense no século XXI aumenta sua participação e dinamismo em relação ao estado da Bahia, ao apresentar em 2002 um PIB industrial da ordem de R$ 344.935,00, correspondente a 2,91% do PIB industrial baiano, e já em 2017, R$ 2.403,525.000 e 4,54% respectivamente, com um pico na série histórica em 2014 quando correspondia a 5,96% da indústria baiana.

Tabela 9 - Produto Interno Bruto (PIB) industrial, percentual sobre o total do estado da Bahia por municípios do Território do Portal do Sertão- 2002, 2008, 2014 e 2017

Municípios	2002		2008		2014		2017	
	PIB Industrial Total	(%) Bahia	PIB Industrial Total	(%) Bahia	PIB Industrial Total	(%) Bahia	PIB Industrial Total	(%) Bahia
Água Fria	888.000	0,01	1.942.000	0,01	4.978.000	0,01	24.127.000	0,05
Amélia Rodrigues	8.443.00	0,07	15.153.000	0,06	28.729.000	0,07	25.699.000	0,05
Anguera	348.000	0,00[1]	863.000	0,00	2.592.000	0,01	2.967.000	0,01
Antônio Cardoso	633.000	0,01	1.812.000	0,01	4.886.000	0,01	4.998.000	0,01
Conceição da Feira	4.583.000	0,04	8.645.000	0,03	36.762.000	0,09	50.034.000	0,09
Conceição do Jacuípe	20.592.000	0,18	95.709.000	0,37	861.414.000	2,09	1.296.791.000	2,45
Coração de Maria	2.095.000	0,02	9.671.000	0,04	20.408.000	0,05	18.868.000	0,04
Feira de Santana	344.935.000	2,91	905.840.000	3,50	2.453.861.000	5,96	2.403.525.000	4,54
Ipecaetá	592.000	0,00	1.376.000	0,01	3.548.000	0,01	3.344.000	0,01
Irará	1.945.000	0,02	3.609.000	0,01	11.327.000	0,03	12.117.000	0,02
Santa Bárbara	2.097.000	0,02	5.305.000	0,02	16.197.000	0,04	16.410.000	0,03
Santanópolis	411.000	0,00	720.000	0,00	2.741.000	0,01	2.178.000	0,00
Santo Estevão	9.917.000	0,08	51.436.000	0,20	119.387.000	0,29	182.793.000	0,34
São Gonçalo	7.637.000	0,06	55,191.000	0,21	82.212.000	0,20	156.815.000	0,30
Tanquinho	752.000	0,01	1.073.000	0,00	3.167.000	0,01	2.671.000	0,01
Teodoro Sampaio	702.000	0,01	1.537.000	0,01	5.266.000	0,01	5.905.000	0,01
Terra Nova	959.000	0,01	9.090.000	0,04	10.213.000	0,02	34.198.000	0,06

Fonte: IBGE (2002, 2008, 2014, 2017).

[1] Valores tão próximos a zero que a metodologia do IBGE contabiliza como 0,00 %. Considerar também para os outros valores na referida tabela.

Ainda que não seja objeto de estudo desta dissertação, merece destaque, no âmbito da região do Portal do Sertão, o crescimento da indústria de cidades relativamente próximas a Feira de Santana, tais como Santo Estevão, que obtém um crescimento de 425% na participação no PIB industrial baiano (de 0,08% em 2002 para 0,34% em 2017); São Gonçalo dos Campos, com crescimento de 500% na participação em relação a Bahia(de 0,06 em 2002 para 0,30% em 2017); Terra Nova com 600% (0,01% em 2002 para 0,06% em 2017) e, sobretudo, a cidade de Conceição do Jacuípe, distante 29 km de Feira de Santana, que obtém o maior crescimento da região do Portal do Sertão, com 1361,1 % no período observado.

Entretanto, da análise dos dados de participação do PIB industrial feirense em relação ao território do Portal do Sertão, observa-se uma dinâmica inversa ao observado na participação em relação ao estado. Apesar de continuar sendo o grande centro industrial do território, a indústria feirense reduz sua participação no território de 84,57 % no ano de 2002 para 56,64% em 2017, uma redução de 33,03%.

Em relação aos municípios do Portal do Sertão que obtiveram crescimento na participação do PIB industrial em relação a Bahia, todos também apresentam aumento na participação do PIB industrial em relação ao território, com Santo Estevão com crescimento de 177,37% (2,43% em 2002 para 4,31 em 2017), São Gonçalo dos Campos com crescimento de 197,86% (1,87% em 2002 para 3,70% em 2017), Terra Nova com crescimento de 347,83% (0,23 em 2002 para 0,80% em 2017).

Porém, o maior destaque fica novamente para o município de Conceição do Jacuípe que passou de 5,14% em 2002 para 30,56% em 2017, com crescimento de 594,55 %. A princípio, o que os dados demonstram é que os referidos municípios que apresentaram maior crescimento na participação do PIB industrial do Portal do Sertão, apresentaram também maior dinamismo econômico e/ou vantagens em relação aos demais. Não é possível inferir apenas pelo PIB industrial ainda que seja uma variável relevante de análise, que a indústria de Feira de Santana começou a perder protagonismo dentro do território do Portal do Sertão no século XXI já que, indiscutivelmente, o município continua a apresentar a maior contribuição tanto em relação a Bahia quanto ao território. Os dados de participação em relação à participação no território estão contidos na Tabela 10.

Tabela 10 - Produto Interno Bruto (PIB) industrial, percentual sobre o total do Portal do Sertão por municípios do território- 2002,2008,2014 e 2017(em Mil Reais)

Municípios	2002		2008		2014		2017	
	PIB Industrial Total	(%) Portal do Sertão	PIB Industrial Total	(%) Portal do Sertão	PIB Industrial Total	(%) Portal do Sertão	PIB Industrial Total	(%) Portal do Sertão
Água Fria	888	0,21	1.942	0,16	4.978	0,13	24.127	0,56
Amélia Rodrigues	8.443	2,07	15.153	1,3	28.729	0,78	25.699	0,6
Anguera	348	0,08	863	0,07	2.592	0,07	2.967	0,06
Antônio Cardoso	633	0,15	1.812	0,15	4.886	0,13	4.998	0,11
Conceição da Feira	4.583	1,12	8.645	0,73	36.762	1,00	50.034	1,18
Conceição do Jacuípe	20.592	5,14	95.709	8,19	861.414	23,49	1.296.791	30,56
Coração de Maria	2.095	0,51	9.671	0,82	20.408	0,55	18,868	0,44
Feira de Santana	344.935	84,57	905.840	77,49	2.453.861	66,91	2.403.525	56,64
Ipecaetá	592	0,14	1.376	0,11	3.548	0,09	3.344	0,07
Irará	1.945	0,47	3.609	0,30	11.327	0,30	12.117	0,28
Santa Bárbara	2.097	0,51	5.305	0,45	16.197	0,44	16.410	0,38
Santanópolis	411	0,1	720	0,06	2.741	0,07	2.178	0,05
Santo Estevão	9.917	2,43	51.436	4,4	119.387	3,26	182.793	4,31
São Gonçalo	7.637	1,87	55.191	2,52	82.212	2,24	156.815	3,70
Tanquinho	752	0,18	1.073	0,09	3.167	0,08	2.671	0,06
Teodoro Sampaio	702	0,17	1.537	0,13	5.266	0,14	5.905	0,13
Terra Nova	959	0,23	9.090	0,77	10.213	0,27	34.198	0,80

Fonte: IBGE (2002, 2008, 2014, 2017).

Face essas considerações, conclui-se o processo de formação histórica e econômica do município de Feira de Santana, desde a sua fundação como um ponto de parada de viajantes das feiras de gado no século XVIII, passando pelo desenvolvimento de sua urbanização e industrialização acentuados, nos anos 1950 com o Centro Industrial de Aratu e o Complexo Petroquímico de Aratu e, de forma mais significativa, em Feira de Santana, com o Centro Industrial do Subaé em 1970 (embora sua formalização se dá em 1983). Esse processo de industrialização promove uma mudança importante na estrutura produtiva da cidade, que passa a focar sua produção na indústria de bens de consumo intermediário complementares a produção industrial da Região Metropolitana de Salvador.

Essa dominância perdurou até o final da década de 1980 e início dos anos 1990, quando o agravamento da crise econômica nacional, juntamente com a política econômica de desconcentração industrial, promove a segunda mudança produtiva na indústria feirense e passa a focar sua produção industrial em setores como vestuário, alimentos e bebidas.

Os anos 2000 trazem a continuação das políticas econômicas nacionais, o agravamento da desindustrialização nacional e o crescimento de indústrias em outros municípios próximos à Feira de Santana, que continua a ser o centro industrial do território do Portal do Sertão e o mais importante do "interior" do estado. Porém agora, integrada à dinâmica industrial dos municípios à sua volta. Aliado a isso, já em 2018, o governo do estado extingue a autarquia gerencial do Centro Industrial do Subaé e retira a autonomia municipal da gerência da parcela mais significativa da indústria local. O debate sobre a atual situação do CIS e suas perspectivas futuras enquanto agente de desenvolvimento econômico é o tema do próximo capítulo da dissertação.

5 O CIS ENQUANTO INSTRUMENTO DE DESCONCENTRAÇÃO ESPACIAL E ECONÔMICA EM FEIRA DE SANTANA: ATUALIDADES E PERSPECTIVAS FUTURAS

A proposta deste capítulo é discutir a atual situação do Centro Industrial do Subaé enquanto instrumento de desenvolvimento econômico em Feira de Santana. Para isso foi necessário entender se as iniciativas de desconcentração econômica e espacial da década de 1970 permanecem atualmente no distrito, sendo possível assim projetar suas perspectivas futuras na cidade. Para tanto, foi realizada a interpretação das entrevistas com os grupos categóricos já explicados na metodologia dessa dissertação e a análise sobre todos os dados e informações que foram tabulados e organizados com base nos objetivos desse trabalho.

Este capítulo está dividido em três seções: na primeira, discutiu-se a situação atual do CIS em relação à sua composição setorial, à sua localização, aos destinos da sua produção, à relação dos investimentos com os empregos gerados e em relação aos incentivos fiscais e sua importância histórica e atual. Na segunda seção serão discutidos os principais problemas pelos quais o distrito passa e que o afetam ou podem afetá-lo em anos posteriores; e na última seção serão analisadas tanto as perspectivas futuras do distrito, quanto a efetividade das teorias de localização discorridas no capítulo 3, para entendê-las e relaciona-las com o distrito industrial no atual contexto da reestruturação produtiva.

Ainda que já brevemente mencionada no capítulo anterior, e tendo início no Brasil com o processo de abertura comercial no princípio da década de 1990, junto com as mudanças do papel do Estado na economia brasileira , com a desindustrialização, e a condução de uma política macroeconômica centrada na estabilização da inflação e na contenção da crise fiscal, essa reestruturação produtiva merece ser um pouco mais discutida antes que se possa discorrer sobre o CIS, por entender-se que as discussões são diretamente ligadas para à compreensão do objeto de estudo.

Para Harvey (1989), o processo de reestruturação produtiva, ou de acumulação flexível, se acentua fortemente na economia mundial como uma resposta à crise do capitalismo nos anos 1970, em virtude dos choques de petróleo provocados pelos países do Oriente Médio e também como resposta à crise dos modelos de produção fordista, baseado na produção em massa via linhas de produção.

As características dessa nova reestruturação produtiva visavam a flexibilização do processo produtivo, via relações de trabalho; a criação de novos padrões de consumo mundial, o uso intensivo de inovação tecnológica nas relações produtivas e comerciais; a transferência de mão-de-obra dos outros setores da economia para o setor de serviços – setor onde geralmente os graus educacionais são baixos – criação de novos complexos industriais em regiões não-industriais ou de pouca industrialização e implantação intensiva do sistema *just in time* nas organizações industriais para redução de custos produtivos, de transporte e de mão de obra através da automatização. Ou, como sintetiza Botelho (2000, p. 41-42):

> Este princípio do *just in time* pode ser alargado às relações entre as diferentes seções dentro de uma mesma unidade industrial, entre as unidades de uma mesma empresa ou entre as empresas e as suas subcontratadas. Assim, as empresas envolvidas na cadeia produtiva devem assumir uma coordenação de suas atividades como forma de minimizar os problemas e aumentar a segurança. Forma-se uma "pirâmide de fornecedores", pois a grande empresa contrata fornecedores de *primeiro nível*, estes, por sua vez, possuem uma equipe de fornecedores de segundo nível, e assim por diante.

Perante o exposto, já é possível identificar mais uma característica dos processos de reestruturação produtiva: a terceirização industrial. Essa como objetivo a redução dos custos industriais de produção e de transporte como meio de tornar competitiva a indústria frente os seus concorrentes. No modo de acumulação flexível, as empresas que não conseguem ser competitivas frente a outras acabam por ficar para trás em um sistema de subordinação das pequenas empresas (as menos competitivas) em relação às grandes empresas (as mais competitivas), de modo a servi-las na minimização tanto dos custos de estoque, quanto da manutenção da força de trabalho.

Porém, essa subordinação não acontece somente no meio econômico, mas também no meio espacial. É preciso que a integração das pequenas empresas com as maiores aconteça de forma rápida, eficiente e quase simultânea com o menor custo possível. Para isso, é necessária i) a existência de uma rede bem estruturada e de fácil acesso de transporte ferroviário, viário e rodoviário; ii) uma rede de comunicações de alta tecnologia (telefonia celular e internet) que permita a transmissão de informações importantes de maneira simultânea; iii) relativa proximidade das indústrias envolvidas no sistema de subordinação entre si.

Há uma importante observação a ser feita: com a reestruturação produtiva, de modo prevalente, as indústrias passam a operar de vez em sistemas de economias de aglomeração[24] e não mais em sistemas de linha de produção em massa. Não é mais a padronização dos processos

[24] Ver Capitulo 2 desta dissertação

produtivos e a capacidade de produção em larga escala em menor tempo, em si, que tornam uma indústria competitiva frente as demais, e sim a sua capacidade de se aglomerar e de se inserir na flexibilidade de modo a minimizar os seus custos frente as demais para se tornar uma indústria central e não subordinada. Sobre as economias de aglomeração, Benko (1999b, p.193-194):

> A grande empresa integrada sucede a rede de indústrias especializadas, ligadas por relações de subcontratação ou de parceria. No caso da pura subcontratação, as indústrias que dão ordem, podem a rigor, dirigir-se a outra firma distante (na Ásia por exemplo): mas ainda assim é preciso que ela seja encontrada, que esteja em um mercado de firmas contratantes, aglomeradas próximas a um porto ou de um aeroporto. Uma zona franca, por exemplo, mas em todo caso uma concentração urbana. No caso da "parceria", é preciso que se concentrem firmas em um espaço tal que os engenheiros possam, conhecer-se, trocar "macetes" e discutir problemas técnicos, é preciso que os operários qualificados possam circular de firma em firma.

Por último, é importante destacar que na acumulação flexível não há apenas a tendência de aglomeração espacial das indústrias, mas sim também de aglomeração financeira. Os grandes fluxos financeiros globais se dirigem aos lugares que oferecem as melhores condições para a sua rápida reprodução. A mesma lógica aplicada para os processos produtivos também vale para os fluxos financeiros: o capital procura lugares onde ele possa minimizar seus custos e onde ele possa ser menor regulamentado.

Com base nisso, o processo de reestruturação produtiva reforça o destaque em que os espaços geográficos para a atração espacial tanto para a indústria quanto para o setor financeiro. Essas procuram os melhores lugares que atendam às características de reprodução do capital e se inserem de maneira cada vez mais versátil nos lugares selecionados. Como salientam Sampaio e Silva (2012), cada vez mais as grandes empresas transnacionais buscam de forma acelerada a expansão de suas atividades em direção as áreas antes mais marginalizadas do sistema econômico, em virtude de fugir das competições nos grandes centros econômicos e atraídas não só pelas características locais desses lugares, mas também pelo que os autores supracitados chamaram de "guerra fiscal", que pode ser interpretada como a capacidade de os lugares atraírem investimentos de forma não cooperativa via manipulação de variáveis fiscais. Com o relativo "enfraquecimento do Estado[25]" e com a redução potencial de arrecadação do setor público, as grandes empresas ganham poder de barganha em relação aos lugares, uma vez

[25] Há controvérsias sobre a política de Estado mínimo praticada no país a partir dos anos 1990. O Estado continua tendo importância no estímulo à atividade econômica, porém, foi reduzido em algumas questões de política social.

que as indústrias passam a responder pela maior parcela dos investimentos, pela geração de empregos e renda de uma região.

É nesse contexto de reestruturação produtiva e acumulação flexível, no qual o Centro Industrial do Subaé está atualmente inserido, que será analisado nas próximas seções dessa dissertação.

5.1 ATUAL COMPOSIÇÃO DO CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ

O Centro Industrial do Subaé, atualmente, é composto por três núcleos industriais localizados no município de Feira de Santana e em áreas circunvizinhas: Núcleo CIS Tomba, Núcleo BR-324 e Núcleo São Gonçalo. Segundo a FIEB (2019, p.02):

> [...] atualmente, a área geográfica de atuação do CIS abarca diversos municípios na região de Feira de Santana, como Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Candeal, Coração de Maria, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Ipecaetá, Irará, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara, Santanópolis, Serra Preta, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho.

O núcleo do Tomba é o núcleo mais antigo pertencente ao CIS. Sua localização é no bairro de mesmo nome ao sul da cidade de Feira de Santana em direção à cidade de São Gonçalo dos Campos. Está ligado à Feira de Santana pelo anel viário da cidade, que dá acesso à BR 116 e à BR 324. É caracterizado pela presença de diversas empresas de pequeno e médio portes.

O núcleo BR 324 possui uma localização privilegiada, pois se situa às margens da rodovia BR 324, com 14,2 quilômetros de comprimento, a partir do anel viário de Feira de Santana em direção a Salvador, por 1.000 metros de largura para cada lado, a contar do limite da faixa de domínio da rodovia BR 324. Trata-se de um núcleo densamente composto por unidades de manufatura e de distribuição de diversas empresas, com especial destaque para empresas de grande porte.

Por fim, o núcleo São Gonçalo é o mais recente e o menos ocupado por empresas do todo o CIS. Localiza-se na Avenida Subaé – São Gonçalo dos Campos, no município de São Gonçalo dos Campos, a alguns quilômetros do anel viário de Feira de Santana que dá acesso às rodovias BR 116 e BR 324 (FIEB, 2019).

Segundo o entrevistado E1 (2020), todos esses núcleos concentravam, ao final de 2018, 645 indústrias instaladas e 76 ainda em fase de implantação para os próximos anos. Em termos percentuais, a atual estrutura industrial do CIS está representada na Tabela 11.

Tabela 11 - Centro Industrial do Subaé:
Composição Setorial por segmentos em 2018(em %)

Segmentos	(%)
Alimentos e bebidas	19
Metal /mecânico	16
Químico/farmacêutico	14
Construção civil	13
Outros	12
Embalagens e papeis	8
Serviços e comércio	8
Têxtil	6
Reciclagem	4
Total	100

Fonte: Elaboração de Gesner Brehmer Silva.
Base de dados: CIS (2018).

Com base nos dados da Tabela 11, é possível fazer a correlação com os dados obtidos por Cruz (1999). Mesmo após 20 anos, não houve uma mudança na estrutura produtiva no distrito, como a que houve nos anos 1990. O CIS continua sendo um distrito voltado para a indústria de bens de consumo não-duravéis[26], com destaque para os ramos de alimentos e bebidas e nesses ressalta-se a importância da presença da Nestlé, Pepsico e da Ambev na composição industrial, que por sua vez corresponde a 19% da composição industrial distrital. Outros setores que merecem destaque são os setores metalúrgico (16%) e químico (14%).

A grande "novidade" em relação às décadas anteriores na estrutura do CIS é o crescimento das indústrias de construção civil, que atingem a quarta colocação na composição setorial do distrito, com 12% do total das indústrias. Esse crescimento não foi por um acaso e, ao ser analisado o crescimento do setor como um todo no Brasil, na última década, verifica-se que ele impulsionado basicamente por três fatores: a demanda alta de empreendimentos imobiliários destinados ao uso residencial, sobretudo dos programas do governo federal, a melhoria do cenário econômico na primeira década do século XXI pelo *boom* das comodities e

[26] Os que possuem uma vida útil menor. Esses são produzidos para um consumo mais imediato, com um tempo menor de duração.

pela condução da política econômica dos governos Lula (2003-2010) e Dilma I (2011-2014), em que houve expansão da classe média brasileira e da chamada classe C. Por último, tem-se as melhorias das condições de financiamentos de imóveis novos e usados e, de forma mais específica, houve a redução nas taxas de juros em virtude dos subsídios governamentais.

Ainda em relação à composição do CIS, ao observar a relação das 50 empresas mais relevantes em termos de emprego no Distrito ao final do ano de 2019, disponíveis no anexo 1 dessa dissertação, verifica-se que elas empregam juntas um total de 13.090 funcionários. Há também heterogeneidade de setores observados, de modo que são encontradas tanto indústrias de pneus (Pirelli Pneus LTDA), fabricação de sucos (Brasfrut-Frutos do Brasil LTDA), arames de aço (Belgo Bekaert Arames LTDA) e alimentos para animais (Primor do Nordeste LTDA). Em termos proporcionais, a Tabela 12 retrata em termos percentuais a importância das dez maiores empresas do distrito industrial do Subaé para a geração de emprego e de renda.

Tabela 12 - As 10 maiores indústrias do Distrito Industrial do Subaé em termos empregatícios em 2018.

Nome da Empresa	Ramo de Atividade	Nº de Pessoas Empregadas	Empregados em relação às 50 maiores empresas (em %)
Pirelli Pneus LTDA	Fabricação de Pneus	1427	10,90
Viva Ambiental LTDA	Coleta de Resíduos não-perigosos	992	7,58
Borrachas Vipal S/A	Fabricação de artefatos de borracha	752	5,74
Nestlé Alimentos e Bebidas LTDA	Alimentício	688	5,26
Aceflex do Nordeste LTDA	Produtos Têxteis	611	4,67
Sustentare Saneamento S/A	Coleta de resíduos não-perigosos	600	4,58
Sipel Construções LTDA	Construção Civil	540	4,13
O.L Papéis LTDA	Fabricação de Papéis	504	3,85
Brasfrut LTDA	Suco de Frutas, legumes e hortaliças	412	3,15
H Marinho LTDA	Construção Civil	350	2,67

Fonte: Elaboração de Gesner Brehmer Silva.
Base de dados: FIEB (2019).

Com os referidos dados das tabelas anteriores, e a relação das maiores empresas disponíveis no Anexo I, é possível fazer algumas inferências em relação a atual composição do

distrito. A primeira é que as maiores empresas do distrito, em termos empregatícios, acompanham a composição dos dados da Tabela 11: os ramos alimentícios, construção civil e químico indiretamente dominam a relação das empresas que mais empregam no distrito, sendo a multinacional Pirelli, localizada no núcleo BR-324, a líder empregatícia com 1427 funcionários e quase 11% dos empregos distritais.

A segunda consideração, e talvez a mais importante, se encontra ao analisar todas as 50 maiores industrias do distrito, e percebe-se que há sinais de que a sua lógica obedece a uma das premissas da reestruturação produtiva: o sistema hierárquico. As grandes empresas têm em suas companheiras de distrito indústrias que, ou fornecem produtos complementares aos produtos das indústrias principais ou fornecem matérias primas para a fabricação desses produtos. A lógica do CIS já não obedece apenas aos princípios da teoria de localização, ou seja, a busca pelo melhor lugar para o escoamento da produção que ofereça maior proximidade dos centros consumidores e minimização dos custos de transporte. Agora também a lógica da localização obedece a um sistema hierárquico: as empresas dominantes possuem a vantagem e o poder de se localizarem nos melhores lugares primeiro, de modo que cabem às empresas menores acompanharem a esse movimento e se estabelecer em regiões ou cidades próximas a essas empresas, e assim servir de complemento à atividade industrial.

Ao mesmo tempo, também há um sistema hierárquico entre o CIS e outros centros industriais localizados próximos à cidade de Feira de Santana como o CIA e, principalmente o COPEC. A predominância de indústrias como Pirelli, Geral Tec (Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos), Metaf Indústria (Estruturas Metálicas) e a Viva Ambiental indicam a aproximação de complementariedade à produção do Polo Petroquímico de Camaçari ou até mesmo de serviços auxiliares. As duas lógicas (teoria da localização e reestruturação produtiva) caminham lado a lado na escolha dessas indústrias de se instalar em Feira de Santana: elas buscam ao mesmo tempo minimizar os custos de transporte ao se localizarem próximos aos grandes mercados produtores, com boas vias de escoamento rodoviário para que possam atender os interesses dos grandes centros hierárquicos existentes.

Em relação à atração de investimentos industriais para o CIS, o principal instrumento "formal" utilizado continua sendo os incentivos fiscais, através dos programas DESENVOLVE (Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica), PROBAHIA (Programa de Desenvolvimento da Bahia) e o PROAUTO (Programa Especial de Incentivo ao Setor automotivo da Bahia), com a predominância do primeiro em relação aos demais, que por sua vez tem como principal concessão o diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS por

até 35 anos na aquisição de bens destinados aos ativos fixos da empresa, de bens produzidos pelo estado, na aquisição de bens de outras unidades da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas e nas operações referentes a compra de insumos dos setores agropecuários e de extrativo-mineral [27].

É preciso ressaltar algumas considerações e críticas a esse modelo de fomento industrial baseado nos incentivos fiscais. A primeira e talvez mais importante diz respeito ao princípio da política fiscal de isonomia e racionalidade tributária no país, em que há uma estrutura onde, independentemente do nível de carga fiscal, são possibilitadas brechas ligadas à estrutura regulatória que levam os empresários a tomarem decisões de se localizarem em lugares insustentáveis após o fim dos incentivos. Suzigan e Furtado (2006) chamam essas decisões de "localizações antieconômicas" ou, em outras palavras, uma estrutura irracional nociva dentro da política fiscal que faz com que os efeitos da política industrial, num longo prazo, sejam nocivos por duas decisões, que nesse caso envolvem localização e escala. A decisão de localização industrial baseia-se exclusivamente em vantagens fiscais reais ou artificiais que só se sustentam com a manutenção dos incentivos das empresas no determinado local; e a de escala é ainda mais problemática, uma vez que as indústrias se tornam dependentes dos incentivos fiscais não apenas pela manutenção das empresas, mas uma dependência estrutural e financeira, em que o encerramento dos incentivos não acarretam em apenas com a fuga das empresas da localidade, mas também a sua falência.

Ainda sobre os efeitos de curto e de longo prazo gerados pelos incentivos fiscais, a "guerra fiscal", a princípio, parece trazer benefícios para os distritos industriais que conseguem compensar a renúncia dos incentivos fiscais, por exemplo, o ICMS, com os efeitos multiplicadores da instalação dessas novas empresas, ou seja, o crescimento, de forma indireta, da circulação das novas mercadorias com o aumento da produção e do consumo. Porém, a longo prazo, os efeitos de difusão ou de generalização dos incentivos fiscais fazem com que os ganhos indiretos iniciais desapareçam, uma vez que eles perdem o seu poder inicial de estímulo, e que se tornam apenas meros elementos de renúncia fiscal que afetam o poder de arrecadação do estado. Além disso, os efeitos de difusão são manifestados mais fortemente nos distritos industriais que fornecem mais incentivos fiscais que, segundo Nascimento (2008, p.680),

> [...] Os distritos industriais que concedem mais incentivos , são geralmente os mais pobres, uma vez que, parelho ao seu desenvolvimento atraído para seu território, desencadeia-se a contrapartida natural, ou seja, o crescimento das demandas por

[27] Segundo os entrevistados E1, E2, E3 e E5(2020), o DESENVOLVE foi apontado como principal instrumento de fomento industrial no CIS.

> serviços públicos, tais como: educação, saúde, transporte, segurança, saneamento básico, entre outras despesas provenientes do crescimento populacional e da elevação da renda *per capita*.

A segunda questão diz respeito às articulações entre os mecanismos de coordenação da política fiscal e dos agentes políticos, muitas vezes conflitantes. É preciso a "sintonia fina", ou seja, que os interesses fiscais e políticos convirjam para os mesmos interesses de desenvolvimento econômico via fomento industrial, por meio da redução de alguns entraves como a excessiva carga fiscal para as micro e pequenas empresas, e pela maior união do fomento industrial em outros instrumentos que não apenas a política tributária via isenções fiscais. A proposta de convergência da política fiscal com a política monetária e a classe política é também citada por Fernandes Júnior (2005), como alternativa futura para o desenvolvimento da atividade industrial não só regional, mas nacional. Essa falta de sintonia entre os incentivos fiscais e os agentes políticos é identificada na fala de E4 (2020) ao afirmar que:

> as empresas nos procuravam demonstrando interesse em investir na cidade, e nosso papel era de encaminhamento tanto para a Autarquia do CIS quanto para as diretorias do estado, para que fosse feitos os estudos de prospecção e de viabilidade econômica que logo em seguida eram encaminhadas para a Secretária de Indústria e Comércio em Salvador. Lá, não sei se por questões políticas e partidárias ou por outros interesses, a maioria das empresas não retornavam para Feira de Santana e sim para Camaçari, sendo que as condições fiscais eram mais ou menos similares, com Feira de Santana levando vantagem pelas condições locacionais (E4, JANEIRO, 2020).

Outra questão a respeito da estrutura dos incentivos fiscais como elemento dominante da atração de investimentos industriais diz respeito ao seu repasse junto à cadeia produtiva por parte da indústria e seus efeitos do lado da oferta e do lado da demanda. O efeito do lado da oferta já foi discorrido nesta dissertação através da "guerra fiscal", ou seja, a capacidade dos lugares oferecerem melhores atrativos econômicos para a instalação das indústrias via setor público. Porém, os efeitos também se manifestam do lado da demanda, uma vez que a indústria ou melhor, os donos delas, começam a repassar os incentivos aos seus fornecedores e consumidores como uma "moeda de troca", o que acaba por gerar incapacidade de arrecadação de impostos por parte do governo em uma atividade industrial que já gera efeitos produtivos, o chamado jogo de soma zero[28].

Em resumo, a eficiência dos incentivos fiscais passa pela sua como vida útil com prazos de início e de término, e nessa dinâmica de atração industrial, os processos endógenos da cadeia produtiva na cadeia global acontecem tais como a integração produtiva com a cadeia local

[28] Ver Manghi e Rêgo (2009)

(GUERRA E TEIXEIRA, 2000). É necessário, tanto por parte do governo estadual quanto do municipal, que sejam pensadas políticas industriais integradas com os setores das localidades, caso contrário, as indústrias ficarão condenadas a permanecerem na guerra fiscal. Na seção 5.3 dessa dissertação foram debatidas alternativas para o futuro do CIS diante do atual contexto de dependência fiscal e da conjuntura econômica vigente.

Em face das discussões já trazidas, é possível analisar com maior criticidade a natureza dos investimentos feitos no CIS neste século XXI através dos dados disponíveis na Tabela 13, que traz os investimentos realizados no período, a previsão de empregos e os protocolos de intenção de empresas de se instalarem em Feira de Santana.

Tabela 13 - Investimentos, Previsão de Empregos e Protocolos de intenção de empresas no CIS no período 2007-2018

Período	Investimentos Realizados (em R$)	Previsão de Empregos gerados	Protocolo de Intenções de Empresas
2007-2010	558.000.000	3.194	125
2011-2014	531.000.000	3.198	45
2015-2018	172.000.000	3.177	99

Fonte: Elaboração de Gesner Brehmer Silva.
Base de dados: Balanços Governamentais da Bahia, CIS 2007-2018.

Os Balanços Governamentais do CIS durante o período 2007-2010 também fornecem informações desagregadas sobre os principais investimentos no referido período dos quais destacam-se i) Implantação da Nestlé do Brasil S/A Produtos Alimentícios em 2007, com investimentos de R$ 100.000.000,00 e geração de 150 empregos diretos; ii) Implantação da Belgo Bekaert S/A Arames em 2009, com investimentos de R$ 112.200.000,00 e geração de 137 empregos diretos; iii) Implantação da Peixoto Comércio, Indústria Serviços e Transportes S/A em 2014 com investimentos na ordem de R$ 10.000.000,00 e geração de 350 empregos diretos e iv) A OMLI Indústria de Papéis LTDA, do mesmo grupo da O.L. Papéis inauguraram sua nova fábrica de fraldas em 2017, investindo R$ 5.000.000,00 e geração de mais de 130 novos empregos.

É preciso fazer considerações sobre a natureza desses investimentos e seus reais impactos na indústria feirense em termos de geração de emprego. Ao cruzar os principais destaques de investimentos do período com os dados da Tabela 8, conclui-se que foram

desprendidos R$ 227.000.000,00 e foram gerados 767 empregos diretos, ou seja, foram gastos R$ 295.958,279 para cada gerar um emprego nas principais indústrias instaladas no Centro Industrial do Subaé.

Cabe uma crítica ao modelo de política industrial de investimentos das empresas que se instala no Brasil, sempre tendo por base grandes investimentos em setores econômicos cujas indústrias já possuem vantagens competitivas. É o caso das indústrias de Feira de Santana, onde os maiores investimentos, durante o período observado foram em setores que a cidade já possuía evidente dinamismo, como o setor alimentício, de derivados de petróleo e de papel.

Não que aumentar a competitividade desses setores seja considerado um erro, mas é necessário aumentar a participação de outros setores da economia feirense na tentativa de uma diversificação da sua matriz produtiva industrial, para que não dependa apenas dos setores mais dinâmicos da economia. Para isso, os caminhos passam pela melhor utilização das vantagens competitivas da cidade tais como localização privilegiada, infraestrutura consolidada, mão de obra qualificada, etc., em consonância com a mudança da estrutura produtiva gerada pela redução da dependência do aporte de incentivos fiscais e do estimulo da atividade industrial via fatores internos da economia feirense.

Ainda em relação a atual composição do CIS, é necessário ressaltar o destino dos principais produtos gerados no distrito que, mesmo após 20 anos dos estudos de Cruz (1999), permanecem quase os mesmos. A produção do Centro Industrial do Subaé serve como apoio aos produtos industriais feitos no Sudeste, sobretudo São Paulo. Isso inclui o suprimento da produção industrial para todos os estados do Nordeste, para o Polo Petroquímico de Camaçari e seus produtos também são exportados para toda a região do Mercosul, principalmente as multinacionais Pirelli, Nestlé e Ambev[29], conforme explicitada na Figura 11.

[29] Segundo os entrevistados E1,E2,E3 e E4(2020)

Figura 11- Fluxo de Comercialização dos produtos
do Centro Industrial de Subaé-Feira de Santana 2019

Em suma, a atual composição do CIS não parece ter mudado muito desde o último estudo feito por Cruz (1999). Ainda há a predominância dos setores de bens de consumo não-duravéis, com destaque para o setor alimentício, bebidas e pneus que empregam a maior parte da mão-de-obra industrial. Contudo, também é observado o crescimento da indústria do setor de construção civil, em virtude da política expansionista de habitação praticada pelo governo federal na primeira década do século XXI. Os grandes investimentos industriais do período foram em setores em que a indústria feirense já possuía vantagens competitivas, o que indica a concentração espacial e econômica nesses setores e uma continuação da mesma estrutura produtiva de fomento à atividade industrial, pautada principalmente pelos subsídios fiscais, seja pela isenção do ICMS ou por redução de impostos em setores específicos.

5.2 VANTAGENS, DESVANTAGENS E PERSPECTIVAS DO PRESENTE E DO FUTURO DO CIS

O Centro Industrial do Subaé foi pensado nas décadas de 1970 e 1980, dentro de uma política estratégica de "interiorização" da industrialização, em virtude de suas vantagens locacionais como o entreposto rodoviário e comercial e a proximidade da capital do estado. Conforme pôde ser visto no capítulo 2, as teorias da localização de Perroux, Weber e Marshall auxilia o entendimento dos motivos de a cidade de Feira de Santana ter sido escolhida pelo governo da Bahia para receber um distrito industrial. Essa característica é marcante na fala de E4 (2020) ao afirmar que:

> Feira de Santana é uma cidade logística, uma vez que a distância de Feira de Santana para o Ceará e de Feira de Santana para São Paulo e para Brasília. Quando uma empresa se instala com seu centro logístico no Distrito Industrial do Subaé, ela terá uma condição de equidade de custos muito mais avantajadas do que teria em outros lugares da Bahia, trazendo vantagens competitivas (E4, JANEIRO, 2020).

Porém, também se percebe ao longo das entrevistas que o Centro Industrial do Subaé apresentava, do ponto de vista dos entrevistados, algumas dificuldades que impediam ou limitavam o seu poder enquanto agente de desenvolvimento econômico via desconcentração espacial e econômica. Dessas dificuldades, duas se destacaram nas respostas: a falta de uma infraestrutura adequada e a extinção da autarquia estadual que gerenciava o CIS.

A princípio, as afirmações parecem fazer sentido, principalmente em relação à extinção da autarquia estadual responsável pelo gerenciamento do CIS, uma vez que suas principais atribuições, segundo CIS (2018), são as de i) criar condições necessárias para a instalação das

indústrias no interior do estado da Bahia, atuando na região metropolitana de Feira de Santana e nas cidades do Portal do Sertão e em toda microrregião; ii) fomentar e executar a política de desenvolvimento econômico articulada com as diretrizes do Estado, programas e projetos de desenvolvimento industrial e de serviços; iii) fomentar o desenvolvimento industrial e de serviços em sua área de jurisdição; iv) estimular e apoiar parcerias com universidades e centros de pesquisas com vistas à realização de estudos técnicos que subsidiem a elaboração de programas e projetos especiais; v) prover a infraestrutura básica de localização industrial e serviços objetivando a política de expansão industrial e serviços e vi) e elaborar projetos e executar obras e serviços necessários a implantação e funcionamento de estabelecimentos industriais.

A *priori*, a extinção da autarquia revela-se como um fato complicador da política de industrialização feirense, uma vez que retira do município o poder decisório e gerenciador de fomento industrial e o coloca em poder de submissão à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Estadual (SDE), localizada em Salvador. Porém, ao se cruzar os dados gerenciais e contábeis da autarquia com algumas próprias falas dos entrevistados, percebe-se que antes de sua extinção a autarquia já não cumpria com sua função de fomento industrial.

As informações contidas na Tabela 14 sobre a evolução das receitas do CIS, durante o período 2012-2017 corroboram o argumento apresentado. A autarquia apresentava até 2013 um saldo realizado (diferença entre o que é previsto e o que é arrecadado) positivo[30], com essa tendência revertida a partir de 2014.

Tabela 14 - CIS: Evolução das Receitas Previstas, Arrecadadas e Realizadas no período 2012-2017

Ano	Receita Prevista (a) (R$)	Arrecadada (b)	Realização (%) (b/a-1) *100
2012	298.000,00	418.271,10	40,36
2013	298.000,00	868.287,06	191,37
2014	3.501.500,00	571.777,23	-83,67
2015	2.900.000,00	1.471.392,36	-49,26
2016	2.150.000,00	1.000.986,55	-53,44
2017	2.150.000,00	913.198,89	-57,53

Fonte: Elaboração de Gesner Brehmer Silva.
Base de dados: Balanços Governamentais da Bahia, CIS (2017).

[30] Instrumento contábil que permite avaliar a saúde financeira de uma organização, empresa ou organização não-governamental. Se o saldo é positivo, significa que a organização prevê e gere bem seus recursos; se o saldo é negativo, significa que a organização é ineficiente no planejamento e na gestão de seus recursos.

No que tange a natureza das receitas orçamentárias da autarquia CIS, a maior parte dos recursos vem dos governos estaduais e municipais via arrecadação de impostos e /ou aportes financeiros do Tesouro Estadual. Sendo assim, os dados demonstram que, principalmente a partir de 2014, a autarquia passou a gerir e planejar mal seus recursos, a ponto de ter déficits grandes entre o que era previsto e o que de fato foi arrecadado, com ênfase para os anos de 2014 e 2017, nos quais foram registrados saldos negativos de 83,67% e 57,33 % , respectivamente. No ano de 2016 houve uma redução bastante significativa da receita, que passou a representar apenas 62,06% da arrecadação em relação ao ano anterior. É possível inferir que, em fruto dessa redução na arrecadação, o CIS enquanto autarquia teve que recorrer a repasses do Tesouro Estadual.

Através da metodologia da Associação Brasileira de Orçamento Público (ABOP), é possível avaliar a autarquia na eficiência das suas previsões inicias e finais de despesa e receita orçamentária, comparativamente às respectivas realizações. Os índices estabelecidos na metodologia estão demonstrados no anexo II.

Os resultados da avaliação demonstram que durante o período 2012-2017 a gerência da autarquia foi altamente deficiente, tanto em suas estimativas de receitas quanto de despesas orçamentárias, uma vez que se enquadram no código 5 da APOB, com variação para mais ou menos superior a 15% que abrange menos de 85% e mais de 115%. Os dados da

Tabela *15* demonstram a evolução de despesa do CIS no período 2012-2017.

Tabela 15 - CIS: Evolução das Despesas Previstas, Arrecadadas e Realizadas no período 2012-2017

Ano	Despesa (R$)		Realização (%)	Avaliação
	Autorizada (a)	**Empenhada (b)**	**(b/a-1) *100**	**Código/Definição**
2012	4.194.000,00	10.512.821,84	150,66	5- Altamente Deficiente
2013	11.120.000,00	4.238.594,84	-61,88	5- Altamente Deficiente
2014	11.339.284,00	4.349.087,24	-61,65	5- Altamente Deficiente
2015	7.425.436,00	4.399.738,96	-40,75	5- Altamente Deficiente
2016	8.888.406,00	5.145.240,41	-42,11	5- Altamente Deficiente
2017	6.793.234,00	3.417.312,26	-49,7	5- Altamente Deficiente

Fonte: Elaboração de Gesner Brehmer Silva.
Base de dados: Balanços Governamentais da Bahia, CIS (2017).

A inoperância de gestão da autarquia em relação ao fomento industrial em Feira de Santana também é evidenciada ao cruzarmos os dados de receita e despesa. E, quando é

analisada a relação entre receita arrecadada e a despesa empenhada na autarquia no período observado é possível obter a condição de superávit ou de déficit através da diferença entre elas. Essa relação está descrita na Tabela 16.

Tabela 16 - CIS: Receita Arrecadada x Despesa Empenhada no período 2012-2017

Ano	Receita Arrecadada vs Despesa Empenhada(R$)	Condição
2012	- 10.094.550,74	Déficit
2013	-3.370.307,78	Déficit
2014	-3.777.310,01	Déficit
2015	-2.928.346,60	Déficit
2016	-4.144.253,86	Déficit
2017	-2.504.113,37	Déficit

Fonte: Elaboração de Gesner Brehmer Silva.
Base de dados: Balanços Governamentais da Bahia, CIS (2018).

A análise dos dados não deixa dúvidas sobre a incapacidade da gestão orçamentária da autarquia responsável na questão do planejamento e execução dos recursos para o fomento industrial do Centro Industrial. Isso gera um efeito em cadeia uma vez que, pela incapacidade orçamentária, a autarquia não cumpriu adequadamente as funções de estabelecer diálogos com o setor industrial do município e de causar impactos positivos na atividade industrial de Feira de Santana, como a manutenção das áreas distritais, o diálogo com a classe empresarial e a expansão industrial, através de novas áreas de instalação e a rápida resolução de eventuais problemas.

Além disso, os constantes déficits no período 2012-2017 geram intercorrências também nas contas estaduais, visto que a natureza orçamentária da autarquia é de recursos advindos das contas públicas estaduais. Constantes déficits aumentam o passivo estadual, o que precisaria ser compensado de alguma forma em uma maior atração de investimentos, o que não parece ser o caso de Feira de Santana, que continua a atrair indústrias em virtude de suas vantagens locacionais e da lógica dos subsídios fiscais. A maior contradição a respeito da "importância" da autarquia no Centro Industrial do Subaé é descrita na fala de E2 (2020) ao afirmar que:

> O CIS era uma autarquia estadual e foi extinta no final de 2018 pelo governo do estado juntamente com a SUDIC. Esta extinção foi uma perda para a região, pois as empresas e prefeituras não têm um atendimento local sendo necessário recorrer à capital. Entretanto, a perda não foi tão grande assim porque, de fato, o CIS não atendia às necessidades do setor empresarial a muitos anos. A falta de manutenção adequada no distrito industrial, a falta de áreas para instalação de novos empreendimentos, a demora e burocracia no atendimento aos projetos de implantação de empreendimentos e a ausência de vontade política já vinha sendo uma realidade a muito tempo.[...] Do ponto de vista lógico e racional concordo com a extinção do CIS pois era uma

> autarquia sem autonomia, lenta e ineficiente e que não atendia à finalidade para a qual foi criada(E2,2020).

Porém, a total exclusão de um canal de interlocução entre o governo estadual e municipal para um setor tão importante da economia feirense como é a indústria, e principalmente o Centro Industrial do Subaé, não parece um caminho adequado para que a indústria local seja mais efetiva no desenvolvimento econômico e social no município. Ainda que ineficiente, a autarquia representava um rápido canal formal de comunicação do empresariado com a administração estadual e municipal, por estar localizado dentro da cidade. A transferência das responsabilidades do CIS para uma sucursal dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Estadual dificulta e afasta geograficamente os diálogos dos diversos setores industriais com o governo, uma vez que não estará inserida na realidade local tornando difícil o pleito de novas indústrias, assim como a geração empregos, de melhorias de infraestrutura e de investimentos no polo industrial.

Já para E4 (2020), a questão das dificuldades de atração de investimentos do CIS vai além da ineficiência da já extinta autarquia na gestão orçamentária e financeira, mas também pela excessiva burocracia nos processos de viabilidade e de prospecção econômica que acabavam ou pelo afastamento ou pela saída de indústrias do distrito em direção a outras localidades. Para o entrevistado E4 isso se devia quando

> [...] as empresas nos procuravam demonstrando interesse em investir na cidade, e nosso papel era de encaminhamento tanto para a Autarquia do CIS quanto para as diretorias do estado, para que fosse feitos os estudos de prospecção e de viabilidade econômica que logo em seguida eram encaminhadas para a Secretária de Indústria e Comércio em Salvador. Lá, não sei se por questões políticas e partidárias ou por outros interesses, a maioria das empresas não retornavam para Feira de Santana e sim para Camaçari, sendo que as condições fiscais eram mais ou menos similares, com Feira de Santana levando vantagem pelas condições locacionais (E4, JANEIRO2020).

Outro problema do CIS muito presente na resposta dos entrevistados e que leva as empresas a não se instalarem no CIS ou saírem do distrito é a questão da infraestrutura. Porém, apesar de ser um consenso entre os entrevistados, as causas desse problema foram apontadas de maneiras diversas, desde a própria burocracia e ineficiência de articulação da autarquia no processo de planejamento, aquisição e manutenção dos terrenos, até questões de planejamento logístico, como o encarecimento do transporte público, conforme destacadas nas falas de E1, E2 e E3:

> [...]além da falta de novos terrenos para a atividade industrial, a cidade de Feira de Santana precisa resolver a questão do transporte público caro e de péssima qualidade que impedem avanços na questão industrial do distrito (E3, JANEIRO,2020).

> Os principais gargalos e dificuldades encontradas atualmente no distrito industrial do Subaé são a falta de manutenção, falta de áreas para instalação de novos empreendimentos, ausência de uma entidade local para recepcionar e dar seguimento ao processo de implantação de novas empresas com celeridade, incentivos fiscais mais claros e atrativos e o custo da taxa de manutenção dos distritos industriais na Bahia (E2, JANEIRO,2020).

> O principal problema do CIS hoje é da burocracia no processo de aquisição de áreas para implantação dos novos empreendimentos industriais que irão provocar a falta de infraestrutura em alguns núcleos (E1, JANEIRO, 2020).

A contradição no que diz respeito à importância e relevância da autarquia estadual é manifestada novamente, na qual desde antes da sua extinção ela não atendia as suas funções primordiais no desenvolvimento da atividade industrial municipal, que, por ventura, refletem no agravamento dos gargalos estruturais, não sendo o cerne do problema. Entretanto, a análise das questões de infraestrutura também merece destaque porque abrange questões direta ou indiretamente ligadas ao CIS.

A falta de terrenos para infraestrutura já é um problema "antigo" do Centro Industrial do Subaé, uma vez que muitas empresas foram transferidas para o primeiro núcleo do distrito localizado no Tomba, o que levou posteriormente as indústrias seguintes a se instalarem nos entornos da BR-324 e na região do município de São Gonçalo dos Campos, criando novos núcleos industriais de indústrias agrupadas geograficamente e produtivamente.

Porém como o espaço é um recurso escasso, as novas indústrias que, por ventura, desejavam se instalar no município buscavam, além dos incentivos fiscais, um espaço físico e estruturado para sua atividade produtiva de modo que motivou o governo municipal, através da Lei Complementar nº 86/2014, art º 15 (BAHIA, 2014), a ampliar e modificar a Lei nº1615/92 (BAHIA, 1992) de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo, que por sua vez dispõe da expansão urbana de Feira de Santana, de modo a tornar predominantemente industrial o uso do solo localizado as margens da BR-116 sentido Serrinha e próximo ao distrito de Maria Quitéria para a formalização do CIS Norte – cuja lei de criação havia sido promulgada um ano antes. Dentre as disposições da lei 86/2014, podemos destacar as preocupações com: i) a descrição das áreas legais de acordo com as poligonais topográficas feitas pelo Estado; ii) a verificação das condições de localização e de infraestrutura juntamente com os possíveis impactos sociais e ambientais; iii) o estabelecimento de critérios de implantação de tipos industriais e em quantidade adequadas e iv) a facilidade de instalação industrial em virtude dos terrenos planos da região, permitindo a instalação em grandes áreas industriais em vez de lotes separados como no CIS Tomba e na BR-324.

Entretanto, uma “rápida” visita ao CIS-Norte é suficiente para se concluir que, até o momento, a iniciativa não tem obtido resultados significativos. Apesar de sua localização privilegiada às margens da BR-116, que facilita o escoamento da produção e da proximidade de mercados consumidores como as cidades de Santa Bárbara, Serrinha, Riachão do Jacuípe e Tanquinho e dos distritos de Maria Quitéria e Matinha, pouquíssimas industrias estão localizadas no distrito e muitos galpões estão abandonados ou incompletos. As áreas reservadas para a instalação industrial continuam sem serem ocupadas, o que invalida, em parte, a argumentação de que faltam terrenos para a instalação industrial.

Essa questão revela a falta de coordenação e de planejamento governamental, tanto por parte do município quanto por parte dos Estados, e demonstra novamente as condições atuais de decisão das empresas no que diz respeito às vantagens produtivas e as suas contradições em relação à atual condição do CIS. Não basta apenas estabelecer as condições de localização industrial, é preciso “cria-las” e esmiúça-las a fundo. O problema das indústrias se instalarem em Feira de Santana não se reflete apenas na extinção de uma autarquia ou de falta de terrenos para a infraestrutura conforme descritos outrora, mas também de uma estrutura produtiva, social, urbana e logística que trava ou impossibilita o andamento da produção industrial dentro da cidade.

É nessa questão que se insere a fala de E3 (2020) em relação à preocupação com o transporte coletivo de má qualidade praticado no município. Principalmente nesse início de século XXI, a cidade de Feira de Santana tem passado por inúmeros problemas em relação ao sistema de transporte coletivo, tais como trocas de empresas responsáveis pelos serviços, a falta de uma expansão de infraestrutura das vias urbanas para acompanhar o crescimento do número de veículos que circulam pela cidade , os aumentos regulares na tarifa, atualmente em R$ 4,20, que se tornou uma das mais caras do Nordeste e o aumento do número de transportes informais, os chamados ligeirinhos.

Além dos problemas citados acima, dois parecem afetar diretamente a indústria feirense: a escassez de frota e o desenho das linhas de transporte coletivo que atendem aos centros industrias. Atualmente, duas empresas de transporte público operam no município, com o total de 120 ônibus que circulam, em 111 linhas de transporte e que são complementadas com 55 vans que alimentam o Sistema Integrado de Transporte (SIT), instaurado em 2005, e que visava a integração espacial através de 3 terminais de transbordos localizados em “pontos estratégicos” da cidade (um próximo ao centro comercial, outro no norte no bairro Cidade Nova e outro no Sul no bairro do Tomba), para desafogar principalmente a movimentação no Centro da cidade.

Porém, a má execução do dimensionamento das linhas acabou por travar o sistema, principalmente nos bairros e nas atividades industrias. Por exemplo, apenas 3 linhas foram destinadas a atender o CIS Norte: 050 - São José via Carro Quebrado, 052 - Candeia Grossa e 054 - Km 13, cada uma com apenas 1 único ônibus em intervalos que chegam até 1h30, e 4 linhas para o CIS Tomba e o CIS BR-324: 004- Pampalona/CIS, via Feira X, 027 - Viveiros via Rua E, 028 - Viveiros via Rua L e 042 - Linha CIS, também com poucas unidades disponíveis e com grandes intervalos temporais entre ambos, o que acaba por causar um sistema de transporte público sem cobertura e sem frequência dos principais centro populosos industriais (SMTT, 2020).

É preciso se pensar o sistema de transporte coletivo como um instrumento integrado dentro de uma política industrial para o CIS, de modo a obter, através da indução e consolidação do desenvolvimento via redução dos desequilíbrios regionais e de redistribuição de renda, efeitos de longo prazo sobre a estrutura social e produtiva. O serviço final do transporte coletivo deve atender ao propósito de redistribuir renda, de ocupação territorial e de aumento da eficiência da produção. Para isso, primeiramente é necessário o redimensionamento das linhas de transporte público, de acordo com o desenho do município, principalmente os transportes entre bairros próximos de modo a desafogar o fluxo de pessoas no centro da cidade e reduzir o tempo de espera nos pontos de transporte e o tempo de chegada ao destino.

O redimensionamento das linhas, por conseguinte, irá causar estímulos externos às chamadas externalidades, para que os usuários voltem a usar o transporte coletivo e, por tabela, pressionem o preço da tarifa para baixo através do cálculo da tarifa, que é o custo por Km/ dividido por número de passageiros, e reduzam os custos das indústrias em transportes, seja na questão do aporte financeiro destinados aos vales de transporte dos seus funcionários, seja em aluguéis de transportes privados para fugir da ineficiência do transporte público. Junto ao redimensionamento das linhas, torna-se necessário mudar o sistema de transportes da integração espacial para a integração temporal, através do bilhete único com validade de 2 horas, de modo a reduzir o custo do trabalhador no pagamento da tarifa e em virtude dos congestionamentos encontrados nas vias urbanas, sobretudo nos horários comerciais[31].

Nesse aspecto, é extremamente salutar pensar que a política de transportes e a industrialização serão importantes para o planejamento de políticas públicas voltadas ao setor

[31] A proposta de integração tarifária temporal nos sistemas de transporte coletivo via ônibus pode ser encontrada nos estudos de Oliveira (2013)

industrial feirense nos próximos anos, ao levar em consideração toda a importância que o CIS continua a ter na economia baiana e feirense como destacam todos os entrevistados, em especial E2 (2020) ao afirmar que:

> O Centro Industrial do Subaé abriga muitas indústrias, atacadistas e empresas de logística que geram emprego, renda, impostos e divisas para a região. Somente em Feira de Santana, o setor industrial representa 22 % do PIB[...], sendo que as maiores e principais indústrias funcionam no CIS. A existência de um centro industrial desenvolvido e consolidado é um fator decisivo para a atração de novos empreendimentos. O CIS é o terceiro maior núcleo industrial da Bahia, ficando atrás apenas do Polo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu (CIA) que ficam na região metropolitana de Salvador. Cerca de 11 % das indústrias baianas estão em funcionamento em Feira de Santana (E2, JANEIRO, 2020).

Com base nisso, a última seção desta dissertação pretende apontar as perspectivas futuras do Centro Industrial do Subaé enquanto agente de desenvolvimento econômico e de desconcentração espacial mediante o cenário atual e indicar novas alternativas de desenvolvimento industrial do município que possam promover efeitos tanto de curto quanto de longo prazo na economia feirense.

5.3 PERSPECTIVAS FUTURAS DO CENTRO INDUSTRIAL DO SUBAÉ

Diante do cenário atual exposto na seção anterior e da importância da atividade industrial na cidade de Feira de Santana, parece correto debater sobre as perspectivas futuras em relação ao Centro Industrial do Subaé. Esse debate se dá não só apenas com a reflexão das respostas dos entrevistados, mas também da análise tanto das teorias locacionais expostas no capítulo 3, quanto do contexto de reestruturação produtiva explanado no início deste capítulo para entendermos os atuais interesses que permanecem no CIS. Além disso, também é possível pensar em alternativas futuras para o fomento da atividade industrial enquanto instrumento de desconcentração econômica e espacial.

Conforme já explicitado, a concepção do Programa de Distritos Industriais no estado da Bahia em 1970, tinha por, dentre os seus objetivos principais o de "induzir a desconcentração econômica e espacial do estado através da industrialização, bem como o ordenamento do espaço urbano das cidades de porte médio que apresentassem vocação pra esse tipo de atividade"(SEI, 2017). Com isso, a expectativa era de que as condições físicas necessárias fossem criadas nas cidades nas quais os distritos fossem instalados e através dessas condições, externalidades fossem criadas de modo a fazer com que essas cidades se desenvolvessem.

Após 40 anos da criação do programa de distritos industriais, a efetividade dessa estratégia não apresenta consenso no que diz respeito à sua efetividade e sua continuação para a desconcentração espacial e econômica da Bahia. Apesar do reconhecimento da sua importância para levar às cidades do interior do estado indústrias que geralmente se localizariam na capital ou na região do polo petroquímico de Camaçari, faltou a estratégia de interiorização, uma política industrial de longo prazo que criasse maiores condições de permanência dessas industrias nas regiões interioranas e gerassem efeitos de caráter endógeno dentro da cadeia produtiva, ou que retirassem ainda mais a concentração da atividade industrial de Salvador, incorrendo em uma desconcentração econômica e espacial de forma completa e não parcial, conforme destaca a fala de E2 (2020) ao afirmar que:

> A estratégia de criação de distritos industriais promoveu desconcentração econômica no estado da Bahia de forma parcial. A criação dos distritos industriais em toda a Bahia de fato levou a implantação de indústrias em regiões mais afastadas da capital, porém a ausência de uma política industrial para o estado que levasse em conta as vocações e recursos existentes em cada local, aliada a um estímulo bem maior para o desenvolvimento destes distritos, faz com que, até hoje, a região metropolitana de Salvador possua uma enorme concentração econômica que atinge mais de 80 % do PIB do estado e que existam muitos bolsões de pobreza por toda a Bahia. Dos três principais distritos industriais do estado, dois estão na RMS. Vale ressaltar que alguns distritos indústrias surgiram após a implantação espontânea de indústrias em municípios justificando, portanto, a existência dos mesmos. E mais uma vez destaco a questão política que fez com que algumas indústrias fossem se implantar em cidades em que os prefeitos eram aliados ao governador, desconsiderando os critérios lógicos e técnicos que justificariam a implantação das mesmas em outros locais mais favoráveis ao desenvolvimento das atividades (E2, JANEIRO, 2020).

A resposta de E2 (2020) corrobora com a fala de E4 (2020) descrita na página 107, ao citar as dificuldades do distrito para cumprir suas funções por questões que vão além das condições locacionais e técnicas para sua instalação, e sim para as questões políticas.

Desse modo, percebe-se uma mudança de paradigma na lógica da localização das indústrias dentro do contexto atual. Se anos 1970, o CIS foi fortemente influenciado pelas teorias de Weber, Marshall e Perroux, agora outras teorias também nos ajudam a entender como as indústrias se localizam e se localizarão dentro do Centro de Industrial do Subaé, tais como os estudos de Porter (1993), Shank e Govindarajan (1997) e Milton Santos (2006) no contexto da reestruturação produtiva conforme Harvey (1989) e Benko (1999b).

As indústrias buscam agora algo além das melhores condições de escoamento da produção de modo a minimizar os custos de transportes, a partir das melhores localizações de terrenos ou conjunto de aglomerações de empresas para criarem vantagens competitivas de economias de escala. Elas buscam criar as vantagens competitivas baseadas na minimização dos custos estruturais e operacionais, para pensarem um posicionamento estratégico dentro da

cadeia de valor que não vise apenas o lucro presente, mas também e principalmente, lucro futuro. A longevidade de uma indústria em um determinado local depende agora também de como as indústrias conseguem criar condições de controle dos custos via incentivos fiscais em relação aos seus concorrentes ou da capacidade de reconfiguração da cadeia de valor a seu favor.

Essa reconfiguração da cadeia de valor só pode ser entendida pelos estudos de Santos (2006), de Harvey (1989) e Benko (1999b) sobre a reestruturação produtiva. Através da intervenção dos agentes econômicos, nesse caso, o governo através dos incentivos fiscais ou interesses não - econômicos, interfere-se de forma direta na alocação de recursos dentro do estado da Bahia e, por consequência, muda as alocações da divisão do trabalho.

Ou seja, há uma intensa movimentação do capital industrial que cria concentrações em níveis diferentes de força de trabalho e de geração de renda. Essa concentração é dirigida de modo a reproduzir o *mainstream* das condições vigentes impostas pela reestruturação produtiva: de flexibilização das relações de trabalho, de pouca ou nenhuma regulamentação estatal e rápida expansão de suas atividades.

Porém, esse processo ainda não está completo na Bahia uma vez que, com a cada vez mais excessiva concentração de recursos na RMS as indústrias buscam paulatinamente a direção de cidades não-metropolitanas pouco inseridas na lógica da reestruturação produtiva, que à primeira vista não parecem muito atrativas, mas que com as condições "artificiais" criadas por um Estado, que por sua vez é gradativamente dependente do investimento industrial privado seja ele local, nacional ou internacional, para assim promover um desenvolvimento econômico.

Entretanto, as teorias da localização e a reestruturação produtiva parecem convergir em um ponto: a necessidade de criação de uma infraestrutura básica para que as condições de reprodução do capital industrial aconteçam. A diferença se dá na finalidade da infraestrutura: enquanto nas teorias locacionais, principalmente as clássicas, elas servem de forma quase que unânime para que as empresas minimizem seus custos de produção e de transportes, na reestruturação produtiva ela serve não só para isso, mas para transmitir de forma rápida e simultânea as informações do sistema pelos quais a empresa está subordinada.

Com base no exposto, já é possível inferir que a estratégia de desconcentração econômica e espacial no estado da Bahia e, por tabela, do CIS. Iniciada nos anos 1970, apresenta ineficiências ou foi feita de forma parcial. Apesar de inúmeras indústrias se instalarem nos 10 distritos industriais espalhados em cidades distintas econômica e geograficamente dentro do

estado, esse agente não conseguiu promover o desenvolvimento econômico e principalmente social idealizado pelos órgãos de planejamento e sim promoveu uma "desconcentração concentrada[32]". Os dados da tabela 17 demonstram que ainda há uma excessiva concentração econômica em torno da Região Metropolitana de Salvador.

Essa visão sobre o fracasso da estratégia de desconcentração espacial e econômica por parte do Programa de Distritos Industrias da Bahia não é unânime, uma vez que as questões locais também devem ser levadas em considerações, como a falta de uma gestão local eficiente que cuidasse dos distritos, como destaca E3 (2020), ao afirmar que:

> A estratégia dos distritos industriais foi uma medida acertada pela Bahia, porque, ao disponibilizar áreas preparadas para receber indústrias, deu o impulso necessário para a industrialização do interior do Estado. No entanto, ao longo dos anos, por falta de cuidado na manutenção dos distritos, muitas vantagens foram perdidas e novos problemas surgiram. Esse modelo está sendo repensado, sobretudo quanto à gestão do distrito (E3, JANEIRO, 2020).

Ambas apresentam proposições corretas, do ponto de vista macro e do ponto de vista micro. Do macro, ressalta a falta de um planejamento estatal e de uma política econômica voltados para a indústria que abranjam não apenas o fomento industrial, mas de propostas que ataquem as falhas estruturais ainda existentes na economia baiana, em particular no caso feirense. Na seção anterior foram apontadas questões relevantes que podem, e devem, ser pautas de qualquer discussão referente ao CIS nos próximos anos: a alocação de indústrias em terrenos pré-infraestruturados já existentes em Feira de Santana, o transporte coletivo caro e de péssima qualidade que encarece os custos de transporte e de produção das indústrias instaladas e que trava a movimentação produtiva nos entornos do distrito.

Do ponto de vista micro, a questão da falta de gestão local que seja eficiente na atração de projetos industriais relevantes ao município e que sirva de canal de interlocução entre o setor empresarial e os governos estaduais e municipais também não pode ser desprezada como fator complicador, tanto para as perspectivas presentes quanto as futuras dos distritos industriais, em especial o Centro Industrial do Subaé.

Torna-se então extremamente necessário pensar em medidas que garantam a sustentabilidade e a manutenção da atividade industrial no CIS, e em Feira de Santana como um todo, uma vez que foi relatada pelos entrevistados a preocupação com o futuro das indústrias na economia feirense como destacam E1 (2020), E2 (2020) e E5 (2020) nas falas:

[32] Ver Guerra e Teixeira (2000).

> Com a extinção do CIS as perspectivas de desenvolvimento econômico e industrial na região de Feira de Santana, vão ser muito prejudicadas e dificilmente veremos a implantação de grandes e médios empreendimentos em nossa região (E1, JANEIRO, 2020).

> O CIS era uma autarquia estadual e foi extinta no final de 2018 pelo governo do estado juntamente com a SUDIC. Esta extinção foi uma perda para a região, pois as empresas e prefeituras não têm um atendimento local sendo necessário recorrer à capital.[...], entretanto , é necessário que haja algum órgão público de fomento industrial à Feira de Santana e região capacitado e interessado em atender às demandas do setor empresarial que movimenta a economia local, tornando-a mais pujante. Eu um momento em que Feira de Santana está praticamente independente de Salvador, ter que voltar a recorrer à capital é um retrocesso. Além do mais, as providências e atitudes para atender a esta nova realidade não foram tomadas e tudo ainda está muito confuso e incerto. O empreendedor fica perdido nesse emaranhado de indefinições, gerando atrasos, aumento de custos, aborrecimentos e até o cancelamento da implantação na nossa cidade (E2, JANEIRO, 2020).

> A algum tempo o Estado reclama que não tem poder de investimento e prioriza a redução de custos. Todos os Distritos Industriais sofreram com essa opção, que resultou na deterioração da infraestrutura de quase todos.
> O Governo do Estado tem tentado passar a administração desses Distritos para as empresas lá localizadas.
> Considero que a extinção do CIS e principalmente a extinção da SUDIC e sua transformação em uma Superintendência da SDE poderá afetar esse importante trabalho de acompanhamento das empresas localizadas no CIS e demais Distritos ainda existentes.
> Por outro lado, uma menor burocracia poderá agilizar as providências que necessitam ser adotadas, de maior conhecimento dessas empresas e das áreas pertencentes ao Estado (E5, JANEIRO, 2020).

A preocupação com a falta de um canal de comunicação entre o setor empresarial e os governos estadual e municipal que consiga ser eficiente na atração de investimentos para o distrito é sim bastante relevante, uma vez que não se sabe como a SDE vai agir em relação às questões que, por ventura, ocorrerão no distrito. Nesse sentido, duas alternativas são propostas a seguir como forma de resolver a situação.

A primeira é a criação de uma Secretaria da Indústria no município. Um setor tão importante para economia como esse deve ter uma representação municipal e diretamente ligada a administração municipal, e não um ramo dentro da Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico. A criação desta secretaria restauraria, ainda que parcialmente, um canal de comunicação entre o empresariado local e a administração municipal.

Tabela 17 - Participação do PIB da Região Metropolitana de Salvador (RMS)
e demais municípios no PIB estadual -2002,2008,2014 e 2017

Unidade da Federação	Ano							
	2002		2008		2014		2017	
	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)	Total	(%)
Bahia	58.842.976	100 %	121.667.455	100 %	223.929.966	100 %	268.660.841	100 %
Região Metropolitana de Salvador (RMS)	28.849.286	49,03 %	59.148.082	48,61 %	105.017.050	46,90 %	126.372.468	47,04 %
Demais Municípios	29.993.690	50,97 %	62.519.373	51,39 %	118.912.916	53,10 %	142.288.373	52,96 %

Fonte: IBGE (2002, 2008, 2014, 2017).

Além dessa restauração de comunicação direta, uma representação local tem, em teoria, a capacidade e a vivência de conhecer os reais problemas pelos quais a indústria feirense passa devido a sua proximidade geográfica e poderia pleitear junto as autoridades estaduais as reais demandas do CIS.

A segunda alternativa seria a criação de um novo órgão responsável não apenas pela gerência das indústrias do CIS, mas por prover fomento a atividade industrial. Segundo E4 (2020):

> [...] para que Feira de Santana pudesse ter uma ingerência maior na discussão de políticas públicas de investimento na região através de futuramente, da criação de uma agência regional metropolitana de fomento e de desenvolvimento possa substituir o que foi o CIS foi no passado dentro de uma política maior tanto na área econômica quanto na área social. Essa agência seria feita através de uma profunda análise tanto de Feira de Santana quanto de 6 outros municípios da macrorregião(Tanquinho, Amélia Rodrigues, Conceição de Feira, Conceição de Jacuípe e São Gonçalo) para que com essa agência de desenvolvimento, conseguimos retomar essa capacidade de desenvolvimento econômico independente que o CIS teve no passado (E4, JANEIRO,2020).

A proposta vai de encontro a uma outra alternativa que foi sancionada em 2011 pelo governo estadual: a criação da Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS), que é formada justamente pelos municípios citados por E4 (2020). Ao estabelecermos um paralelo desse discurso com os dados relacionados ao PIB encontrados nas Tabelas 9 e 10, percebemos que os referidos municípios, principalmente Feira de Santana e Conceição do Jacuípe, concentram os maiores PIBs industriais do Território de Identidade Portal do Sertão e poderiam caminhar juntos em uma proposta de fortalecimento que envolva as demais atividades industriais da região.

Essa proposta de fortalecimento deve ser bem embasada, visto que nem todos os municípios possuem as mesmas demandas no que diz respeito à atividade industrial, nem os mesmos níveis de infraestrutura, espaços disponíveis e especialização setorial. O fortalecimento da RMFS passa necessariamente pelo correto manuseio da aplicação de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento territorial, através da interação municipal e da manifestação das comunidades setoriais diretamente ligadas, de modo a criar um modelo de gestão compartilhada de integração da base industrial da região e promover maior desconcentração espacial e econômica principalmente nos municípios menores, e também possa resolver os problemas industriais dentro dos limites municipais e o fortalecimento das mesmas nos anos futuros.

Nesse sentido, seria criada uma Agência de Fomento local ou metropolitano, voltada para as funções de gestão, ordenamento e planejamento de investimentos integrados para as

realidades locais. Kakuta (2007, p. 04) ressalta a importância de uma agência de fomento ao afirmar que:

> As estratégias de desenvolvimento levam em conta, via de regra, os diferenciais de competitividade locais instalados. Mas devem também considerar a articulação proativa das governanças e empreendedores, mirando na solução de problemas históricos ou momentâneos que emperram o desenvolvimento. Muitos autores englobam essa visão – Michael Porter sendo o principal deles – quando tratam da competitividade sob a égide dos condicionantes sistêmicos e estruturais, além do olhar empresarial e local.

A agência de fomento local seria responsável por cumprir as funções pelas quais a antiga Autarquia Estadual do CIS era responsável, com um adendo: ela teria a capacidade de conceder financiamentos de médio e longo prazos para demandas de capital fixo e de giro das empresas, o que poderia diminuir a utilização excessiva dos incentivos fiscais de desoneração de impostos para a atração de atividades industriais; prestação de serviços de consultoria para empresas que apresentassem dificuldades de planejamento e execução de atividades; e responsabilidade pela captação de recursos seja no Tesouro Estadual ou em outros órgãos de fomento como o BNDES e o BNB.

As receitas da Agência de Fomento viriam através das receitas providas pelos serviços de intermediação financeira das operações de crédito e da venda de títulos e valores mobiliários no mercado de títulos públicos, conforme a legislação brasileira de agências de fomento (as receitas financeiras) e as receitas dos serviços de prestação de consultorias (receitas operacionais). Já as despesas seriam provenientes dos empréstimos, cessões e repasses de investimentos que geram despesas de intermediação e despesas de pessoal referente aos encargos de salário, manutenção, alugueis, e etc.

Entretanto, essa proposta enfrenta algumas limitações que não podem ser desprezadas pelos gestores públicos no planejamento da agência de fomento local e, porventura, na sua execução. Destacamos como principais: as restrições de capital, já que a capacidade de cobertura da agencia de desenvolvimento irá depende, de maneira quase exclusiva, do nível de capital que será aportado pelos municípios, pelo governo estadual ou pela captação dos títulos públicos; engessamento da política de preços uma vez que, por legislação, são remunerados de acordo com um *spread* bancário especifico; e da própria lucratividade da agência, que dependerá da preservação da liquidez econômica que garanta o mínimo de sustentabilidade financeira e permita o cumprimento de suas atividades[33].

[33] Borges Júnior (2019), destaca com mais detalhes, as propostas de fortalecimento da RMFS e da criação de uma agência de fomento local

Outro ponto a ser explorado nas perspectivas futuras em relação ao Centro Industrial do Subaé é o papel que a educação pode desempenhar conjuntamente com uma política econômica integrada de desenvolvimento. Como destaca E2 (2020):

> As vantagens de Feira de Santana vão além da localização estratégica privilegiada para chegada de matéria prima e escoamento da produção, existências de instituições de ensino técnico e profissionalizante como SENAI, IFBA e CETEB, polo universitário, estrutura e qualidade de vida da cidade que vem se desenvolvendo muito nas últimas duas décadas. Existem ainda unidades do SESI e do IEL que, junto com o SENAI, fazem parte do Sistema FIEB (E2, JANEIRO, 2020).

Essa afirmação é corroborada ao analisarmos os dados da Tabela 18 referentes aos principais indicadores de educação da RMFS, que por seu turno demonstram a situação dos municípios, com destaque para os municípios de Conceição do Jacuípe, Conceição da Feira e Feira de Santana, com indicadores do Índice de Educação Básica (IDEB) acima da média estadual. A centralidade educacional da RMFS se encontra em Feira de Santana, que concentra a maioria das instituições de ensino privadas e públicas, com destaque para a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) no ensino superior, e no ensino profissionalizante o Instituto Federal da Bahia (IFBA), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e o Centro Tecnológico do Estado da Bahia (CETEB).

Essas instituições terão papel preponderante no desenvolvimento econômico e industrial do território do Portal do Sertão e, por consequência, em Feira de Santana nos anos futuros. Com os avanços do desenvolvimento das tecnologias no século XXI, cada vez mais as economias capitalistas necessitarão de maior produtividade, ou seja, produzir mais em menos tempo. Por mais que os processos de automatização e robotização estejam cada vez mais presentes na produção, as decisões continuarão sendo das pessoas que precisarão de capacitação formal para lidar com essa gama de informações e de desafios advindos dos ciclos dos processos de inovações tecnológicas e informais.

Tabela 18 - Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS*)*: Principais Indicadores Educacionais

MUNICÍPIOS	TAXA DE ANALFABETISMO 2010	4ª SÉRIE/5º ANO (2015)		8ª SÉRIE/9º ANO (2015)		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS (2015)		
		Média IDEB	Meta IDEB	Média IDEB	Meta IDEB	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
TANQUINHO	19,6	4,0	4,0	2,3	3.6	11	10	1
CONCEIÇÃO DA FEIRA	16,1	4,3	4,5	3,2	3,7	23	31	2
SÃO GONÇALO DOS CAMPOS	15,0	4,0	4,5	3,2	4,2	33	43	4
AMÉLIA RODRIGUES	13,2	4,4	4,4	3,3	3,8	13	20	1
CONCEIÇÃO DO JACUÍPE	12,4	4,4	4,4	3,3	4,1	24	37	3
FEIRA DE SANTANA	9,1	4,0	4,0	3,1	3,9	244	360	74

Fonte: INEP (2017).

Caberá tanto ao Estado quanto às iniciativas privadas a formulação de uma política econômica crível de longo prazo, alinhada ao desenvolvimento industrial, e que esteja obrigatoriamente voltada para o desenvolvimento da inovação e da tecnologia, via desenvolvimento da educação.

Uma última questão, porém não menos importante, que não pode ser deixada de lado em relação às perspectivas futuras do CIS e da indústria feirense: é a análise da conjuntura econômica tanto externa quanto interna, uma vez que a indústria do Nordeste continua fortemente atrelada às flutuações da indústria do Sudeste e da produção internacional. Em um contexto de grave crise econômica desde 2014, na qual a economia brasileira caminha a passos lentos em um processo de recuperação econômica e de taxas de investimento muito baixas, tanto no setor público quanto no setor privado, e de desvalorização cambial da moeda brasileira frente às moedas internacionais sobretudo o dólar, aliados a crise fiscal das finanças dos estados federativos, as perspectivas futuras não apresentam no curto prazo possibilidade de recuperação pujante da atividade industrial no Brasil.

Os motivos são vários e geralmente interligados: em primeiro, com a crise fiscal dos estados, a suspensão abrupta dos incentivos fiscais por parte dos governos se avizinha cada vez mais no horizonte. Conforme verificou-se na sessão 5.1, os incentivos compreendem atualmente a principal fonte de atração e interesse das indústrias em se instalarem em

determinadas localidades em detrimento de outras. A suspensão repentina desses incentivos, sem uma alternativa plausível para as empresas, possivelmente resultará em um novo processo de concentração industrial no Brasil e na Bahia, com as indústrias retornando para os grandes centros urbanos metropolitanos, enquanto que os centros do interior ficam cada vez mais restritos de se inserirem nas cadeias de valor produtivas.

Em segundo, a desvalorização cambial ou, em outras palavras, o aumento do número de reais para se adquirir um dólar traz efeitos perversos para a indústria brasileira ao contrário do que outros economistas costumam dizer, ao argumentar que a desvalorização cambial estimula as exportações e, por tabela, puxa a produção industrial e a economia para cima. O que acontece é justamente o contrário, visto que no contexto da reestruturação produtiva e da globalização todos os países são ao mesmo tempo exportadores e importadores, eles necessitam a todo tempo de insumos para a sua produção, desde máquinas de grande porte até matérias-primas básicas.

Esses insumos não virão apenas da economia interna, mas, principalmente, de várias partes do mundo. Com a desvalorização cambial, os custos de aquisição desses insumos tendem a aumentar e esses fazem com que o exportador não possua mais nenhuma vantagem competitiva frente aos seus concorrentes, desestimulando a produção industrial.

Outro efeito da desvalorização cambial na indústria se dá de forma indireta na alteração da renda dos consumidores. A desvalorização cambial gera aumento no nível geral de preços, o que reduz a renda real dos agentes econômicos, pois se algum produto está mais caro do que ele geralmente custa, a tendência é de queda do seu nível geral de consumo no curto prazo. Por efeito de cadeia, a queda do consumo de um produto leva a queda da produção industrial do mesmo. Portanto, por mais que as medidas apresentadas nesta dissertação apontem caminhos futuros de resolução dos entraves da atividade industrial do CIS e também da RMFS, essas medidas só poderão ser levadas adiante de acordo com os impactos provocados pelo andamento da conjuntura econômica do país, uma vez que as indústrias da Bahia e de Feira de Santana respondem aos estímulos e às flutuações causadas pela economia nacional e global.

Em face do exposto, esse capitulo teve como principal objetivo o de demonstrar a atual situação do Centro Industrial do Subaé através da visão de pessoas que estão direta ou indiretamente ligadas ao distrito e de demonstrar que os seus problemas vão muito mais além do que apenas a simples extinção da Autarquia estadual que gerenciava o distrito até o ano de 2018. Os problemas vêm de um modelo de desenvolvimento econômico por parte do governo

da Bahia desde 1950, baseado na concessão de incentivos fiscais e financeiros a empresas privadas e multinacionais que demonstra sinais de esgotamento. Os incentivos fiscais em curto prazo, conseguem promover estímulos a atividade econômica principalmente na produção, com o crescimento indireto de mercadorias disponíveis no mercado, de modo a também gerar aumento no mercado de trabalho que passa a empregar mais trabalhadores nas novas indústrias instaladas e por consequência, aumento no consumo. Porém, a longo prazo, os efeitos dos incentivos fiscais fazem com que os estímulos iniciais sejam minimizados ou esquecidos, uma vez que eles perdem o seu poder inicial de estímulo, e vão pouco a pouco, se tornando apenas meros elementos de renúncia fiscal que influenciam diretamente e de forma negativa na receita do estado, uma vez que ele perde uma importante fonte de arrecadação com o não recolhimento desses impostos ao longo do tempo.

Esse modelo não conseguiu cumprir, de forma total, os objetivos pelos quais ele foi criado, que foram os de promover melhorias na infraestrutura da economia baiana e de diversificar os ramos produtivos industriais, de modo a criar a desconcentração espacial e econômica ao redor da Bahia. O que se nota é que, atualmente, a Bahia vive uma "desconcentração concentrada", ou seja, núcleos industriais ao redor de núcleos urbanos no "interior" e em cidades numerosas que geram concentração de investimentos nessas localidades com grandes "buracos econômicos" no resto do estado.

Desse modo, é preciso se pensar em um novo modelo de desenvolvimento econômico no estado da Bahia, com novas ações das que já foram praticadas anteriormente. Esta dissertação defende uma política industrial integrada para o CIS, ou seja, que não pense apenas no estímulo da atividade industrial por si mesma, mas nos seus entornos e problemas. É preciso resolver os problemas de alocação de recursos para atividades nas quais ainda o CIS não possui vantagens competitivas de modo a desconcentrar o perfil de investimentos industriais locais. Ao mesmo tempo, é necessário resolver os problemas relacionados ao transporte coletivo do município, que se apresenta caro e ineficiente, sendo um fato complicador da atividade industrial de Feira de Santana, e os problemas relacionados aos terrenos abandonados na área industrial do CIS Norte localizado na BR-116.

Para isso, além das melhorias na conjuntura econômica nacional que não são de responsabilidades dos municípios, apontamos caminhos para a melhoria da indústria feirense, tais como a criação da Secretaria de Desenvolvimento Industrial no município de modo a reativar um canal de diálogo entre o setor industrial e o governo. Isso envolve o fortalecimento da RMFS através da integração produtiva e da criação de uma Agência de Fomento local que

represente os anseios do território no qual a Região Metropolitana está inserida e, junto a isso tem-se o papel que a integração entre o setor produtivo e a educação formal e profissionalizante terá na indústria no futuro, tanto para o fornecimento de mão-de-obra qualificada quanto na formulação de políticas de inovações e tecnológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo principal, verificar o processo de criação, atuação e extinção do Centro Industrial do Subaé como agência de fomento da atividade industrial de Feira de Santana à luz das teorias econômicas de localização territorial e espacial. Para isso, buscou-se identificar os elementos que caracterizam a economia industrial baiana de modo geral, e de modo particular a indústria feirense.

Os problemas enfrentados para a elaboração desta dissertação de mestrado foram muitos e que resultaram na afirmação de satisfação "parcial" do objeto de estudo. Em primeiro, as dificuldades de obtenção de dados relacionados ao CIS após a sua extinção como autarquia são obstáculos que não foram totalmente vencidos, uma vez que a natureza dos dados foi repassada para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que, até a finalização do presente estudo, tem se mostrado de difícil acesso, principalmente informações individualizadas das empresas ainda residentes no CIS.

Em segundo, tem-se a dificuldade na obtenção de dados por parte dos entrevistados para essa dissertação. Seja por suas rotinas de vida ou por motivações não captadas por esta dissertação, em muitos momentos os entrevistados forneceram informações vagas ou incompletas que necessitaram de uma segunda intervenção, e que nem sempre foram devidamente correspondidas com sucesso.

Em terceiro, a própria limitação temporal do mestrado que impediu que uma pesquisa mais aprofundada de questionário, por exemplo, fosse aplicada a outros agentes importantes do CIS, como os donos das indústrias que ainda se localizam em Feira de Santana, o que permitiria confrontar para afirmação ou negação das afirmações dos entrevistados em relação às questões levantadas pelo processo de investigação.

Entretanto, o "caminho das pedras" foi levantado para futuras publicações daqueles que, assim como eu, têm interesse no estudo da indústria feirense. Após 20 anos do último estudo relevante em termos econômicos sobre a situação do Centro Industrial do Subaé, essa dissertação tem a firme pretensão de chamar a atenção dos estudiosos, da comunidade feirense e sobretudo das autoridades estaduais e municipais para a importância de um setor para o futuro da economia feirense quanto o CIS, e para a necessidade de se pensar em um novo modelo de desenvolvimento industrial regional que promova efeitos benéficos para a sociedade, tanto no curto prazo, quanto no longo prazo. Também, outros estudos podem, e devem, ser feitos como complemento à proposta desta dissertação, tais como as atividades industriais de Feira de

Santana fora do Centro Industrial do Subaé e das relações de trabalho existentes na indústria feirense.

Através da escolha do caminho metodológico baseado no método hipotético-dedutivo, buscou-se em um primeiro momento, a partir da sustentação teórica disponível tanto na Economia quanto na Geografia, entender quais eram as teorias que embasavam a criação do Programa de Distritos Industriais do estado da Bahia nos anos 1970 e, por conseguinte, a instituição formal do CIS em Feira de Santana no mesmo ano e da criação da Autarquia em 1973.

Para melhor compreensão dos leitores, optou-se por dividir essas teorias em dois grupos distintos: as abordagens "clássicas" e "modernas", de modo a unir teorias escritas mais ou menos na mesma época e que apresentavam similaridades em relação aos conteúdos abordados. Detectou-se que ambas as abordagens estavam presentes nas motivações da criação do CIS, com as teorias de Perroux, Weber e Marshall com maior presença e contundência.

Contudo, apenas o estudo das teorias locacionais não parecia suficiente para a total compreensão da base produtiva de Feira de Santana. Era preciso compreender a sua formação histórica e econômica de modo a identificar as motivações que possibilitaram as primeiras atividades industriais de processamento e couro presentes desde o século XIX começaram a se expandir nos anos 1940.

Vimos que, a cidade que nasceu das paradas obrigatórias da rota do transporte de gado no século XVIII apresentava até os anos 1930 uma indústria complementar às principais atividades do município: a produção de fumo e a pecuária. Após 1940, observou-se juntamente com o aumento das migrações urbanas e da política econômica nacional, uma expansão da indústria feirense em direção a outros setores antes não existentes no município, porém, sem perder de vista as atividades mais fortes do município. Aliado a isso, a indústria feirense começa a ter um outro papel: o de atendimento das necessidades das cidades vizinhas, que resultaram em vintes anos de crescimento industrial no município e ocasionou o surgimento e o fortalecimento de uma indústria diversificada.

Aliado a esse cenário, a política industrial da Bahia nos anos 1960 e 1970 estimulava a consolidação da industrialização baiana através de uma mudança da estrutura econômica do estado via expansão da atividade industrial para as cidades do "interior" do estado. Essa estratégia era fortemente estimulada tanto pelo governo nacional, quanto pelos ideais da Superintendência de Estudos do Nordeste (SUDENE). Em busca da concretização desse

objetivos, foram implementados, em sua concepção original, distritos industriais em diferentes municípios considerados “estratégicos” como Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista Juazeiro e Feira de Santana. Essa escolha foi pautada pelo entendimento de que esses municípios teriam possibilidade de efeitos de transbordamento para os municípios situados na circunvizinhança dos Distritos industriais.

Com a instalação do CIS em Feira de Santana nos anos 1970, se dá a primeira grande transformação industrial, na qual a produção industrial muda o foco produtivo antes baseado em atividades de pecuária e de fumo, para a produção de bens de consumo intermediário complementares principalmente para a capital Salvador.

Essa dominância perdurou até o final da década de 1980 e início dos anos 1990, quando o agravamento da crise econômica nacional, juntamente com a política econômica de desconcentração industrial, promoveu a segunda mudança produtiva na indústria feirense e passou a focar a produção em setores de bens de consumo não-duravéis.

Verificou-se também que os anos 2000 trouxeram junto consigo a continuação do mesmo modelo de política de desenvolvimento regional industrial, o fortalecimento da reestruturação produtiva do capital no Brasil e a consolidação do fenômeno da desindustrialização com impactos significantes em toda a indústria nacional. Ao mesmo tempo, percebemos na Bahia, através da criação dos territórios de identidade, uma nova tentativa de desconcentração espacial e econômica que fortaleceram algumas cidades ao redor de Feira de Santana e levaram a criar o fenômeno da desconcentração concentrada, na qual pequenos grupos de cidades, espalhadas pelos estado, concentram a maior parte da atividade econômica, principalmente a Região Metropolitana de Salvador, e as demais se encontram num grande vazio econômico.

Nesse cenário, foi necessário o entendimento de que não apenas as teorias locacionais ou os dados estatísticos poderiam fornecer respostas sobre o presente e o futuro do Centro Industrial do Subaé e da extinção de sua autarquia em 2018. Era preciso ouvir os agentes diretamente e indiretamente envolvidos na atividade industrial feirense para entendermos suas opiniões, motivações e contradições para a obtenção de um diagnóstico preciso da indústria em Feira de Santana.

Percebeu-se que os mesmos problemas de vinte anos atrás continuavam a se repetir, o que revelava o esgotamento de um modelo industrial baseado quase que exclusivamente na concessão de subsídios fiscais que criavam em um ambiente de curto prazo, efeitos positivos

no encadeamento produtivo, mas com efeitos nocivos no longo prazo se fossem tratados como o único "remédio" da política de desenvolvimento regional.

Verificou-se também que a extinção da autarquia representou sim um problema para o presente e o futuro do distrito, uma vez que tinha por função ser canal de comunicação entre o setor produtivo e os governos. Porém, desde antes da sua extinção, ela já apresentava problemas sérios de gerência de recursos e de fazer o papel de interlocução pelo qual foi criada. Constatou-se também que o problema relacionado à falta de infraestrutura não foi devidamente solucionado, mesmo com lotes de terra disponíveis para a criação do CIS-Norte, o que revelou a falta de articulação de planejamento estatal estratégico voltado não apenas à concessão de terrenos para a instalação industrial, mas que criasse as condições estruturais necessárias para que isso ocorresse.

Inferiu-se também outros problemas que afetam o presente do CIS, tais como a questão do transporte público municipal que incorre em custos adicionais na estrutura produtiva feirense e na necessidade de políticas públicas ligadas não apenas ao desenvolvimento industrial, mas que sejam muito mais complexas e integradas direta ou indiretamente à indústria, além dos problemas de conjuntura econômica de curto e de longo prazo que podem impedir o desenvolvimento da indústria feirense nos próximos anos como a desvalorização cambial.

Ficaram destacadas medidas que podem oferecer alternativas futuras ao CIS, dentro da melhoria da conjuntura econômica e política nacional, tais como a criação de uma Secretaria de Desenvolvimento Industrial feirense, o fortalecimento da conexão dos setores produtivos com o setor educacional universitário e profissionalizante e o fortalecimento da Região Metropolitana de Feira de Santana, tanto em ações conjuntas, quanto na possibilidade da criação de uma Agência de Fomento de Desenvolvimento Local.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Janeide Oliveira da Silva. A implantação do Centro Industrial do Subaé em Feira de Santana – Bahia através de uma industrialização planejada. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevidéu. **Anais** [...]. Montevidéu: EasyPlanners, 2009.

ALVES, Flamarion Dutra. Notas teórico-metodológicas entre geografia econômica e desenvolvimento regional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 37, v. 1, p. 5–21, 2011.

ALVES, Flamarion Dutra; MAIA, Adriano Carlos. Teorias sobre o espaço e a questão rural-urbano. *In*: FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira; FERREIRA, Enéas Rente. (orgs). **Estudos agrários**: conceitos e práticas. Rio Claro: Pós-Graduação em Geografia – IGCE, 2009. p. 47–64.

AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. **Industrialização e incentivos fiscais na Bahia**: uma tentativa de interpretação histórica. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975.

BACHA, Edmar. Bonança externa e desindustrialização: uma análise do período 2005–2011. **O futuro da indústria do Brasil:** desindustrialização em debate. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 97–120.

BAGOLIN, Izete Pengo; VIEIRA, Cilane; ALBERT, Carla. A produção vitivinícola da Serra Gaúcha-Brasil e de Mendonza–Argentina: uma análise comparativa à luz das teorias de desenvolvimento regional. **Estudos do CEPE (UNISC)**, Santa Catarina, v. 26, p. 30–56, 2007.

BAHIA. **Lei nº 690 de 14 de Dezembro de 1970.** Lei de criação do Centro Industrial do Subaé. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 1970.

_____. Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Plano diretor do Centro Industrial do Subaé**. Feira de Santana. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 1983.

_____. **Lei nº 4.167/83 de 07 de Novembro de 1983.** Lei de Criação da autarquia do Centro Industrial do Subaé. Casa Civil – Salvador, Bahia,1983.

_____. **Lei nº 1615/92 de 11 de novembro de 1992.** Lei de Ordenamento do uso e ocupação do solo. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, 1992.

_____**. Lei complementar nº 86 de 24 de Setembro de 2014.** Modifica, amplia e dá nova redação a Lei do Ordenamento do Uso do Solo. Prefeitura Municipal de Feira de Santana, Bahia,2014.

_____. Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Relatório de gestão e prestação de contas – Autarquia – Exercício de 2017**. Feira de Santana, Centro Industrial do Subaé,2017.

_____. Prefeitura Municipal de Feira de Santana. **Relatório de gestão e prestação de contas – Autarquia – Exercício de 2018**. Feira de Santana, Centro Industrial do Subaé,2018.

_____. Centro Industrial do Subaé. **Relatório de balanços governamentais do CIS 2011–2018**. Feira de Santana, Centro Industrial do Subaé, 2018.

_____. **Lei nº 14032 de 18 de dezembro de 2018**. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. Casa Civil – Salvador, Bahia, 2018.

BECATTINI, Giacomo. The Marshallian industrial district as a socio-economic notion. *In*: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (eds.). **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. v. 7. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990. p. 83–105.

BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. De la regulación de los espacios a los espacios de la regulación. *In*: BOYER, Robert; SAILLARD, Yves (orgs.). **Teoria de la regulacion**: estado de los conocimientos. v. 2. Buenos Aires: Asociación Trabajo y Sociedad, 1998. p. 25–50.

BENKO, Georges. **A ciência regional**. 1. ed. São Paulo: Celta, 1999a.

_____. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999b.

BORGES JÚNIOR, Antônio Carlos. Região Metropolitana de Feira de Santana: Uma proposta de gestão. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

BOTELHO, Adriano. **Do fordismo a produção flexível**: a produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação do capital. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, 2000.

BRAGA, Julia de Medeiros. A inflação brasileira na década de 2000 e a importância de políticas não monetárias de controle. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 697–727, 2013.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Trabalho. **Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**: dados de ocupação da indústria de transformação feirense no século XXI. Disponível emhttp://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php .Acesso em 20 maio 2020.

BRUSCO, Sebastiano. The idea of the industrial district: its genesis. *In*: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGENBERGER, W. (eds.). **Industrial districts and inter-firm co-operation in Italy**. v. 7. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990. p. 106–126.

CABRAL, Diogo de Carvalho. Von Thunen e o abastecimento madeireiro de centros urbanos pré-industriais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 28, p. 405–427, 2011.

CARVALHO JÚNIOR, César Vaz de; PESSOTI, Gustavo Casseb, PEREIRA, Ítalo Guamais Aguiar. Panorama da economia baiana sob a ótica do PIB 1975/2000: dez anos de economia baiana. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 16, p. 413–430, 2002.

CASTRO, Antônio Barros de. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90: uma interpretação. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 15–32, 2001.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Maturidade tecnológica e intensidade em pesquisa e desenvolvimento: o caso da indústria petroquímica no Brasil. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 5, p. 121–143, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

COSTA, José da Silva. **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR, 2002.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração econômica nacional.** Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 1999.

DAMÁSIO, João; VALVERDE, Rosembergue. Construção de matrizes interindustriais regionais: o exemplo da Bahia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 15., 1987, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: Anpec, 1987. p. 427–444.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
DUARTE, Aluízio C. Hierarquia de localidades centrais em áreas subpovoadas: o caso de Rondônia. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2., 1976, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: AGB, 1976. p. 66–78.

FERNANDES JÚNIOR, Ottoni. Economia, em busca do ajuste. **Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, n. 14, v. 2, p. 1-9, 2005.

FIEB. **Guia Industrial do Estado da Bahia para 2019**. v. 1. Salvador, FIEB. 2019.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. 1.ed. Fortaleza: UECE, 2002.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização em Feira de Santana**: influência da industrialização: 1970–1996. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavínia; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André (orgs). **Economia brasileira e contemporânea** (1945-2004). 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier,2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Metodologia do ensino superior**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GÓES FILHO, Edelvino da Silva. **Condições da industrialização em Feira de Santana (1969–1989)**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

GUERRA, Oswaldo; GONZALES, Paulo. Novas mudanças estruturais na economia baiana: mito ou realidade. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, p. 308–321, 2001.

GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. Estratégias para o desenvolvimento da indústria na Região Metropolitana de Salvador. **Revista Bahia Século XXI**, Salvador, v. 1, p. 147–204, 2000.

_____. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica**. Revista Bahia: Análise & Dados**, Salvador, v. 10, p. 87–98, 2002.

HALL, Peter. **Thünen's isolated state**: an English edition of Der Isolierte Staat. Oxford: Pergamon Press, 1966.

HANSEN, Don; MOWEN, Maryane. **Gestão de custos**: contabilidade e controle. São Paulo: Pioneira Tomson Learning, 2001.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 16º edição, São Paulo. Editora Loyola. 1989.

HUMPHREY, John; SCHMITZ, Hubert. The triple approach to local industrial policy. **World Development**, Oxford, v. 24, p. 1859–1877, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influências das cidades 1987.** Disponível em https: ://biblioteca.ibge.gov.br/. Acesso em: 15 Março 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. - População ocupada em Feira de Santana por década e percentual,1970-2010. Acesso em 15 maio 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto Municipal 2002, 2008, 2014 e 2017.** Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938. Acesso em: 15 maio 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica: **Indicadores Educacionais ,2017**. Disponível em https://ideb.ineb.gov.br/resultado/. Acesso em 15 junho.2020.

KAKUTA, Suzana. O papel das agências de fomento. **Revista Rumos**, Rio de Janeiro, v. 233, p. 1–20, 2007.

KELLER, Paulo Fernandes. Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas: uma revisão da literatura. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 8, p. 30–47, 2008.

KELLERMAN, A. Economic and spatial aspects of Von Thunen factor intensity theory. **Enviromentand Planning**, Oxford, v. 15, p. 1521–1530, 1983.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMA, José Raimundo Oliveira. **A economia popular e solidária como estratégia para o desenvolvimento local e solidário**. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2014.

LOSCH, August. **The economics for location**. Yale: University Press, 1940.
MAKUSEN, Ann. Áreas de atração de investimentos em um espaço econômico cambiante: uma tipologia de distritos industriais. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, p. 9–44, 1995.

MANGHI, Roberto Ferreira ; RÊGO, Leandro Chaves. Jogos de Soma-Zero com Consciência. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 41., 2009, Porto Seguro. **Anais** [...]. Porto Seguro,2009.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à economia**. 6. ed. São Paulo: Trilha, 1997.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

MASCARENHAS, Alberico Machado. A atividade de fomento na Bahia: uma retrospectiva dos últimos 50 anos. **Reflexões de economistas baianos**, Salvador, v. 1, p. 62–77, 2001.

MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira. **O subsistema urbano–regional de Feira de Santana**. Recife: Sudene, 1988.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIRANDA, Luís Cláudio. Gerenciamento da cadeia de valor. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPAD, 25., 2001, Campinas. **Anais** [...]. Porto Alegre. ANPAD, 2001.

NASCIMENTO, Sidnei Pereira. Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes. **Econ. aplic.**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 677–706, 2008.

NETTING, Robert McC. **Smallholders, householders**: farm families and the ecology of intensive, sustainable agriculture. Stanford: Stanford University Press, 1993.

NÓVOA, Jorge Luiz Bezerra. **Raízes da dependência econômica da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

OLIVEIRA, Gilmar da Silva**. Integração Tarifária Temporária nos sistemas de transporte público por ônibus**. Tese (Doutorado em Engenharia de Transportes) – Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

OMETTO, Ana Maria; FURTUOSO, Maria Cristina Oliveira; SILVA, Marina Vieira. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população**. Revista Saúde Pública**, Piracicaba, v. 29, p. 403–414, 1995.

OREIRO, José Luís; FEIJÓ, Carmem. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, 2010.

PACHECO, Carlos Américo. **Novos padrões de localização industrial?** Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 633).

PARROCHIA, Daniel. **Philosophie des résaux**. 1.ed. Paris: PUF, 1993.

PEDREIRA, Pedro Torres. **Município de Feira de Santana**: das origens às instalações. Salvador: Gráfica e Editora LTDA, 1983.

PERROUX, François. **A economia do século XX**. 1.ed. Porto Alegre: Herder, 1967.

PESSOTI, Bruno Casseb; PESSOTI, Gustavo Casseb. A economia baiana e o desenvolvimento industrial: uma análise do período 1978–2010. **RDE–Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 22, p. 22–45, 2010.

PESSOTI, Gustavo Casseb. (Re)leitura da economia baiana pela ótica do PIB. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 16, p. 413–429, 2006.

_____. **Um estudo da política industrial na Bahia entre 1950 e 2005**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Unifacs – Universidade Salvador, Salvador, 2008.

PESSOTI, Gustavo Casseb; PESSOTI, Fernanda Calasans Costa Lacerda. Tendências recentes e perspectivas para a economia baiana. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 15., 2015, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: SEI, 2015.

PESSOTI, Gustavo Casseb; PESSOTI, Fernanda Calasans Costa; SOUTO, Roberto Lucas Spínola, SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. Do plano à realidade: uma análise do Programa de Implantação de Distritos Industriais no Interior do Estado da Bahia. *In*: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 17., 2017, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: SEI, 2017.

PICCOLI NETO, Danilo. O uso de modelos para análise espacial em geografia econômica. p.438-452. *In*: SEMINÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNESP, 9., 2009, Rio Claro. **Anais** [...]. Rio Claro: AGETEO, 2009.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PORTER, Michael. The competitive advantage of nations. **Harvard Business Rewiew**, New York, v. 70, p. 73–93, 1990.

_____. **A vantagem competitiva das nações**. 27. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RABELLOTTI, Roberta. Is there an "industrial district model"? Footwear districts in Italy and Mexico compared. **World Development**, Oxford, v. 23, p. 29–41, 1995.

RAMIRES, Daniel Ribeiro. Construindo uma vantagem competitiva na elaboração dos custos dos produtos. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 11., 2004, Porto Seguro. **Anais** [...]. Porto Seguro: CBC, 2004.

RAMOS, Rui Antônio Rodrigues**. Localização industrial**: um modelo espacial para o Noroeste de Portugal. Tese (Doutorado em Engenharia Civil) – Escola de Engenharia, Universidade do Minho, 2000.

ROCHA, Wellington; BORINELLI, Márcio Luiz. **Análise estratégica de cadeia de valor**: um estudo exploratório do segmento indústria–varejo. *In*: CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2006.

ROWTHORN, Robert; RAMASWANY, Ramana. Growth, trade, and deindustrialization. **IMF Staff Papers**, Washington D.C v. 46, n. 1, p. 18-41, 1999.

SAMPAIO, Daniel Pereira; SILVA, Ana Lúcia Gonçalves. Reestruturação produtiva regional no Brasil: uma caracterização da indústria a partir de um indicador de densidade das cadeias produtivas (1996–2007). **Revista Bahia Análise & Dados**, v. 22, n. 2, p. 407–428,2012.

SANTO, Sandra Medeiros. O desenvolvimento urbano em Feira de Santana. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana, n. 28, p. 9–20, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Análise Econômica dos Distritos Industriais da Bahia**. Salvador, 2017.

SHANK, John; GOVINDARAJAN, Vijay. **A revolução dos custos**: como reinventar e redefinir sua estratégia de custos para vencer em mercados crescentemente competitivos. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
SILVA, Christian Luiz da. **Competitividade na cadeia de valor**: um modelo econômico para tomada de decisão empresarial. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

SILVA, Sérgio Luiz Pedrosa. **Uma análise da indústria salineira do Rio Grande do Norte baseada no modelo de estratégia competitiva de Porter**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

SIMÕES E LIMA, Rodrigo Ferreira. **Localização industrial e relações intersetoriais**: uma análise de *fuzzy cluster* para Minas Gerais. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, 2009.

SMTT. Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito. Linhas de Transporte.2020

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política industrial e desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, Campinas, v. 26, n. 2 (102), p. 163–185, 2006.

TREGENNA, Fiona. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v. 33, p. 433-466,2009.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

WALBEL, Leo. A teoria de Von Thunen sobre a influência da distância de mercado relativamente à utilização da Terra. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 3–41, 1948.

APÊNDICES

APÊNDICE I

ROTEIRO DE ENTREVISTA DE PESQUISA

Nome do Entrevistado:

Cargo:

QUESTÕES

1. **Quantas são as empresas que compõem o Distrito Industrial do Subaé hoje?**
2. **Quais os principais gargalos e dificuldades encontradas atualmente no CIS?**
3. **Quais as principais vantagens apontadas para instalação de uma indústria no CIS?**
4. **Quais os principais insumos utilizados na produção dos produtos no CIS?**
5. **Quantos funcionários o distrito emprega?**
6. **Quais ou quantos são os incentivos fiscais oferecidos para a instalação de uma indústria no CIS?**
7. **Em sua opinião, qual a importância do CIS na economia feirense e na economia baiana?**
8. **Em sua opinião, quais são as perspectivas futuras do CIS enquanto agente de desenvolvimento econômico local?**
9. **Em sua opinião, a estratégia econômica de criação de distritos industriais promoveu desconcentração econômica no estado da Bahia?**
10. **Qual sua opinião sobre a extinção do CIS enquanto autarquia municipal feita pelo governo estadual no ano passado?**

ANEXOS

ANEXO I – Maiores Indústrias de Feira de Santana pela tabulação da FIEB

Empresa Industrial	Quantidade de Empregados	Atividade	Principais Produtos
Pirelli Pneus Ltda	1427	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	Pneu para camioneta, caminhão e ônibus convencional, Pneu para camioneta e automóvelradial
Viva Ambiental e Serviços S/A	992	Coleta de resíduos não-perigosos	Limpeza urbana, Saneamento básico, Aterro sanitário, Aterro Industrial, Destinação de resíduosperigosos
Borrachas Vipal Nordeste S/A	752	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	Pré-moldados, Pneu de moto, Câmara de ar, Nylon emborrachado
Nestle Nordeste Alimentos e Bebidas Ltda	688	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	Macarrãoinstantâneo, Café solúvel, Mucilon, Leite em pó, Achocolatado - Premix Nescau, Cereais família - Farinha Láctea, Cereais matinais, Sopas Maggi, Chocolate em pó, Cacau em pó
Aceflex do Nordeste Ltda	611	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	Contentor flexível de polipropileno
Sustentare Saneamento S/A	600	Coleta de resíduos não-perigosos	Coleta de lixo, Entulho para obra, Resíduo de saúde,
SipelConstr uçõesLtda	540	Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	Construção civil, Instalaçãoelétrica
O L Indústria de Papeis Ltda	504	Fabricação de produtos de papel para uso doméstico e higiênico-sanitário	Papel higiênico folha simples, Papel higiênico folha dupla, Papel toalha, Bobina industrial "tissue"

		não especificados anteriormente	
Brasfrut - Frutos do Brasil Ltda	412	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados	Polpa de frutas diversas (abacaxi, açaí, acerola, cacau, cajá, caju, cupuaçu, graviola, goiaba, limão, manga, maracujá, mamão, melão, morango, seriguela, tamarindo, umbu, uva, tangerina, coco)
H Marinho Empreendimentos Ltda	350	Construção de edifícios	Construção civil e incorporadora
Klabin S/A	330	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	Caixa de papelão ondulado, Chapa de papelão ondulado
GazinIndústria de Colchoes Ltda	325	Fabricação de colchões	Colchão, Sofá
Genius Serviços e LocaçõesLtda	320	Obras de terraplenagem	Extração de minerais, Pavimentação urbana, Drenagem
Belgo Bekaert Arames Ltda	315	Produção de arames de aço	Trefilados para agropecuária, Arame para construção civil, Componentes para aplicações industriais, Trefilados para aplicaçãoindustrial.
Penha Embalagens Bahia Ltda	264	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	Papelão ondulado, Chapa de papelão
L Marquezzo Construções e Empreendimentos Ltda	231	Construção de edifícios	Construção civil
Color Visão do Brasil Indústria AcrilicaLtda	230	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso	Lavadora LCM 6.4 BR 127v, Lavadora LCM 6.4 BR 220v, Lavadora GOLD BR 220v BD, Lavadora GOLD BR 127v BD, Lavadora GOLD BR

		doméstico, peças e acessórios.	220v, Tanquinho NEW PIONEER BR 220v BD, Tanquinho NEW PIONEER BR 127v BD, Tanquinho Style BR 220v BD
Color Visão do Brasil IndústriaAcrílicaLtda	217	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico, peças e acessórios.	Lavadora semiautomática, Bebedouro, Purificador de agua
Belgo Bekaert Arames Ltda	210	Produção de arames de aço	Arame para pneus, Cabo e cordoalha, Solda, Arame para aplicação industrial, Mola para colchoes e estofados, Fio de aço para concreto protendido
MA. Almeida Engenharia Ltda	200	Construção de edifícios	Construção civil em geral
Pro - Linhas Nordeste Ltda	192	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	Tecido sintético e artificial
Frifeira Frigorifico Feira de Santana S/A	185	Frigorífico - abate de bovinos	Abate de bovino, Desossa,classificação e embalagem de carne, Preparação dos subprodutos comestíveis e não comestíveis
MarschallIndústria Comercio Imp e ExpLtda	185	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	Luminária
AdinorIndustria e Comercio de Aditivos Ltda	173	Fabricação de produtos de panificação Industrial	Melhorador para farinha de trigo em pó (Adipan), Melhorador para farinha de trigo em pasta (Adipast), Gordurina oleosa para fabricação de pães e bolachas (Biscolache, Docemix e Docepan), Fermento químico para bolo, Corante, Antimofo, AdimaxPao de Queijo,

Labovet Produtos Veterinários Ltda	173	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	Vacina virica, Vacina bacteriana, Produto terapêutico e de higiene animal
Pepsico do Brasil Industria e Comercio de Alimentos Ltda	159	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	Achocolatado em pó, Achocolatado
TecnolensLaboratórioÓtico Feira Ltda	155	Fabricação de artigos ópticos	Montagem de óculos
C&M Industria e Comercio de Alimentos Ltda	147	Abate de aves	Frango completo resfriado, Frango completo congelado, Peito de frango resfriado, Coxa e sobrecoxa de frango resfriado, File de peito de frango resfriado
CSO Engenharia Ltda	146	Construção de edifícios	Edificação, Pavimentação, Reforma predial, Incorporação
JCS Brasil Eletrodomésticos S/A	145	Fabricação de outros aparelhos eletrodomésticos não especificados anteriormente, peças e acessórios	Ventilador, Liquidificador, Batedeira, Ferro de passar, Espremedor, Multiprocessador, Aquecedor, Cooktop
B. N. Mascarenhas & Cia Ltda	143	Fabricação de conservas de frutas	Cocada, Doce de amendoim, Geladinho americano, Energético
Lupus Desenvolvimento em Alimentos Ltda	143	Fabricação de alimentos para animais	Racao para animais
Alegria Empreendimentos Imobiliários - Soc de Proposito Especifico-SPE LTDA	117	Construção de edifícios	Construção civil
Geral-Tec Comercio e ServiçosElét	103	Manutenção e reparação de geradores,	Manutenção e rebobinamento de motores elétricos, Montagem de

ricosEireli – ME		transformadores e motores elétricos	painel elétrico, manutenção e reparação de geradores e transformadores
Solida Estruturas Pré-moldadasLtda	102	Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	Estrutura pré-moldada de galpões
G.A.L. Rios & Cia Ltda	100	Fabricação de esquadrias de metal	Esquadria de metal, Escada, Porta, Janela, Basculante
K B do Nascimento	100	Fabricação de móveis com predominância de madeira	Sofá, Colchão, Cama
TC TêxtilIndustria e Comercio Ltda	97	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	Tecido de malha
Primor Agropecuária do Nordeste Ltda	94	Fabricação de alimentos para animais	Ração, Concentrado para animal, Sal mineral
FCK Construções e IncorporaçõesLtda	90	Construção de edifícios	Edificação, Sistema de abastecimento e saneamento básico, Obra rodoviária, Urbanização, Incorporação de imóveis
Bahia Artes GráficasEireli	89	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório	Agenda, Caderneta, Caderno, Papel cartão, Cartolina, Livro
MetafIndústria Comércio e Construções Ltda	88	Fabricação de estruturas metálicas	Estrutura metálica, Mezanino, Torre, Tanque, Flutuador, Viga soldada (cvs, cs, vs), Estrutura de pré-moldados
P. Ferreira da Silva Filho Eireli	88	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	Caixa de papelão, Embalagem de papelão
PrefazPré-fabricados	85	Fabricação de estruturas pré-	Poste de concreto, Estaca de concreto

de Concreto Ltda		moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda	
Shirleynara Peixoto Ribeiro Alves de Santana	82	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	Milho de pipoca, Milho-alpiste, Milho de canjica, Amendoim, Trigo para quibe, Feijãofradinho
Standard TyresIndústria e Comercio de Borrachas e PolímerosLtda	81	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	Pneu para empilhadeira
G.A.L. Rios & Cia Ltda	80	Fabricação de esquadrias de metal	Porta, Janela, Basculante
Tama Brasil Indústria de Soluções em Embalagens AgrícolasLtda	79	Fabricação de embalagens de material plástico	Embalagens agrícolas para colhedora de algodão, fios agrícolas, redes agrícolas e feno (B-Wrap)
Metalúrgica Feira de Santana Ltda	77	Fabricação de artigos de serralheria, exceto esquadrias	Estrutura metálica, Montagem industrial
Fabri Malhas Industria e Comercio de Fardamentos Ltda	74	Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida	Uniforme escolar, Roupa profissional (industrial e hospitalar)

Fonte: Guia Industrial FIEB, disponível em http://www.fieb.org.br/guia/, acesso em 31/10/2019.

ANEXO II – TABELA DE CÓDIGO DE AVALIAÇÃO ABOP

Variação Percentual (Previsão/Execução)	Código	Qualificação
Variação para + ou - 2,5 % que abrange 97,5% até 102,5%	1	ÓTIMO
Variação para + ou - até 5% que abrange 95% até 105 %	2	BOM
Variação para + ou - até 10% que abrange 90% até 110 %	3	REGULAR
Variação para + ou - até 15% que abrange 85% até 115 %	4	DEFICIENTE
Variação para + ou - superior a 15% que abrange menos de 85% e mais de 115%	5	ALTAMENTE DEFICIENTE

Fonte: CIS(2018)